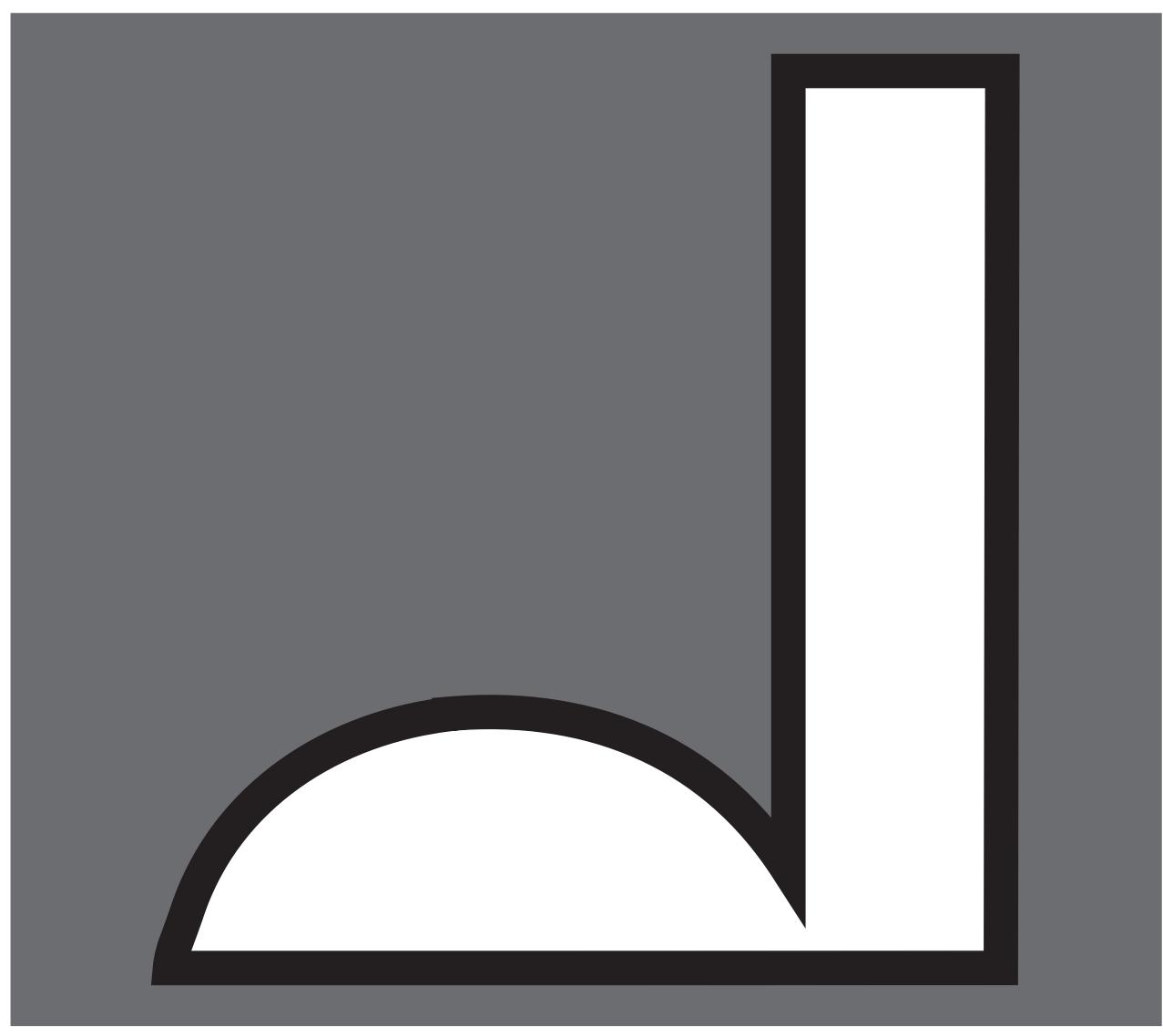




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - N° 017 - SÁBADO, 1º DE MARÇO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Alvaro Dias – PSDB-PR

1º Secretário

Efraim Morais – DEM-PB

2º Secretário

Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário

César Borges¹ PR-BA

4º Secretário

Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes – PSDB-AP

2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE

3º - João Vicente Claudino – PTB-PI

4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azereedo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro	LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior	
LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande	LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda	LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda VICE-LÍDER DO PRB – 2	
LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PP – 1	
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres	LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino
LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery		

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 20ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE FEVEREIRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 187, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de louvor ao jornalista e escritor Apoloníodo Britto*.....

4081

Nº 188, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, *solicitando informações à governadora do Pará, por meio do Ministério da Saúde*.....

4081

1.2.2 – Pareceres

Nºs 107 e 108, de 2008, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e Diretora, respectivamente, sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004, que “Dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”.....

4082

Nºs 109 e 110, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e Diretora, respectivamente, sobre o Projeto de Resolução nº 20, de 2007, que “Denomina Campus Universitário Senador Lauro Campos a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal”.....

4085

Nºs 111 a 134, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 1.299, 1.301, 1.304, 1.310, 1.312, 1.341, 1.343, 1.347, 1.352, 1.357, 1.375, 1.380, 1.388, 1.389, 1.393, 1.394, 1.395, 1.437, 1.484, 1.485, 1.486, 1.493, de 2007; nº 11, de 2008 e 242, de 2006, de informações....

4087

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, em reunião realizada em 27 de fevereiro do corrente, dos Requerimentos nºs. 1.299, 1.301, 1.304, 1.310, 1.312, 1.341, 1.343, 1.347, 1.352, 1.357, 1.375, 1.380, 1.388, 1.389, 1.393, 1.394, 1.395, 1.437, 1.484, 1.485, 1.486, 1.493, de 2007; e nº 11, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente..

4104

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, dos pareceres favoráveis aos Projetos de Resolução nº 1, de 2004 e nº 20, de 2007.

4104

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, da reiteração do pedido de informações objeto do Requerimento nº 1.016, de 2007.....

4104

Arquivamento, pela Mesa do Senado Federal, do Requerimento nº 242, de 2006.....

4104

Interrupção da tramitação do Ofício “S” nº 46, de 2007, tendo em vista a aprovação dos Requerimentos nºs. 1.388 e 1.389, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente.....

4104

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 1, de 2004, e 20, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente..

4104

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ADELMIR SANTANA – Anuncia que apresentará projetos com propostas para redução da carga tributária brasileira

4104

SENADOR MÃO SANTA – Contesta pesquisas que apontam falta de credibilidade dos políticos.....

4107

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas à Medida Provisória nº 418/2008, por conter medidas que provocarão danos à economia do Estado do Amazonas. Contesta a decisão do Governo de reduzir os valores dos contratos de terceirização de serviços de vigilância que empresas firmam com entidades e órgãos públicos.

4112

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Protesto contra a diminuição de recursos federais para o Estado do Piauí.

4116

SENADOR PEDRO SIMON – Repercussão da entrevista concedida por S. Exª ao jornalista Heródoto Barbeiro, da rádio CBN, e análise sobre a mesma feita pela jornalista Lúcia Hippolito.

4120

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Registro de Manifesto do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. Defesa da criação do Ministério da Amazônia.

4126

1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR PAULO DUQUE – Registro, nos Anais do Senado, do artigo “Crédito para Educar” de Jorge Gama, Secretário Municipal de Governo da cidade do Rio de Janeiro, publicado no jornal Hoje.....

4132

1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATA DE COMISSÃO	
10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONG, realizada em 27 de novembro de 2007.....	4134
3 – CONVÊNIOS	
Nº 4, de 2008, entre o Senado Federal e a Caixa Econômica Federal.....	4151
Nº 5, de 2008, entre o Senado Federal e Banco Itaú S/A.....	4155
<u>SENADO FEDERAL</u>	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 53ª LEGISLATURA	
5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 20ª Sessão Não Deliberativa, em 29 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Mão Santa,
Geraldo Mesquita Júnior e Pedro Simon*

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Havendo número regimental, hoje, sexta-feira, 29 de fevereiro de 2008, às 9 horas e 18 minutos, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos do Senado da República do Brasil.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 187, DE 2008

Requer Voto de Louvor ao jornalista e escritor Apolonildo Britto, pelo seu livro Lendário Amazônico, coletânea de lendas e mitos da Amazônia, em artística publicação gráfica.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Louvor ao jornalista e escritor Apolonildo Britto, pela publicação de seu livro **Lendário Amazônico**, coletânea de lendas e mitos da Amazônia, editada pela Norte Editorial.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do autor.

Justificação

O jornalista Apolonildo Britto é um estudioso da cultura popular da Amazônia. Ao longo do tempo, ele publicou na revista **Amazon View** textos de sua autoria sobre as lendas que povoam o imaginário das populações. “Passei a divulgar as lendas – explica – por insistente sugestão de minha filha Jimenne, editora da revista”. E mais: “Acredito que o jornalista tenha o dever não apenas de conscientizar a sociedade presente, como mostrar à posteridade a realidade que o cerca.” O **Lendário Amazônico** é primorosamente impresso

em cores, iniciativa cultural que, por todos os títulos, credencia o autor e a editora como merecedores do Voto de Aplauso que proponho.

Sala das Sessões, 29 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 188, DE 2008

Solicita informações a Governadora do Estado do Pará, através do Ministério da Saúde.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Excentíssimo Ministro da Saúde, Sr. José Gomes Temporão, referentes ao Hospital Regional do Oeste do Pará:

1. Cópia dos Processos licitatórios de compra de material e serviços dos anos 2007/2008;

2. Cópia dos contratos de compra de material, serviços e pagamentos efetivados em 2007/2008;

3. Relação dos funcionários contratados em 2007/2008, com data de admissão, critério de seleção, função desempenhada, experiência e qualificação na função;

4. Relatório mensal de atendimento com nome, data de internação e procedimento médico hospitalar dos anos 2007/2008;
5. Informação sobre contratos e relatórios de serviços prestados pela OSCIP Centro Integrado e Apoio Profissional (CIAP/PR), que atualmente presta serviços ao HROP, com os respectivos custos;
6. Custo mensal de manutenção do HROP nos anos 2007/2008.

Justificação

O Hospital Regional de Santarém, de média e alta complexidade, e o mais importante da região do Baixo-Amazonas, inaugurado em dezembro de 2006, vem tendo seu funcionamento pleno retardado pelo Governo do Estado, causando indignação na população.

A Procuradoria da República em Santarém denunciou irregularidades na contratação de bens e serviços para o Hospital, irregularidades estas apontadas também pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Nessa situação, requeremos, em observância dos princípios constitucionais que regem a administração pública, especialmente da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, as informações e os dados acima enumerados.

Sala das Sessões, 29 de fevereiro de 2008. – Assinam o requerimento em 26 de fevereiro de 2008, os senhores senadores: – Presidente: **Leomar Quintanilha** – Autor: **Cícero Lucena** – Autor: **Flexa Ribeiro** – **César Borges** – **Augusto Botelho** – **Jefferson Péres** – **Marisa Serrano** – **Renato Casagrande** – **Inácio Arruda**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES N°S 107 E 108, DE 2008

Sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Sihessarenko, que “dá o nome de Arqui-

vo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”.

PARECER N° 107, DE 2008

(Da Comissão de Educação)

Relator: Senador **Maguito Vilela**

I – Relatório

Pelo Projeto de Resolução nº 1, de 2004, a Senadora Serys Sihessarenko propõe seja atribuída ao Arquivo do Senado Federal a designação Arquivo Cora Coralina. Em sua justificação, a representante de Mato Grosso aduz uma série de razões para que esta Casa Legislativa adote tal homenagem. Entre os motivos, está o fato de 2004 haver sido definido por lei como Ano da Mulher. Como uma das inúmeras providências para marcar o transcurso desse período, o Arquivo do Senado Federal, esse importante referencial da memória brasileira, passaria a ter o nome da ilustre escritora goiana.

Alega também a senadora a tradição desta Casa de homenagear edifícios, alas, anexos e órgãos sempre com nomes de ilustres personagens da História brasileira, todos homens. Ainda que tal tradição se escude no fato de as escolhas recaírem sobre nomes de ex-integrantes desta Casa, ela não deixa de ser injusta com o sem-número de mulheres brilhantes que ajudaram a construir esta Nação, ainda que não tenham ocupado cargos eletivos.

Lembra-nos a autora quão representativo é o nome da Cora Coralina para simbolizar a mulher ‘que vence, apesar de todas as vicissitudes enfrentadas. Ao lançar seu primeiro livro – **Poemas dos becos de Goiás** e estórias mais – aos setenta anos, revelou-se como uma expressão literária de valor, reconhecida por grandes escritores e críticos, e consagrada pela opinião pública, nas quase três décadas seguintes, em que se manteve ativa. Juntamente com ela, foi reconhecida toda a importância de sua cidade, Goiás, hoje tombada como patrimônio cultural de humanidade pela Unesco.

Tendo sido ela, como nos lembra a proponente da resolução, uma mulher que marcou seu tempo pelas atitudes libertárias, ao homenageá-la, o Senado estaria, simultaneamente promovendo a memória da

mulher brasileira em sua luta pela afirmação da identidade nacional.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

II – Análise

À Comissão de Educação compete apreciar as proposições que tratam das homenagens cívicas, nos termos do art. 102, Inciso II do Regimento Interno do Senado Federal.

Do ponto de vista constitucional, a medida encontra amparo nos preceitos do art. 216 de nossa Carta Magna, os quais consideram como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza imaterial que veiculem referências à identidade, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, em suas formas de expressão, especialmente em suas criações artísticas.

Esse patrimônio – e a consequente responsabilidade de mantê-lo se estende às obras, documentos e edificações. Juntamente com essas prescrições vem o mandamento ao Poder Público de promover e proteger, em colaboração com a comunidade, esse patrimônio, por diversos meios. Entre eles, se incluem os inventários, registros, vigilância, tombamento, além de outras formas de acautelamento e preservação. Igualmente compete à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Entendemos que, ao denominar Arquivo Cora Coralina o atual arquivo público do Senado, todas essas determinações constitucionais estarão sendo simultaneamente cumpridas. Desse modo, vemos que o Projeto de Resolução nº 1, de 2004, está amplamente escudado nos mandamentos constitucionais.

Do ponto de vista das competências desta Comissão, entendemos que a homenagem cívica que aqui se propõe está repleta de significados para esta Casa, para as mulheres brasileiras e para a própria Nação. Para o Senado Federal, por constituir uma excelente oportunidade para rever a tradição de nomear suas dependências apenas com nomes de homens. Para as mulheres brasileiras, que aqui veriam inscrito o nome de uma mulher que é símbolo de várias conquistas.

E para a nação porque, ao reconhecer uma de suas mais ilustres filhas, estará propagando sua memória e seu exemplo para as futuras gerações.

Como bem lembra a autora da proposição, Senadora Serys Sihessarenko, Cora Coralina é um ícone para este País. Mulher nascida em um tempo em que a elas não era franqueado acesso à educação formal ou ao desempenho artístico, esta superou tais limitações externas, ao tornar-se uma leitora “poderosa”, germe da futura escritora. Ainda que por muito tempo limitada à tradicional condição de “dona-de-casa”, jamais deixou de afirmar-se em sua individualidade. Tanto é assim, que, seus versos, suas histórias, enfim, sua literatura reflete sempre um conteúdo crítico, ainda que aparentemente apenas fale de situações do cotidiano. Mas nada supera a imagem que temos dela por ser a mulher que, já aos setenta anos, não tendo desistido dessa vocação, revela-se ao País como poeta talentosa. Ela é a própria imagem e modelo da capacidade de superação das adversidades; um modelo de mulher, que vence num mundo de predominância masculina; um exemplo de ternura e tolerância perante uma sociedade machista e excludente.

O Arquivo do Senado Federal, por sua vez, é um repositório privilegiado da memória deste País, por guardar aqui 180 anos da vida pública nacional, uma vez que, desde o Império, já era um local onde eram decididos fatos importantes da história brasileira. Esse arquivo tem sido – e tem – potencial para ser muito mais – uma fonte inesgotável de pesquisas sobre a história brasileira. Com a atribuição do nome de Arquivo Cora Coralina a ele, estaremos propiciando a junção de dois repositórios significativos da memória nacional: um físico, representado pelos documentos, e outro imaterial, representado por tudo quanto significa Cora Coralina para o Brasil.

III – Voto

Pelo exposto, e não encontrando óbices de natureza constitucional, jurídica e de técnica legislativa, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1, de 2004.

Sala da Comissão, 16 de março de 2004.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PRS Nº 001/04 NA REUNIÃO DE 16/03/2008
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Osmar Dias (Senador Osmar Dias)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE	1- TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS	2- ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI	3- (VAGO)
JOÃO CABERIBE	4- (VAGO)
DUCIOMAR COSTA	5- (VAGO)
AELTON FREITAS	6- (VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE	7- (VAGO)
VALMIR AMARAL	8- (VAGO)

PMDB

HÉLIO COSTA	1- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
RELATOR	<i>aceite</i>
VALDIR RAUPP	3- PAPALEÓ PAES
GERSON CAMATA	4- LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
JOSÉ MARANHÃO	6- (VAGO)

PFL

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOSÉ AGripino
EFRAIM MORAIS	4- MARCO MACIEL
MARIA DO CARMO ALVES	5- PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO

PSDB

SÉRGIO GUERRA	1- ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2- EDUARDO AZEREDO
REGINALDO DUARTE	3- JOÃO TENÓRIO
ANTERO PAES DE BARROS	4- LÚCIA VÂNIA

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	2- JUVÊNCIO DA FONSECA

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
----------------------	--------------------------

PARECER N° 108, DE 2008

(Da Comissão Diretora)

Relator: Senador **Efraim Moraes****I – Relatório**

Em pauta o Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Sihessarenko, que “Dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”.

A autora da proposição justifica sua iniciativa, salientando que o ano de 2004, no qual foi apresentada a proposição ora relatada, fora designado Ano da Mulher, e atribuir o nome da poetisa Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal seria uma justa homenagem que engrandeceria o Senado Federal.

A matéria foi analisada pela Comissão de Educação, que em reunião de 16 de março de 2004, aprovou parecer favorável do Senador Maguito Vilela.

Em seguida a proposição foi encaminhada à Mesa Diretora, perante a qual o então Primeiro-Secretário, Senador Romeu Tuma, também apresentou parecer favorável. Porém o parecer do Senador Romeu Tuma não foi apreciado pela Comissão Diretora, e a matéria continua em exame pela Mesa Diretora.

II – Análise

Não temos dúvidas quanto ao caráter meritório da proposição em análise, pois Cora Coralina é um verdadeiro ícone da mulher brasileira, tendo publicado o seu primeiro livro de poesias aos 75 anos de idade, sendo em seguida agraciada com inúmeros prêmios e homenagens nacionais e internacionais.

Com relação aos aspectos legais e regimentais, a proposição em análise encontra-se perfeitamente em consonância com os dispositivos da Constituição Federal, que estabelece no inciso XIII do art. 52, que compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre a sua organização e funcionamento.

III – Voto

Diante do exposto, considerando o caráter meritório do projeto em tela, e que o mesmo encontra-se ao amparo constitucional e de acordo com os dispositivos regimentais, manifestamos nosso voto favorável à aprovação do Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Sihessarenko, que “Dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”.

Sala de Reuniões,



Presidente



Relator

PARECERES N°S 109 E 110, DE 2008

Sobre o Projeto de Resolução nº 20, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que “denomina ‘Campus Universitário Senador Lauro Campos’ a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal”.

PARECER N° 109, DE 2008,
(Da Comissão de Educação)Relator: **Senador Cristovam Buarque****I – Relatório**

O Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, tem por meta render homenagem ao falecido Senador Lauro Campos, cujo nome passará a designar a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), em Brasília.

Segundo relembraram, na justificação, o Senador Tião Viana, o Professor Lauro Campos exerceu magistério em Economia na Universidade Federal de Minas Gerais, entre 1954 e 1957, tendo lecionado na Universidade Federal de Goiás e também na Universidade de Sussex, na Inglaterra, em 1976.

Na Universidade de Brasília, Lauro Campos integrou o Departamento de Economia entre 1966 e 1991, tendo lecionado na graduação e no mestrado em Economia da instituição. Entre as obras de sua relevante produção acadêmica destacam-se “**A crise da ideologia keynesiana**”, lançado pela Editora Campus, em 1980, e “**A crise completa: a economia política do não**”, publicado pela Editora Boitempo, em 2001.

Além de tudo isto, o Prof. Lauro Campos deixou uma extensa lista de alunos formados por ele no entendimento do sistema econômico, com uma ótica revolucionária, contra as correntes tradicionais. Para isto, além de dispor de uma excelente formação intelectual, dispunha também de um forte caráter, capaz de enfrentar a repressão política e os discursos acadêmicos da época. Como cidadão e homem público Lauro Campos é um exemplo de coerência de pensamento e posições políticas e ideológicas. Seu exemplo é um marco em um País e em um tempo de tanta incoerência, oportunismo e fraqueza ética.

II – Análise

A proposta de atribuir à Unilegis o nome do Professor Lauro Campos reveste-se de inegável justiça e reconhecimento ao saudoso Senador, em face da importância desse eminente brasileiro para a História do Brasil.

Além de emérito acadêmico, o Senador Lauro Campos obteve destaque em sua atuação legislativa no Senado da República, por sua notável sensibilidade social e defesa intransigente dos desvalidos. Atribuir à Unilegis o nome de “Campus Universitário Senador Lauro Campos” enobrece a instituição, ao mesmo tem-

po em que contribui para fixar o nome do parlamentar em nossa memória coletiva.

Além de toda justificativa histórica, cabe registrar que a Unilegis é órgão da administração direta do Poder Legislativo Federal, sem personalidade jurídica própria, integrante da estrutura desta Casa Legislativa, razão pela qual nada existe para obstar a que o Senado Federal decida a respeito da proposição.

No que concerne à formalização da iniciativa, parece-nos necessária a adequação da cláusula de vigência do projeto, já que a medida envolve uma resolução e não uma norma legal **stricto sensu**.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, com a emenda a seguir.

EMENDA N° 1 – CE

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PRS Nº 020/07 NA REUNIÃO DE 06/11/07
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE EVENTUAL:

L. Quintanilha

Sen: Leomar Quintanilha
Presidente Eventual da Comissão
de Educação

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIAIS	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIRO SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE RELATOR	<i>Mirim.</i>	1- JEFFERSON PÉRES
------------------------------	---------------	--------------------

PARECER N° 110, DE 2008
 (Da Comissão Diretora)

Relator: Senador César Borges

I – Relatório

Vem a exame da Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR) o Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, de iniciativa do Senador Tião Viana, que designa a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), em Brasília, “**Campus** Universitário Senador Lauro Campos”.

À guisa de justificar a proposição, o autor relembra que o homenageado, Senador e Professor Lauro Campos, lecionou em diversas universidades brasileiras e na de Sussex, Inglaterra, tendo dedicado à Universidade de Brasília mais de vinte e cinco anos de magistério, mormente entre 1966 e 1991, nos cursos de graduação e de mestrado em Economia. O Professor Lauro Campos é reconhecido, também, por sua consistente produção acadêmica.

A apreciação da proposição pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa ensejou a aprovação de emenda para a inserção de cláusula de vigência na nova norma.

II – Análise

A designação do nome do Senador Lauro Campos para compor o da Unilegis é um gesto de reconhecimento ao saudoso professor, a enaltecer sua memória, mas, igualmente uma honraria que enobrece esse órgão de difusão e produção do conhecimento no Senado Federal.

Além de acadêmico respeitado, autor de obra relevante para a formação de economistas e cidadãos brasileiros, o Senador Lauro Campos, em sua passagem pelo Senado da República, deixou a marca da sensibilidade social e compromisso com a transformação social do País.

Com efeito, sendo desnecessário arrolar mais razões para a demonstração do mérito da iniciativa, há de se considerar o fato de a Unilegis integrar a estrutura do Poder Legislativo federal, sem personalidade jurídica própria, com o que nada há, no que concerne aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, a impedir o Senado Federal de decidir em favor do projeto.

No mais, no que respeita à técnica legislativa de que cuida a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, parece-nos oportuno e mais adequado proceder à formalização da mudança no texto da Resolução do Senado Federal nº 1, de 2001, norma

instituidora da Unilegis, para o que apresentamos as competentes emendas.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, com as emendas a seguir.

EMENDA N° 2 – CDIR

Dê-se ao art. 1º da Resolução do Senado Federal nº 1, de 2001, nos termos do art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 1º

.....
 Parágrafo único. Fica denominada ‘**Campus** Universitário Senador Lauro Campos’ a sede da Unilegis, localizada em Brasília, Distrito Federal. (NR)”

EMENDA N° 3 – CDIR

Dê-se à ementa do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, a seguinte redação:

“Altera a Resolução do Senado Federal nº 1, de 2001, para denominar ‘Campus Universitário Senador Lauro Campos’ a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, localizada em Brasília, Distrito Federal.”

Sala da Comissão,

PARECER N° 111, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.299, de 2007, ao Ministro de Estado da Justiça, solicitando informações sobre quem financiou a viagem (passagens, estadia etc.) de índios Yanomamis

à Inglaterra, Alemanha e Noruega, conforme noticiado pela imprensa.

Relator: Senador Álvaro Dias

I – Relatório

Submete-se ao exame desta Secretaria-Geral da Mesa o Requerimento nº 1.299, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, ao Ministro de Estado da Justiça, solicitando informações sobre quem financiou a viagem de índios Yanomamis à Inglaterra, Alemanha e Noruega, conforme noticiado pela imprensa.

Segundo o autor do requerimento, a imprensa brasileira divulgou recentemente a viagem de alguns índios da etnia Yanomami para os citados países da Europa, notícia que foi seguida de críticas à ação do governo brasileiro sobre a administração das terras indígenas.

Dessa forma, o ilustre Senador deseja verificar, com o requerimento, se os aludidos indígenas tiveram suas despesas de viagem custeadas com recursos públicos e quem foi o responsável pela liberação da despesa em questão, no intuito de avaliar se a referida ação realmente atendeu ao interesse público, o que, não se confirmando, ensejará as providências cabíveis por parte desta Casa.

II – Análise

Trata-se de expediente legislativo destinado a fornecer informações ao Congresso Nacional, no exercício de sua função de fiscalização do Poder Executivo, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, a fim de possibilitar o conhecimento das ações desenvolvidas pelo Ministério da Justiça ou pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entidade da administração indireta sob a supervisão daquela Pasta, no exercício de atividade-fim.

O § 1º do art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, prevê que a autoridade à qual deve ser encaminhado o requerimento de informações é sempre o Ministro de Estado ou a autoridade máxima de órgão diretamente vinculado à Presidência da República. Assim, no caso em exame, o requerimento deve ser encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça, independentemente de o ato ter sido praticado no âmbito deste Ministério ou da aludida fundação.

A indagação parece-nos extremamente relevante em seu mérito e não esbarra em qualquer óbice constitucional, legal ou regimental, bem como não fere as disposições colimadas no inciso I do art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que veda a interrogação de caráter especulativo, uma vez que se trata de pergunta objetiva.

O teor do Requerimento está amparado pelo art. 50, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como pelo art. 216, I, do Regimento Interno desta Casa. Além disso, atende aos requisitos de admissibilidade previstos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplina internamente o encaminhamento de requerimento de informações, pois é dirigido à autoridade ministerial competente e refere-se a atos submetidos à ação fiscalizadora do Senado Federal, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição, não contendo tema vedado ou sujeito a sigilo.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.299, de 2007.

Sala de Reuniões,

PARECER N° 112, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.301, de 2007, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado como art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal informações ao Ministro da Justiça sobre inquérito ou outro qualquer procedimento investigatório no âmbito da Polícia Federal sobre a atuação das Construtoras OHL Brasil S.A. e Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., em nosso País.

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

Subscrito pelo eminentíssimo Senador Marconi Perillo, vem à Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 1.301, de 2007, que objetiva a solicitação de informações ao Ministro de Estado da Justiça, sobre a existência de inquérito ou outro qualquer procedimento investigatório no âmbito da Polícia Federal relativamente à atuação das empresas construtoras que menciona.

Assinala o Requerimento que se trata de pedido com o propósito de esclarecer se há algum procedimento em curso para apurar irregularidades que teriam

sido praticadas pelas empresas em questão, conforme noticiado na imprensa nacional e internacional.

II – Análise

De acordo com o art. 216 do Regimento Interno desta Casa, são critérios de admissibilidade dos requerimentos de informação previstos no § 2º do art. 50 da Constituição da República:

Art. 216

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

.....

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informação, preceitua que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer (art. 1º, § 2º) e que o requerimento não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido (art. 2º, inciso I).

A leitura atenta dos termos do Requerimento sob exame permite inferir que, a nosso juízo, o Requerimento sob exame não incorre em nenhum dos óbices previstos na legislação em vigor.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 1.301, de 2007, por atender aos critérios regimentais de admissibilidade e em face das razões de mérito expendidas.

Sala de Reuniões,

PARECER N° 113, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.304 de 2007.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.304, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia acerca da redução no fornecimento de gás para o Estado do Rio de Janeiro.

O Nobre Senador Marcelo Crivella deseja conhecer, além de outras informações, os motivos da redução drástica no fornecimento de gás para as companhias CEF, CEG-Rio e COMGÁS; por quanto tempo prevalecerá a redução; quais os critérios adotados; qual o prejuízo estimado e qual a responsabilidade da Aneel em relação a tais fatos.

Sua excelência justifica seu Requerimento argumentando que, tendo a Petrobras confirmado a redução no fornecimento de gás para as distribuidoras do Estado do Rio de Janeiro, é necessário que esta Casa Legislativa seja plenamente informada desse lamentável fato, que se traduz em medida arbitrária e unilateral, que lesa os direitos do consumidor e também das companhias instaladas no Estado.

Segue sua Excelência afirmando que a medida afetou diretamente o fornecimento de gás ao comércio, residências, hospitais e postos de gasolina, o que prejudica diretamente a milhares de taxistas.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.304, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Sala de Reuniões,

PARECER N° 114, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.310, de 2007.

Relator: Senador **Magno Malta**

I – Relatório.

O Senador Heráclito Fortes, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 1.310, de 2007, no qual solicita ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações detalhadas sobre o cumprimento ou não da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Estado do Piauí, assim, como sobre a situação fiscal e financeira daquela unidade da Federação.

Segundo a Justificação do autor, desde 2006, a imprensa piauiense vem publicando notícias sobre um suposto calote do governo estadual em instituições financeiras que realizam operações de crédito sob consignação em folha de pagamento dos servidores estaduais.

Ademais, o Tribunal de Contas do Estado apurou e comprovou, segundo o Autor, que o governo estadual reteve ilegalmente a quantia de R\$67 milhões, oriunda de descontos em folha para pagamento de empréstimos de servidores que deveria ter sido repassada às instituições financeiras.

Ressalta, por fim, que compete ao Senado Federal ter conhecimento da real situação financeira dos estados para, se necessário, adotar as providências cabíveis.

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o pedido de informações, previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na hora do expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

Nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2001, não foi formulado qualquer questionamento de caráter sigiloso. Portanto, o Requerimento nº 1.310, de 2007, enquadra-se no dispositivo acima citado, assim como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de

2001, cabendo a esta Mesa decidir terminativamente sobre o mesmo.

III – Voto

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 1.310, de 2007.

Sala de Reuniões,

The image shows two handwritten signatures. The top signature is longer and appears to be 'Presidente'. Below it is a shorter signature that includes the word 'Relator'.

PARECER N° 115, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.312, de 2007.

Relator: Senador Álvaro Dias

I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 1.312, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pedido de informações a respeito das ações que estão sendo adotadas para viabilizar a implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Parnaíba, Piauí, criada pelo Decreto nº 97.406, de 22 de dezembro de 1988.

Na justificativa, o requerente diz que o Estado do Piauí vive momento de grave estagnação econômica, necessitando de ações inovadoras, como seria a implantação da ZPE.

Complementa com a afirmativa de que a implantação da ZPE de Parnaíba é estrategicamente imprescindível para a retomada do crescimento econômico daquela região, refletindo também em todo o Estado.

O referido requerimento veio a esta Mesa, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

II – Análise

Cabe à Mesa examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

O requerimento atende o disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que trata de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado, e tem por

escopo ações do Poder Executivo que se submetem à fiscalização e controle desta Casa, tendo em vista a competência exclusiva do Congresso Nacional estabelecida no art. 49 da Carta de 1988.

De acordo com o art. 27, IX, e, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, cabe ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior.

Portanto, o pedido está dirigido à autoridade competente e atende aos dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como às normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.312, de 2007.

Sala de Reuniões,

PARECER N° 116, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.341, de 2007, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde sobre fiscalização e qualidade dos medicamentos genéricos destinados ao tratamento de pacientes psiquiátricos.

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.341, de 2007, no qual requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre a qualidade e a fiscalização a que estão submetidos os medicamentos genéricos destinados aos pacientes psiquiátricos.

O referido requerimento é de autoria do Senador Eduardo Azeredo e foi originalmente apresentado à CAS, na sessão de 31 de outubro passado, e por ela aprovado e adotado.

Vem à apreciação e decisão da Mesa em razão do que dispõe o art. 215, inciso I, alínea **a**, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual os requerimentos de informação a Ministro de Estado dependem de decisão da Mesa do Senado.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O requerimento em tela está, igualmente, amparado no art. 49, inciso X da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.341, de 2007.

Sala de Reuniões,

PARECER N° 117, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.343, de 2007.

Relator: Senador Efraim Moraes

I – Relatório

O Requerimento nº 1.343, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energias acerca do andamento do Programa Luz para Todos no Estado de Rondônia.

O Nobre Senador Marcelo Crivella deseja conhecer, além de outras informações, o número de novas ligações realizadas no Estado de Rondônia; o montante de recursos utilizado; previsão de novas ligações e envio de cópia de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica no Estado de Rondônia, desde o ano de

2003 até a presente data, bem assim os respectivos instrumentos legais que deram aval a tais contratações.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.343, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior.

Sala de Reuniões,

PARECER Nº 118, DE 2008

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.347, de 2007, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca de processo de licitação e contratação da empresa Damovo, distribuidora de produtos da empresa de informática Cisco.

Relator: Senador Magno Malta

I – Relatório

O Senador Álvaro Dias, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.347, de 2007, no qual solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito do processo licitatório e de contratação da empresa Damovo, distribuidora de produtos da empresa de informática Cisco, pela Caixa Econômica Federal. São requisitados documentos comprobatórios dos procedimentos adotados, desde os estudos preliminares até a efetiva contratação da empresa.

Como justificação ao requerimento aponta-se a realização, pela Polícia Federal, de operação destinada a apurar fraudes fiscais na importação de equipamentos

pela empresa de informática Cisco, aliada à suspeita de que tenha havido mudança no instrumento convocatório da licitação realizada pela Caixa Econômica Federal para permitir a vitória da empresa Damovo, em uma contratação de R\$9,9 milhões.

II – Análise

A fundamentação do Requerimento nº 1.347, de 2007, centra-se no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que facilita às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o envio de pedidos de informação aos Ministros de Estado e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Adicionalmente, encontra suporte na exigência de efetividade da competência atribuída ao Congresso Nacional e as suas Casas para fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

No aspecto regimental, não existem reparos à proposição, elaborada dentro dos limites estabelecidos pelos dispositivos que regulam o encaminhamento dos pedidos de informações às autoridades do Executivo, particularmente os arts. 216 e 217 do Regimento Interno, e o Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O requerimento é dirigido à autoridade competente para apresentar as informações em questão, bem como oportuno para o exercício da função fiscalizadora do Senado Federal.

III – Voto

À vista do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento de Informações nº 1.347, de 2007.

Sala de Reuniões,

PARECER Nº 119, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.352, de 2007, que objetiva obter do Ministro dos Transportes informações sobre a situação em que se encontra

**a construção do Terminal Hidroportuário
de Boca do Acre.**

Relator: Senador **Magno Malta**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.352, de 2007, de iniciativa do Senador Arthur Virgílio, tem o propósito de solicitar ao Senhor Ministro dos Transportes informações sobre o processo de construção do Terminal Hidroportuário de Boca do Acre, no Estado do Amazonas.

Para tanto, pretende ver respondidas as seguintes questões:

1 – Houve alguma alteração no valor contratado inicialmente para a execução da obra?

2 – Qual a previsão atualizada para a conclusão da obra?

3 – Quais foram as alterações promovidas na execução da obra em relação ao projeto inicial?

Complementarmente, Sua Excelência solicita que cópias do edital da licitação e de suas eventuais alterações sejam anexadas às informações prestadas.

Ao justificar a proposição, o autor do requerimento afirma que, em atendimento ao Requerimento nº 254, de 2007, também de sua autoria, o Senhor Ministro dos Transportes, por meio do Aviso nº 157 GM/MT, de setembro de 2007, havia informado que o projeto deveria sofrer algumas alterações decorrentes das características físicas locais, o que, de outra parte, ensejaria a prorrogação do prazo para a conclusão da obra. Sua Excelência pretende agora obter a atualização dessas informações.

Apresentado no dia 20 de novembro de 2007, o requerimento veio à Mesa para decisão.

II – Análise

A proposição em pauta, que opera no sentido de subsidiar a ação legislativa e fiscalizadora do Senado Federal, rege-se pelo disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, e 216, I, do Regimento Interno, tendo a tramitação regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a apresentação e aprovação de requerimento de informação.

A iniciativa satisfaz adequadamente todas as condições impostas pelo mencionado ato, uma vez que é dirigida a Ministro de Estado; solicita informações que guardam relação estreita e direta com o assunto que procura esclarecer; não se refere a intenção ou propósito da autoridade a quem se destina; e não contém pedidos referentes a mais de um Ministério.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 1.352, de 2007.

Sala das Reuniões,
, Presidente
, Relator
je02/09/1-200800225
Tião Viana, Magno Malta, Arthur Virgílio

PARECER N° 120, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.357, de 2007, que contém pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre as faixas de freqüência destinadas à radiodifusão que foram transferidas para os serviços de telecomunicações.

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 1.357, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado, que contém pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre faixas de freqüência destinadas aos serviços de radiodifusão e de telecomunicações.

O autor submete uma série de questionamentos a respeito do realinhamento do espectro proposto pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) por meio da Consulta Pública nº 833, de 2007, com a transferência de faixas de freqüências do serviço de radiodifusão para o de telecomunicações. Fundamentalmente, indaga sobre o impacto econômico dessas novas destinações sobre a operação das emissoras de rádio e televisão.

Vem à apreciação e decisão da Mesa em razão do que dispõe o art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual os requerimentos de informação a Ministro de Estado dependem de decisão da Mesa do Senado.

II – Análise

O Requerimento nº 1.357, de 2007, encontra respaldo no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combi-

nado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. Está igualmente amparado no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Ademais, a proposição está de acordo com os dispositivos regimentais que tratam dos pedidos de informações a autoridades do

Poder Executivo, especialmente o que consigna o inciso IV do art.

216, e com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da esa nº 1, de 2001.

III – Voto

À luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 1.357, de 2007.

Sala de Reuniões,

The image shows two handwritten signatures. The top signature is above the word 'Presidente'. The bottom signature is above the word 'Relator'.

PARECER N° 121, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.375, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda, acompanhadas de documentação, sobre as investigações da Comissão de Valores Mobiliários acerca de operações de compra e venda de ações da Petrobras no período que especifica.

Relator: Senador Gerson Camata

I – Relatório

Por intermédio do Requerimento nº 1.375, de 2007, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno, o Senador Flexa Ribeiro solicita que se requeira ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre as investigações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entidade autárquica vinculada à sua pasta, acerca de operações de compra e venda de ações da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) no período de três semanas anteriores ao dia 8 de novembro de 2007, promovidas com o fito de averiguar possível vazamento de informações, em benefício de alguns investidores. Na referida data, a empresa anunciou o promissor potencial produtivo da

área de Tupi, que se estende pelas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos.

Requer o Senador o envio de relatório conclusivo da CVM sobre a matéria, que esclareça as seguintes questões:

1 – Qual a conclusão da CVM sobre a possibilidade de ter havido vazamento de informações antes do referido anúncio?

2 – Houve informação privilegiada ou qualquer outra irregularidade de mercado envolvendo ações da Petrobras?

3 – Em caso positivo, que instituições e/ou pessoas foram beneficiadas?

Na justificação, o ilustre Senador lembra as competências desta Casa em relação à matéria financeira, cambial e monetária e no que tange às instituições financeiras e suas operações, enfatizando a necessidade do mais amplo conhecimento possível quanto às matérias relevantes nessa seara para que os senadores exerçam adequadamente suas atividades legislativas.

O Senador Flexa Ribeiro expressa preocupação com a existência de tráfico de informações privilegiadas no mercado acionário brasileiro, dado o potencial que tal prática tem de “causar prejuízos econômicos mais amplos, abalando a confiança dos investidores”. O parlamentar aduz também ser fundamentalmente relevante manter a transparência do mercado de capitais.

De acordo com o noticiado na imprensa, a CVM instituiria procedimento investigatório, pelo qual solicitaria à Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) levantamento dos negócios envolvendo a Petrobras no período acima referido, bem como estaria disposta a checar o histórico dos investidores, averiguar fichas cadastrais e pedir informações adicionais à Bovespa e a outras fontes do mercado financeiro.

II – Análise

Compartilhamos do posicionamento do ilustre requerente. É imprescindível que esta Casa tenha conhecimento das informações objeto do Requerimento nº 1.375, de 2007, em especial por envolver especulação fraudulenta com papéis da maior empresa brasileira.

Não resta dúvida da presença do interesse público na investigação dos fatos relatados pelo nobre Senador Flexa Ribeiro. A higidez, transparência e confiabilidade de nosso mercado financeiro é fator fundamental para o desenvolvimento do País. É intolerável a prática de vazamento de informações privilegiadas, que enriquece uns poucos e mina, sobretudo no que é afeto à confiabilidade e à maturidade, o mercado de capitais brasileiro.

O pleno desenvolvimento desse mercado é imprescindível para nosso desenvolvimento econômico, e o Senado Federal tem que estar munido de todas as informações possíveis para o fiel desempenho de seu papel institucional.

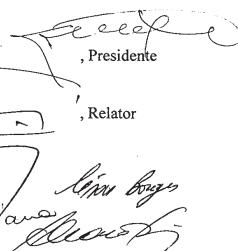
Acreditamos, pois, no acerto do requerimento que, ademais, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, estando expressamente abrigado no que prevê o art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que o requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se refere à matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora, não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a sigilo, conforme estabelece o § 2º do art. 80 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e se encontra dirigido à autoridade competente, o Ministro de Estado da Fazenda, a quem está atribuída à supervisão ministerial sobre a CVM.

III – Voto

A vista do exposto, o voto é favorável à aprovação do Requerimento nº 1.375, de 2007.

Sala de Reuniões,



, Presidente
, Relator

PARECER N° 122, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.380, de 2007, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde sobre as providências que estão sendo tomadas por aquela pasta para conter uma possível epidemia de rubéola no País.

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.380, de 2007,

no qual solicita o envio de questões ao Ministro de Estado da Saúde.

As informações solicitadas dizem respeito ao seguinte:

- a) Que providências o Ministério da Saúde pretende tomar para evitar que o atual surto de rubéola se transforme em uma epidemia?
- b) Quais foram os motivos que levaram o País a enfrentar esse surto de rubéola?
- c) A partir de que momento o Ministério da Saúde pretende implantar as ações de combate à doença?
- d) Qual o orçamento disponível para essas ações?

Vem à apreciação e decisão da Mesa em razão do que dispõe o art. 215, inciso 1, alínea a, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual os requerimentos de informação a ministro de Estado dependem de decisão da Mesa do Senado.

II – Analise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O requerimento em tela está, igualmente, amparado no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.380, de 2007.



Sala de Reuniões,
, Presidente
, Relator

PARECER N° 123, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.388, de 2007.

Relator: Senador Efraim Morais

I – Relatório

O Requerimento nº 1.388, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

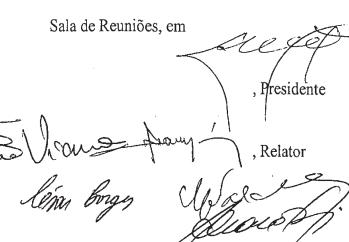
Fiscalização e Controle, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União acerca da avaliação de execução orçamentária e financeira dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO).

Nos termos do requerimento ora em análise, deseja-se conhecer o teor dos relatórios de auditoria relativos ao exercício de 2006, com a apresentação de resultados dos exames realizados sobre os atos e fatos de gestão dos administradores dos fundos acima elencados.

A justificativa do requerimento menciona a competência do Senado Federal para cuidar do equilíbrio do pacto federativo e assegurar atenção ao objetivo constitucional de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Portanto, nos termos do requerimento, deseja-se conhecer como estão sendo aplicados os R\$11 bilhões que os fundos têm disponíveis para a aplicação em 2007. Além disso, o acompanhamento e a avaliação da gestão dos Fundos Constitucionais de Financiamento devem ser uma prioridade para as atividades do Senado Federal e, em especial, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.388, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala de Reuniões, em
 
 , Presidente
 , Relator

PARECER N° 124, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.389, de 2007.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.388, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União acerca da avaliação de execução orçamentária e financeira dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO).

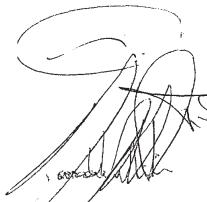
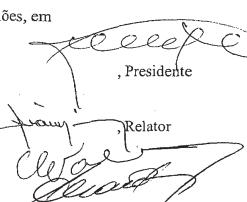
Nos termos do requerimento ora em análise, deseja-se conhecer o teor dos relatórios de avaliação da gestão dos fundos constitucionais de financiamento relativos ao exercício de 2006; da proposta técnica que deu origem à Resolução nº 319, de 14 de setembro de 2007; e a transcrição de notas taquigráficas e cópia da ata ou memória da reunião do Conselho/FCO realizada em 14 de setembro do ano passado, na cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul.

A justificativa do requerimento menciona a competência do Senado Federal para cuidar do equilíbrio do pacto federativo e assegurar atenção ao objetivo constitucional de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Portanto, nos termos do requerimento, deseja-se conhecer como estão sendo aplicados os R\$11 bilhões que os fundos têm disponíveis para a aplicação em 2007. Além disso, o acompanhamento e a avaliação da gestão dos Fundos Constitucionais de Financiamento devem ser uma prioridade para as atividades do Senado Federal e, em especial, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

II – Voto

Considerando que o requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.389, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala de Reuniões,

Sala de Reuniões, em
 
 , Presidente
 , Relator

PARECER N° 125, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.393, de 2007, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal,

informações ao Ministro das Relações Exteriores, a respeito de atos internacionais.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Vem à Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 1.393, de 2007, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro das Relações Exteriores, a respeito de atos internacionais.

Acompanha o expediente em apreço justificativa de seu autor, da qual cabe destacar os seguintes termos:

Em definição clássica, a diplomacia tem como funções representar, informar e negociar. As negociações internacionais com freqüência desaguam na elaboração e na celebração de acordos internacionais – atos jurídicos entre entidades de Direito Internacional Público – Estado e Organizações Internacionais. Essas entidades têm a capacidade de serem sujeitos de direito e de contraírem obrigações no plano internacional. A contratação de obrigações pode chegar a ser cessão de atributos soberanos.

Nossa Constituição diz que compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais (art. 21, I) e que compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional (art. 84, VII). Estatui também que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional (art. 49, I).

Em sua motivação, o autor da proposta aduz, ademais, que embora a Constituição determine que os atos internacionais dependam da chancela do Congresso, como essa chancela é dada **a posteriori** e **in totum**, depois de o ato ter sido firmado, o Congresso Nacional tem tido atuação precária nesse domínio. A rejeição do ato a ele submetido levaria a graves problemas de credibilidade dos agentes diplomáticos e afetaria a própria imagem externa do Brasil. Destaca também que seria prudente que a Comissão de Relações Exteriores passasse a acompanhar mais de perto a própria negociação dos acordos internacionais, inclusive cumprindo determinação constitucional. Afinal, tem-se estipulado na Lei Maior que é de competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar a ratificação pelo Poder Executivo dos atos internacionais que gerem encargos ou compromissos gravosos ao País, nos termos do art. 49, inciso I. Parece claro que tal acompanhamento, sem ferir as atribuições do Poder Executivo, visa a resguardar o interesse nacional e a legitimar o próprio processo negociador.

II – Análise

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal regulamenta a propositura de requerimentos, como importantes instrumentos de atuação parlamentar, a proporcionar a esta Casa congressual a oportunidade de manifestar-se acerca de relevantes acontecimentos de política externa, no pleno exercício da função de **controller** atribuída ao Poder Legislativo nas democracias modernas.

A solicitação contida no requerimento, ao solicitar que o Ministério de Relações Exteriores encaminhe a esta Casa a relação de atos bilaterais e multilaterais atualmente em negociação, inclusive ajustes complementares, mais esclarecimento sobre a iniciativa de negociação, se brasileira ou de outro Estado ou Organização Internacional interessada e a justificativa sobre o interesse brasileiro na negociação, corresponde a forma eficaz de trazer ao Poder Legislativo e à opinião pública a realidade da política externa.

A partir das informações solicitadas, será possível formular juízo de valor acerca da condução dos negócios exteriores pelo Poder Executivo, a permitir que o Congresso Nacional passe a exercer, com efetividade, a função relevante de fiscalizar a atuação dos formuladores da política externa, o que lhe é garantida no permissivo constitucional. A complexidade das modernas relações internacionais e o alto grau de especialização que as múltiplas agendas externas estão a exigir demandam maior controle da condução da política externa protagonizada pelo Presidente da República e por seus ministros.

Resta salientar que as obrigações internacionais contraídas pelo Estado brasileiro não obrigam apenas o Poder Executivo, trazendo significativas e imediatas consequências para toda a sociedade brasileira, pelo que o Poder Legislativo não deve ser apenas destinatário de informações finais sobre decisões que se tomam a portas fechadas.

III – Voto

Em face do exposto, por ser o Requerimento nº 1.393, de 2007, conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versado em boa técnica legislativa, opinamos pela sua aprovação.

Sala de Reuniões,

PARECER N° 126, DE 2008

Requerimento nº 1.394, de 2007, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art.

216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores informações referentes à situação de nossas forças de defesa na fronteira entre Brasil e Bolívia.

Relator: Senador Gerson Camata

I – Relatório

Vem ao Plenário do Senado Federal para apreciação, nos termos regimentais, o Requerimento nº 1.394, de 2007. Busca-se com a iniciativa a prestação, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, de informações atinentes à fronteira entre Brasil e Bolívia.

O requerimento funda-se no prescrito pelo § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. A proposta objetiva angariar, de modo específico, informações a “respeito da situação de nossas forças de defesa na região fronteiriça Brasil-Bolívia”.

II – Análise

Por se tratar de proposta de requerimento que se destina à obtenção de informações de Ministro de Estado, o tema deve ser analisado à vista do que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento dessa natureza.

Referido ato prescreve, para hipóteses como a presente, que eventual pedido de informação deverá versar sobre assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal. Dispõe, também, que o requerimento deverá ser dirigido a Ministro de Estado, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública sob sua supervisão. Prevê, por igual, que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

O quadro normativo indicado aponta, ainda, que o requerimento não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Esse o quadro, observamos, de um lado, que, do modo como elaborado, o requerimento em apreciação está inserido na competência constitucionalmente outorgada ao Congresso Nacional de fiscalização e controle – por qualquer de suas Casas – dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (art. 49, inciso X); de outro, que ele não afronta dispositivo do Ato da Mesa mencionado, tampouco é exorbitante no que tange à obtenção de informação tópica.

Buscam-se, em resumo, informações sobre a região de fronteira entre Brasil e Bolívia relacionadas,

sobretudo, com aspectos ligados às nossas forças de defesa na região.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.394, de 2007, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores o pedido de informações de que trata.

Sala da Comissão,
, Presidente
, Relator

PARECER N° 127, DE 2008

Requerimento nº 1.395, de 2007, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações referentes à situação de nossas forças de defesa na fronteira entre Brasil e Bolívia.

Relator: Senador Gerson Camata

I – Relatório

Vem ao Plenário do Senado Federal para apreciação, nos termos regimentais, o Requerimento nº 1.395, de 2007. Busca-se com a iniciativa a prestação, pelo Senhor Ministro de Estado da Defesa, de informações atinentes à fronteira entre Brasil e Bolívia.

O Requerimento funda-se no prescrito pelo § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. A proposta objetiva angariar, de modo específico, informações a “respeito da situação de nossas forças de defesa na região fronteiriça Brasil-Bolívia”.

II – Análise

Por se tratar de proposta de requerimento que se destina à obtenção de informações de Ministro de Estado, o tema deve ser analisado à vista do que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento dessa natureza.

Referido ato prescreve, para hipóteses como a presente, que eventual pedido de informação deverá versar sobre assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal. Dispõe, também, que o requerimento deverá ser dirigido a ministro de Estado,

ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública sob sua supervisão. Prevê, por igual, que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

O quadro normativo indicado aponta, ainda, que o requerimento não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Esse o quadro, observamos, de um lado, que, do modo como elaborado, o requerimento em apreciação está inserido na competência constitucionalmente outorgada ao Congresso Nacional de fiscalização e controle – por qualquer de suas Casas – dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (art. 49, inciso X); de outro, que ele não afronta dispositivo do Ato da Mesa mencionado, tampouco é exorbitante no que tange à obtenção de informação tópica.

Buscam-se, em resumo, informações sobre a região de fronteira entre Brasil e Bolívia relacionadas, sobretudo, com aspectos ligados às nossas forças de defesa na região.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.395, de 2007, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Defesa o pedido de informações de que trata.

PARECER N° 128, DE 2008

Da mesa, sobre o Requerimento nº 1.437, de 2007, que objetiva obter do Ministro de Estado das Cidades informações sobre as ações que têm sido adotadas no sentido de assegurar, no trânsito, a “convivência pacífica” entre pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas.

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

O Requerimento nº 1.437, de 2007, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, tem o propósito de solicitar ao Senhor Ministro de Estado das Cidades informa-

ções sobre as ações que têm sido implementadas pelo Governo Federal no sentido de assegurar, no trânsito urbano, as condições adequadas de segurança para a circulação de pedestres e dos diversos veículos de locomoção.

Para tanto, a autora formula as seguintes questões:

1) Quais providências têm sido adotadas pelo Ministério das Cidades para garantir melhor interação entre os diversos usuários das vias urbanas, como motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres?

2) O atual conteúdo temático das auto-escolas e dos exames com vistas à habilitação de motoristas prevê a questão da convivência pacífica entre esses segmentos de usuários? Há planos para aperfeiçoar esse conteúdo?

Ao justificar a proposição, Sua Excelência argumenta que uma das medidas do grau de desenvolvimento das nações, utilizado não apenas em seu sentido econômico, são as regras prevalecentes no trânsito urbano. Nos países mais desenvolvidos, pedestres e ciclistas, exatamente os usuários mais expostos a riscos, “têm prioridade e proteção do Estado contra abusos dos motoristas”.

Para a autora do requerimento em pauta, no Brasil ainda vigora uma ênfase excessiva em favor dos automóveis, o que torna mais vulneráveis os demais usuários das vias de trânsito, razão por que importa ao Poder Legislativo conhecer e examinar as medidas que, nesse campo, vêm sendo implementadas pelo Governo Federal.

Apresentado no dia 11 de dezembro de 2007, o requerimento veio à Mesa para decisão.

II – Análise

A proposição sob exame rege-se pelo disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, e 216, I, do Regimento Interno, tendo a tramitação regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a apresentação e aprovação de requerimento de informação. Nesse sentido, satisfaz adequadamente todas as condições impostas pelo mencionado Ato, uma vez que:

- 1) é dirigida a ministro de Estado;
- 2) solicita informações que guardam relação estreita e direta com o assunto que procura esclarecer;
- 3) não se refere a intenção ou propósito da autoridade a quem se destina; e

4) não contém pedidos referentes a mais de um ministério.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 1.437, de 2007.

Sala das Reuniões,

Presidente
J. Viana
Relator
Lima Bozzo /

PARECER N° 129, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.484, de 2007.

Relator: Senador Efraim Morais

I – Relatório

O Requerimento nº 1.484, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento acerca das investigações da Polícia Federal no âmbito da denominada “Operação Ouro Branco” e seus desdobramentos no que se refere à área de competência do ministério.

O Nobre Senador Heráclito Fortes deseja conhecer, além de outras informações, se técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento participaram da “Operação Ouro Branco”; como se desenvolveram os trabalhos; quantas e quais cooperativas ou empresas foram fiscalizadas na operação; quais os resultados conclusivos; e quais as ações tomadas pelo Ministério com vistas à melhoria do sistema de inspeção do leite e derivados.

Sua Excelência justifica seu requerimento argumentando que, de acordo com a imprensa, a chamada “Operação Ouro Branco” foi deflagrada pela Polícia Federal em outubro de 2007 com o objetivo de investigarem denúncias de que estava sendo comercializado leite supostamente adulterado com soda cáustica e água oxigenada. Além disso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária só teriam tomado conhecimento da ocorrência após o anúncio do início da operação policial, da qual não teriam participado.

Segue sua Excelência afirmando tratar-se de matéria da maior gravidade, considerando não apenas os reflexos para a saúde pública, como a importância da indústria do leite na economia nacional. Portanto é o objetivo do requerimento conhecer todos os dados sobre o tema e suas repercussões.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.484, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes.

Sala de Reuniões,

Sala de Reuniões, em
Presidente
Relator
Lima Bozzo /

PARECER N° 130, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.485, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que Requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro da Defesa informações concernentes ao vôo entre Caracas e Buenos Aires, no dia 4 de agosto de 2007, que, conforme farto noticiário da imprensa, teria transportado numerário para beneficiar candidatura na Argentina.

Relator: Senador Álvaro Dias

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa o Requerimento nº 1.485, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que solicita, de acordo com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre o vôo realizado entre Caracas e Buenos Aires, no dia 4 de agosto de 2007, que, segundo notícias da

imprensa, teria transportado recursos financeiros para a campanha eleitoral na Argentina.

O Requerimento foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 13 de dezembro de 2007 e distribuído ao relator signatário no dia 21 de dezembro subsequente.

II – Análise

O Requerimento tem por fundamento o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que facilita às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado.

O pedido está fundado na competência exclusiva do Congresso Nacional para a fiscalização e o controle, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal. No plano regimental, está em consonância com o disposto no art. 216 do Regimento Interno que, por sua vez, em seu inciso I, somente admite a formulação de requerimentos de informação que tenham por finalidade o esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação desta Casa ou atinente à sua competência fiscalizadora, não admitindo sua utilização para pedido de providências ou medidas administrativas.

O Requerimento também está de acordo com as disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001, especialmente com o § 1º do art. 1º, que estabelece a necessidade de que seja “dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão”.

III – Voto

Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do requerimento em exame, opinamos pela sua aprovação, a fim de que esta Mesa solicite ao Ministro da Defesa as informações requeridas.

Sala de Reuniões,

The image shows two handwritten signatures. The top signature is written in cursive and appears to read "Presidente". Below it, another signature is written in a similar style, with the word "Relator" printed underneath. To the left of these signatures, there is a large, stylized initial "C" which likely stands for "Comissão".

PARECER N° 131, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.486, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacio-

nal, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações a respeito do Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, relativo às ações necessárias para o reaparelhamento das Forças Armadas, bem como o encaminhamento do respectivo documento a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para posterior análise da Subcomissão Permanente para Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas.

Relator: Senador Alvaro Dias

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa o Requerimento nº 1.486, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que solicita, nos termos do § 20 do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações a respeito do Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, relativo às ações necessárias para o reaparelhamento das Forças Armadas, bem como o encaminhamento do respectivo documento a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para posterior análise da Subcomissão Permanente para Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas.

II – Análise

O Requerimento tem por fundamento o § 20 do art. 50 da Constituição Federal, que facilita às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado.

O pedido está fundado na competência exclusiva do Congresso Nacional para a fiscalização e o controle, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal. No plano regimental, está em consonância com o disposto no art. 216 do Regimento Interno que, por sua vez, em seu inciso I, somente admite a formulação de requerimentos de informação que tenham por finalidade o esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação desta Casa ou atinente à sua competência fiscalizadora, não admitindo sua utilização para pedido de providências ou medidas administrativas.

O requerimento também está de acordo com as disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001, especial-

mente com o § 1º do art. 1º, que estabelece a necessidade de que seja “dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão”.

No que concerne ao mérito, é fundamental que o Senado Federal conheça as medidas que vêm sendo tomadas pelo Governo Federal sobre tema de tão significativa relevância. Esta Casa não pode ficar alheia à situação de descaso com que nossas Forças Armadas têm sido tratadas, e é importante que sejamos informados sobre os desdobramentos de quaisquer projetos para recuperação dessas instituições fundamentais a nossa soberania.

III – Voto

Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do requerimento em exame, opinamos pela sua aprovação, a fim de que esta Mesa solicite ao Ministro da Defesa as informações requeridas.

Sala de Reuniões,

PARECER N° 132, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.493, de 2007.

Relator: Senador Alvaro Dias

I – Relatório

Por intermédio do Requerimento nº 1.493, de 2007, o Senador Romeu Tuma propõe que sejam solicitadas ao Exmo Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, as seguintes informações relativas à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) –

- listagem de todos os contratos, viventes e encerrados, realizados pela ANTT com fundações, universidades, empresas de prestação de serviços, prestadores de serviços de consultoria e demais entidades, públicas e privadas, que tenham sido beneficiárias de recursos públicos, detalhando o valor do contrato, o valor aditivado (se for o caso) e o valor total repassado à entidade, no período de 2002 a 2007;

2. cópias dos contratos, respectivos processos licitatórios e documentação de que trata o item anterior, em meio eletrônico.

II – Análise

A proposição encontra fundamento no disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que facilita às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminharem pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A proposição está, também, em conformidade com o art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno, uma vez que envolve matéria sujeita à competência fiscalizadora exclusiva do Congresso Nacional, prevista no art. 49, inciso X, da Constituição Federal. Além disso, respeita a vedação quanto à obrigatoriedade de os requerimentos não conterem pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

No mais, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.493, de 2007.

Sala de Reuniões,

PARECER N° 133, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 11, de 2008.

Relator: Senador Efraim Moraes

I – Relatório

O Requerimento nº 11, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 50, da Constituição Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, “para que providencie junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no estrito prazo constitucional, estudos sobre os limites do setor elétrico de suprir demanda por energia para energia para os próximos cinco anos”.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que “os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas que atendem a região nordeste estão abaixo do nível de segurança, faz-se necessário conhecer a capacidade do sistema elétrico para atender a demanda decorrente do atual nível de crescimento econômico”.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 11, de 2008, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 11, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sala de Reuniões,

, Presidente

PARECER N° 134, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 242, de 2006, que requer a solicitação de informações ao Presidente do Banco Central do Brasil sobre a emissão de títulos no exterior, por parte do Banco BMG e do Banco Rural.

Relator: Senador Gerson Camata

I – Relatório

O Requerimento nº 242, de 2006, ora sob análise, de autoria do Senador Alvaro Dias, tem por objetivo solicitar ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre títulos emitidos no exterior, pelos Bancos BMG S.A. e Rural S.A.. As informações solicitadas são as seguintes:

1. relação de todos os títulos emitidos no exterior, desde o ano 2000 até hoje, pelas instituições financeiras mencionadas, com identificação dos agentes, dos emitentes e dos valores;

2. compatibilidade dos volumes emitidos por cada um dos bancos referidos com as limitações de alavancagem financeira aplicáveis.

A justificação do requerimento cita anúncio veiculado pelo jornal **O Globo**, do dia 23 de dezembro de 2005, segundo o qual teria havido emissão de títulos

no mercado internacional, por parte do Banco BMG, no total de US\$500 milhões.

O autor do requerimento julga estranha a emissão de títulos dessa magnitude pelo referido Banco, que até recentemente enfrentava grave crise financeira, lembrando que, em 2004, a instituição chegou a suspender as operações de concessão de crédito consignado.

Cita que também existem informações de que o Banco Rural operava no mercado de capitais internacional, e foi investigado pela CPMI dos Correios em virtude de fortes indícios de irregularidades em transações financeiras. Segundo se apurou, algumas entidades, como fundos de pensão, podem ter sido usadas para viabilizar a emissão dos títulos. Mostra-se preocupante, assim, o papel desempenhado por entidades fechadas de previdência complementar vinculadas a empresas públicas ou a sociedades de economia mista nas operações de emissão de títulos apontadas.

O Requerimento foi analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu o parecer pela admissibilidade da matéria, assinalando que às perguntas formuladas no documento não se aplicam as normas estabelecidas no Ato da Mesa nº 1, de 2001, quanto aos procedimentos atinentes aos requerimentos que envolvam informações sigilosas. Cita a Lei Complementar nº 105, de 2001, que determina o sigilo às referidas instituições em suas operações ativas e passivas e serviços prestados, mas por outro lado dispõe, no seu art. 4º, que as entidades *fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentalmente, se fizerem necessários ao exercício de suas competências constitucionais e legais*.

II – Análise

As solicitações formuladas no Requerimento sob análise estão em conformidade com os mandamentos constitucionais e regimentais sobre o assunto. A Constituição Federal, no § 2º de seu art. 5º, facilita às duas Casas do Poder Legislativo o encaminhamento de pedido de informações a Ministros de Estado. O pedido em epígrafe é compatível com as exigências contidas no art. 216 do Regimento Interno: que os requerimentos tenham por objetivo o esclarecimento de assunto *submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora*, e que não contenham *pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija* (incisos I e II).

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, encerra as mesmas exigências, determinando ainda que *as informações*

solicitadas devam ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer (art. 1º, § 2º). Tal imposição também é atendida pelo presente Requerimento.

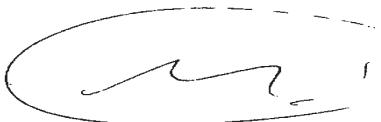
No entanto, considerando fatos posteriores a sua apresentação, o pedido de informações não mais se justifica, tendo perdido a oportunidade.

III – Voto

Ante o exposto, nos termos do art. 334, I, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, opinamos que seja declarada a prejudicialidade da matéria e arquivado o Requerimento nº 242, de 2006.

Sala de Reuniões,

, Presidente



, Relator

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB — PI)
— Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB — PI)
— A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou, em Reunião realizada em 27 de fevereiro do corrente, os seguintes Requerimentos de Informações, nos termos de seus relatórios: nºs. 1299, 1301, 1304, 1310, 1312, 1341, 1343, 1347, 1352, 1357, 1375, 1380, 1380, 1388, 1389, 1393, 1394, 1395, 1437, 1484, 1485, 1486, 1493, de 2007; e nº 11, de 2008.

Comunica, ainda, que foram aprovados pareceres favoráveis aos seguintes Projetos de Resolução: PRS nº 1, de 2004; e, com duas emendas, PRS nº 20, de 2007.

Comunica, também, que foi aprovada a reiteração do pedido de informações objeto do Requerimento nº 1016, de 2007.

Comunica, por último, que a Mesa deliberou pelo arquivamento do Requerimento nº 242, de 2006.

Tendo em vista a aprovação dos Requerimentos nºs. 1388 e 1389, de 2007, fica interrompida a tramitação do Ofício "S" nº 46, de 2007, nos termos do inciso IV do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB — PI)
— Foram encaminhados à publicação os Pareceres nºs. 107, 108, 109 e 110, de 2008, da Comissão de Educação, da Comissão Diretora, da Comissão de Educação e da Comissão Diretora sobre os Projetos de Resolução nºs. 1, de 2004, e 20, de 2007, que, res-

pectivamente, “Dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”, e “Denomina ‘Campus Universitário Senador Lauro Campos’ a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

— Foram encaminhados à publicação os Pareceres nºs 107, 108, 109 e 110, de 2008, da Comissão de Educação, da Comissão Diretora sobre os Projetos de Resolução nº 1, de 2004, e 20, de 2007, que, respectivamente, “Dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”, e “Denomina ‘Campus Universitário Senador Lauro Campos’, a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

— O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

— Há oradores inscritos.

A sessão é não deliberativa, portanto, as Sr^{as} e os Srs. Senadores podem debater os problemas do nosso País.

O primeiro orador inscrito é o extraordinário Senador do Distrito Federal, nascido no Piauí, em Uruçuí, líder empresarial de perspectivas invejáveis na política de Brasília e do Brasil. V. Ex^a, Senador Adelmir Santana, pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente. Jamais ousarei interromper as palavras e o pensamento desse grande líder do Brasil.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando se anuncia o envio de projeto de reforma tributária, quero, mais uma vez, voltar a tratar desse tema.

O jornal **Folha de S.Paulo**, no dia 27 próximo passado, publicou artigo com o seguinte título: “Sistema tributário ‘bizantino’ prejudica empreendedores, diz **Financial Times**”.

Faz um relato, este artigo, de pequenos empreendedores que iniciam os seus negócios e começam tendo um certo sucesso. Em dado momento, resolvem ampliar esses negócios e, ao fazê-lo, deparam-se com um sistema tributário, dito pelo jornal, bizantino. Sistema esse, segundo o articulista, que impede o crescimento dos pequenos empreendedores.

Aparece quase sempre um empreendedor mais estruturado, de maior tamanho, e faz a aquisição desses menores, voltando esses pequenos empreendedores à informalidade e, muitas vezes, à condição de empregados.

E a afirmação de um sistema tributário bizantino se baseia também em um recente estudo do Banco Mundial, que constatou que uma empresa típica brasileira precisava de 2.600 horas ao ano para pagar os seus impostos – vejam bem, para pagar os impostos –, o que coloca o nosso País, nesse estudo feito com 177 nações, em penúltimo lugar.

Na Irlanda, por exemplo, nesse mesmo estudo, o prazo para recolhimento de empresas/ano dessa mesma tarefa é de apenas 76 horas.

O mesmo articulista fala de um estudo recente feito pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo, que tece considerações sobre essas dificuldades do processo de recolhimento de tributos no Brasil: “Alguns impostos são pagos à União (Governo Federal) e repassados aos Estados, outros passam dos Estados aos Municípios, outros dos Estados à União e de volta a outros Estados”. É um movimento monstruoso, desnecessário, um legado de mais de cem anos de aprovação de novos impostos, novas regras, de maneira improvisada e quase sempre sem levar em conta o aspecto da redução da carga tributária.

Na semana anterior, estivemos aqui, nesta tribuna, fazendo considerações do que entendíamos como reforma tributária. Mais uma vez, volto a esse tema. A reforma tributária é um tema vasto, complexo, polêmico, que vai ensejar debates em diferentes fóruns e na mídia em geral, à vista da iniciativa do Governo Federal de promover – está fazendo isso e fez antes – consultas a diferentes segmentos da sociedade sobre a proposta que foi enviada ao Congresso Nacional no dia de ontem.

Como já enfatizei em pronunciamento que fiz nesta Casa na última semana, um dos principais problemas do sistema tributário brasileiro é a carga tributária elevada e desproporcional aos serviços públicos oferecidos à população.

Essa carga tributária, segundo estudo recente, chegou, em 2006, a 35,21% do PIB, crescendo, entre 1997 e 2006, dez pontos percentuais. E agora estudos também indicam que já estamos atingindo ou superando 38% do PIB.

É preciso, pois, estabelecer mecanismo institucional de controle do crescimento dessa carga tributária asfixiante, que limita o desenvolvimento do País, bem como definir um órgão técnico e representativo apto a realizar o acompanhamento da evolução da carga tributária e elaborar sugestões para sua redução. O

resultado dessa avaliação, por sua vez, seria encaminhado aos Poderes Legislativos de cada ente estatal para auxiliar em suas deliberações.

Com respeito a esses pontos, apresentarei, nos próximos dias, projetos que prevêem esse tipo de controle pelo Congresso Nacional. O Governo sinaliza com a criação de um gatilho que limita a carga. Isso não é suficiente. Temos de limitar a carga não nesse patamar em que ela se encontra, mas buscar o processo de redução e, ao mesmo tempo, encontrar um formato que limite a sua evolução.

Por outro lado, no tocante à racionalização e simplificação da tributação sobre o consumo – outra medida indispensável a qualquer projeto de reforma tributária, como também já destaquei no pronunciamento anterior –, penso que a anunciada configuração centralizada de um novo ICMS, que já contempla a reforma encaimhada, deveria levar em conta as seguintes características mínimas, e o projeto preceitua isto:

- as alíquotas seriam fixadas pelo Senado Federal, em face da iniciativa do Presidente da República, de um terço dos senadores ou de um terço dos governadores, mediante aprovação por três quintos dos votos dos membros desta Casa legislativa;

- o imposto seria regulado por lei complementar, de aplicação nacional, e teria regulamento único, editado com base no disposto na lei complementar de Instituição, assegurando-se em sua elaboração a participação de representantes da União, dos Estados e do Distrito Federal, por meio de órgão colegiado a ser criado, ficando vedada norma estadual autônoma;

- o ICMS conservaria sua característica de não cumulatividade, não incidiria sobre as exportações e incidiria sobre os bens importados, inclusive por pessoas físicas, assegurando-se igualdade de tratamento entre os produtos nacionais e estrangeiros;

- uma seletividade moderada seria adotada, estabelecendo-se, em princípio, cinco alíquotas para classes de produtos e serviços, a maior não excedente a 25% e a menor de 4%, incidindo sobre gêneros de primeiras necessidades. Nós já temos alíquotas de ICMS de até 28%. É preciso que se busque mecanismo de redução. Não me canso de enfatizar essa matéria;

- ainda não deveria ser permitida a concessão de novos incentivos ou benefícios fiscais ou financeiros pelos Estados e Distrito

Federal, salvo os previstos na lei complementar e no seu regulamento;

– o julgamento de contencioso administrativo em primeira instância se daria no âmbito da administração fazendária de cada Estado e do Distrito Federal, mas caberia recurso para órgão administrativo colegiado e paritário, uniformizador da jurisprudência;

– a competência para dirimir as demandas judiciais permaneceria com a Justiça estadual.

Ao lado dessas alterações, referentes apenas ao novo ICMS, quer me parecer que a reforma tributária deveria enfocar outras ações de racionalização e de simplificação do sistema, como também ampliar as garantias fundamentais dos contribuintes.

A esse título, alinharia as seguintes medidas:

– vedar a utilização de medidas provisórias para instituir ou aumentar tributo;

– vedar a instituição de empréstimo compulsório se empréstimo anterior não tiver sido saldado;

– extinguir a atual competência residual da União para instituir tributo novo mediante lei complementar.

– extinguir – e a proposta diz isso – a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), fundindo-se suas alíquotas com as do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, prevendo-se que este poderia ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica – a proposta contempla a sua extinção, sem, no entanto, diferenciar as atividades econômicas;

– fundir a Cofins com o PIS – a proposta cria o IVA Federal com a fusão do PIS, da Cofins, da Cide e salário-educação.

Eu acho que a Cide, em boa hora, deveria realmente ser extinta e absorvida, como está na proposta, por um tributo federal.

– é preciso remanejar o Imposto sobre a Propriedade Territorial (ITR) para a competência do Estado e do Distrito Federal, fixando-se, porém, alíquotas máximas mediante lei complementar;

– também uma necessidade é explicitar que o IPVA incidirá sobre veículos automotores, terrestres, aéreos e aquáticos;

– definir que o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios seriam alimentados mediante participações percentuais incidentes sobre a to-

talidade da receita tributária da União, à exceção unicamente das receitas decorrentes das contribuições vinculadas à previdência e dos adicionais desta, recalculando-se os novos percentuais de modo a assegurar fluxos financeiros semelhantes aos atuais.

A proposta trata dessa matéria; é muito bem-vinda essa questão da repartição das contribuições entre os entes federativos. Relativamente a este ponto, a atual modelagem do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios mostra, no mínimo, três aspectos negativos.

Primeiro, uma dependência arriscada da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, suas únicas fontes, o que gera instabilidade. Segundo, a inflexibilidade das políticas tributárias adotadas pela União para esses impostos. Terceiro, o estímulo para a criação de novas contribuições de cuja receita os Estados, o Distrito Federal e o Municípios não participam – a proposta tende a incluí-los no processo de rateio. Isso é muito bem-vindo

Continuo com a sugestão de medidas:

– assegurar aos Municípios participação nas receitas tributárias dos Estados nas mesmas proporções estabelecidas hoje, sendo que, em relação ao remanejamento de impostos sobre a propriedade territorial, essa participação seria de 50%, nos termos da mesma lei complementar que fixar a alíquota máxima;

– respeitar os direitos aos incentivos fiscais e financeiros já concedidos pelos Estados e Distrito Federal por quinze anos a partir da data da entrada em vigor da emenda constitucional que alterasse o sistema tributário.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, além das medidas aqui preconizadas, e de muitas outras que emergirão dos debates a serem travados nesta Casa, estou convencido de que a proposta do Governo que nos foi enviada nos vai exigir, igualmente, a análise de pontos que possam eventualmente impactar o segmento das micro e pequenas empresas, fundamentais para a geração de emprego, distribuição de renda e sobretudo para o desenvolvimento brasileiro.

Nos jornais de hoje, que já fazem a análise da proposta recebida, vê-se que muitos analistas focados na questão tributária chegam a afirmar que o aspecto da redução de carga tributária não é assegurado na proposta enviada ao Congresso.

Sabemos que essa proposta traz avanços no que diz respeito à simplificação, mas isso não é suficiente.

Devemos aproveitar este momento para buscar a redução da carga tributária. É inaceitável que tenhamos uma carga tributária de 38% sobre o PIB nacional, carga tributária essa que sacrifica os mais pobres, carga tributária essa que não faz a divisão equânime entre os entes federativos.

A redução dos entraves burocráticos é uma vantagem. A união de vários tributos em uma única contribuição, em um único imposto, numa única guia, numa única data, significará certamente um avanço e diminuirá sobremaneira o número de horas que as empresas gastam para o recolhimento desses tributos. Isso, no entanto, não é suficiente. É bem-vindo, é bom, faz bem às empresas, mas é preciso que se encontre um caminho para reduzir essa drástica, inexorável quantidade de tributos em termos de participação percentual sobre o PIB – volto a repetir – e que prejudica sensivelmente os mais pobres, porque, significativamente, os tributos embutidos nos produtos comprados por aqueles que detêm a menor renda são, do ponto de vista percentual, extremamente mais elevado em relação àqueles que têm maior renda.

Sr. Presidente, haveremos de nos debruçar sobre a análise dessa proposta enviada, mas estou certo de que chega numa hora difícil, numa hora em que as ações do Congresso estão voltadas para duas comissões: uma comissão mista, que ainda não foi instalada, que trata da questão dos cartões corporativos; e outra em desenvolvimento, que trata das ONGs. Essas são questões fundamentais que precisam ser aprofundadas.

Estamos, porém, em um ano eleitoral, de pequeno tamanho legislativo portanto, uma vez que as atenções estarão voltadas para as eleições municipais. Certamente não era a intenção chegarmos à conclusão que desejamos.

A reforma que foi enviada no passado, respaldada por todos os Governadores, avançou de certo modo, foi arredondada aqui no Senado, mas voltou à Câmara por falta de vontade política. Na hora em que entrou a questão do pacto federativo, da divisão dos recursos, ficou paralisada.

Do mesmo modo, mesmo tendo sido recebida aqui, o Ministro da Fazenda, acompanhado de outros Ministros... As intenções são das melhores, mas eu temo que não tenhamos uma reforma tributária como a sociedade deseja. Claro que a redução de entraves burocráticos, a simplificação, a junção de tributos em uma única contribuição – volto a repetir, uma única guia, uma única data – significará um avanço, uma melhoria, mas não é o suficiente e não é aquilo que nós todos desejamos e que a sociedade espera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB - AC) – Eu quem agradeço, Senador Adelmir. V. Ex^a tem razão. Talvez não se deva chamar o que recebemos no Congresso Nacional de uma reforma tributária. Talvez seja o início de um processo de simplificação do emaranhado que é a cobrança de tributos em nosso País. Mas a reforma tributária está longe disso! Como V. Ex^a disse, ela deve ser mais profunda, deve ser no sentido da própria redução da carga tributária que pesa sobre os ombros do povo brasileiro, daqueles que trabalham, daqueles que produzem.

Portanto, creio que devamos encarar essa proposta do Governo como o início do processo de simplificação do sistema de cobrança de tributos em nosso País, que, como V. Ex^a mesmo admite, trará um certo conforto em alguns setores, mas não significa ainda uma complexa reforma tributária como estamos carecendo e merecendo.

V. Ex^a está de parabéns! O Congresso Nacional precisa ouvi-lo com muita acuidade. V. Ex^a é um estudioso e um especialista no assunto.

Parabéns!

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador representante do Estado do Piauí, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão de sexta-feira no Senado da República do Brasil, é bom salientar que nunca na História do Brasil e do Senado da República esta Casa abriu às sextas-feiras. Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Geraldo Mesquita, a verdade é uma busca. Essa preocupação é tão grande que quis Deus que o nosso Presidente Garibaldi Alves adentrasse o plenário. Quis Deus! Esta televisão, a TV Senado, e o povo buscam a verdade. Caiu por terra isso que querem impregnar na consciência do povo do Brasil: que somos desacreditados, que há uma pesquisa negativa. Eu sempre contestei isso, porque entendemos as coisas.

Senador Geraldo Mesquita, adentrou o plenário o nosso Presidente Garibaldi Alves, a quem não tenho restrições. Tenho restrições ao PMDB, mas não a V. Ex^a. Vamos analisar, ô Luiz Inácio. Vamos comparar a um time de futebol, que é comum no Brasil. Vejamos: um time jogar dez vezes, vencer nove e perder uma, nem o Real Madrid; nem o Santos de Pelé e Coutinho; nem o Fluminense dos anos 50, que hoje só tem de torcedor eu e o Chico Buarque de Holanda.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Nem o Botafogo de Garrincha.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Fluminense de Castilho, Píndaro e Pinheiro; Jair; Édson e Bigode; Telê, Didi, Carlyle, Orlando, Quincas e Veludo. Foi a euforia do Brasil. E o Botafogo ficou grande porque emprestamos o nosso Didi para eles. Foi para lá, depois para o Real Madrid. Mas, atentai bem! Em dez partidas, ganharam nove e perderam uma, brasileiros! Garibaldi Alves nos simboliza. Dez disputas eleitorais. Perdeu uma, na prorrogação, nos pênaltis, e ainda desconfio que os bandeirinhos e o juiz roubaram, porque houve muita corrupção nessas eleições com os Bolsa-Família. Não que sejamos 81 Garibaldis, mas somem os votos! O Mercadante recebeu quase 10 milhões de votos. Então, Luiz Inácio, atentai quando mandar o seu Duda Mendonça, Goebbels, atingir o Senado. Vossa Excelência estudou no Senai, onde se aprendia aritmética. É boa a escola do Senai. Quem a fundou no Piauí foi o meu tio-padrinho, José de Moraes Correia, e a escola é dirigida por um irmão meu. Então, havia aquela aritmética do Trajano. Some os votos aqui que darão muito mais do que os que Vossa Excelência teve

Aqui, somos filhos da democracia, somos filhos do voto!

Sr. Presidente Geraldo Mesquita, para verem como aqui funciona, o povo busca a verdade. Hoje, a audiência da TV Senado é incomensurável. Eu sei aonde ando. Cidades em que nunca fui, quando vou pela primeira vez, todo mundo me conhece. Não foi o meu trabalho de médico cirurgião no Piauí, na Santa Casa, de político – Prefeito e Deputado –, que me proporcionou isso.

Há pouco, encontrei um senhor, Presidente Geraldo Mesquita, que é de bem a verdade dizer, que me disse: "Mão Santa, você está botando até Geraldo Mesquita na tribuna para falar toda vez." Quero dizer a verdade, porque é esse senhor que nos lidera. Ele é o direito. É a verdade. Quando dou um passo, às vezes o indago.

Presidente Geraldo Mesquita, há um livro que traduz isso, sobre o qual devemos filosofar, a respeito do que é a política. Não é de hoje, não. É de autoria de Patrick Charaudeau, professor da universidade de Paris, que relaciona muito à política francesa. Mas há um que a gente vê – a história se repete –, e nós é que estamos desestimulados, Luiz Inácio, nós que estamos desconsiderados.

Vou dar um quadro: "Deus escreve certo por linhas tortas". Eu vi, eu assisti a um povo chorar na morte de um Senador. Isso acaba com essa pesquisa de um pilantra, que fez uma síntese, e não sei o quê,

de que temos menos de seis pontos. Olhem os proprietários dessas porcarias! Compra-se tudo aqui, até vida. Mata-se. Então, num País como este, avaliem uma pesquisa! E dizer que não somos acreditados?! Nós somos é muito acreditados! Nós é que somos a crença. Nós é que somos a verdade. Nós somos filhos da democracia, do voto, ô Luiz Inácio! Respeite-nos. Somos pais da Pátria; temos de ser! Foi longa e sinuosa a nossa chegada aqui. Foi estudando e trabalhando, Luiz Inácio; foi trabalhando e estudando.

Mas eu daria aquele quadro do Jonas: "Deus escreve certo por linhas tortas". Ninguém queria, mas no momento que quiseram nos desmoralizar... Eu vi um Estado, uma cidade, um povo chorar por um dos nossos. Eu vi, agora. E não chorou só isso, não. Deus fez até os céus choraram – chovia na hora. É Luiz Inácio! É este o Senado. V. Ex^a que, antes de nos ouvir, vai ouvir os seus aloprados. Aí é que está errado. Daí vir a mentira, naquela frase dita por Goebbels de que "uma mentira repetida se torna verdade". Esses aloprados... Coloquem aí: ninguém é idiota, não. Nós sabemos, nós os entendemos. Tenho 65 anos e muitos quilômetros de páginas lidas. Luiz Inácio disse que ler uma página dá uma canseira. Eu não estou cansado, não. Quanto mais eu leio, mais aprendo, é o mesmo que o Romário jogando. Então, essa é a diferença.

Mas, olhem a barbárie: "Não devemos a ninguém. O Fernando Henrique era pé-frio".

Não era, não – nunca votei no Fernando Henrique –, era estadista. Ô homem competente! Essas mudanças todas foram feitas por ele. Ele plantou. Eu fui Governador e não votei nele. Votei, no primeiro mandato, no meu partido e, no segundo, votei no Ciro Gomes, porque é vizinho ali, de Sobral, de Parnaíba. Não votei, mas isso tudo, disseram, era uma zorra, Luiz Inácio.

Eu fui prefeitinho com Sarney, com Collor, com Itamar e depois Governador com o Fernando Henrique. Era uma zorra esse País. Com Fernando Henrique não tenho nada, não lhe devo nada, não sou do PSDB. Ainda estou no PMDB – não sei até quando. Isso aqui era uma zorra. E a inflação? Olha, a gente entrava no supermercado, comprava e quando ia pagar o preço já estava havia dobrado. Não é brincadeira, não.

Fui prefeitinho, e a inflação era 80% ao mês. Ô Luiz Inácio, é a experiência. Geraldo Mesquita, todo mês, eu varava a madrugada para dar um reajuste salarial. Daí a nossa convicção quando batí aqui, ouviu Geraldo, e disse que ia acabar a CPMF e ia melhorar o País porque o dinheiro ia sair da mão dos aloprados e ficar na mão da dona-de-casa, do operário; ia aumentar o ICMS... E aconteceu.

Eu vi isto: todo mês tinha inflação. Fernando Henrique e Itamar acabaram com a inflação. Eles cumpriram a missão deles. Está ali o Garibaldi, o homem mais honrado desse País. Eu não sei não, se Deus permitisse que eu fosse Presidente desse País, seria melhor do que está aí. Olha aí, Geraldo Mesquita: V. Ex^a seria Ministro da Justiça. Eu não quero que aconteça o que aconteceu com nosso Jonas: eu disse que ele ia ser Ministro da Agricultura e Deus o levou. Mas, eu buscara o Malan, que é o homem mais correto que conheço no País.

Eu negociei as dívidas. Eu vi as dificuldades. Eu tive muitos encontros com ele. Nunca mais o vi, não sei onde está. Outro, o assessor dele, Pedro Parente, foi quem venceu o apagão. Vocês se lembram? Eu sei que ele é filho de um piauiense. Isso é que eu sei, tenho ligação com ele. Então, o Governo de Fernando Henrique Cardoso foi muito bom, veio para botar ordem. Ninguém sabia quanto devia, não. Eu vou lá para esse negócio do decoro, mas é esculhambação esse nome que se dá.

Olha, ninguém sabia, todo mundo tirava dinheiro e ninguém sabia o que se devia. Só se soube o quanto devia e onde se devia depois dessa equipe. Foi traumático. Pagamos. Pagar não é bom, mas se ordenou. E foi isso. Fernando Henrique foi isto: estadista.

Então, Vossa. Excelência pegou este País organizado, respeitado, sabendo quanto devíamos e o que íamos pagar. Essa é a verdade. Agora, dizer que o homem é perfeito? Não é não. Eu governei com ele. Essa é observação minha, não sei. O que se diz do Pedro Malan? É homem honesto, honrado. Mas é isso, Luiz Inácio. Agora, encher a cabeça do povo brasileiro dizendo que paga mais, que é auto-suficiente? E o povo? E “O Petróleo é Nosso”? Monteiro Lobato já dizia, é a gasolina mais cara do mundo, Luiz Inácio. É o gás de cozinha mais caro do mundo. “Não devemos aos americanos, aos gringos. Somos credores. “Em 506 anos, só Luiz Inácio conseguiu isso”. Mentira! Vossa. Excelência não está devendo aos gringos, aos banqueiros. Vossa. Excelência pagou os gringos e os banqueiros, que são fortes – e vou lhe mostrar –, mas Vossa. Excelência é o que deve mais. Vossa. Excelência deve aos velhinhos, aos aposentados.

Vai adentrando aqui nosso Garibaldi. E eu venho aqui pedir que derrubemos aquele veto apostado pelo Luiz Inácio, quando os aloprados mandaram baixar de 16,7% para 4% o aumento responsável dado aos aposentados. Esse é, Garibaldi, o veto que nós queremos derrubar em defesa dos velhinhos aposentados. Vossa. Excelência, Luiz Inácio, deve aos velhinhos aposentados. Seria melhor dever aos gringos, como Fernando Henrique, aos banqueiros. Vossa. Excelência pagou

aos banqueiros. Pague aos velhinhos aposentados. Essa é a verdade.

Aqui está o Presidente Garibaldi – o exemplo arrasta – na sexta-feira, dando o exemplo do trabalho.

Geraldo Mesquita, Patrick Charaudeau – como V. Ex^a ainda não escreveu o seu livro, e eu vou ler o que ele disse – afirma:

Entretanto, Balzac, aquele que escreveu *A mulher de Trinta Anos*, daí o termo “balzaquiano”, escreveu *A Comédia Humana*, que V. Ex^a deve ter lido, não, Geraldo Mesquita? (Pausa.) Ainda, não! Rapaz, é a coisa mais difícil, porque ele sabe de tudo. Balzac, em *A Comédia Humana*, afirmava que na época da “toda-poderosa nota de cem sous [hoje seriam os cem euros, que o Ademir Santana tem muitos] em que o “banco, realeza formidável...” Atentai Lula, o banco, realeza formidável, como ele dizia.

Ele pagou aos banqueiros. A dívida era para com os bancos. Os velhinhos estão aí. Tem muita dívida esse Governo. A dívida é interna. Deve a nós mesmos, aos empresários, às instituições.

Eu li, Geraldo Mesquita, um artigo, há dois dias, de um médico sobre a saúde no Rio de Janeiro, com nomes e data. Todos os hospitais estão decadentes. Todos. Ele analisa: fecharam os serviços de urgência, fecharam UTIs. No Hospital dos Servidores do Estado, ô Daltro, ô Heráclito, Daltro Ibiapina, o Hospital dos Servidores do Estado – HSE, onde eu me formei, –, no Rio de Janeiro, cinco andares estão fechados.

Essa é a dívida do Lula, a dívida interna. Todas as instituições estão aí: a universidade, a escola pública a polícia.

Ontem o Heráclito, num esforço tremendo de liderança, atendeu à Marinha, aumentando o seu número de almirantes e contra-almirantes. Mostrou a eficiência deste Congresso. Fomos lá. Heráclito, o Ministro da Defesa tem de mandar é o aumento salarial deles. Um capitão da Marinha – eu conheci um capitão lá em Recife, que é da minha cidade, Parnaíba – ganha pouco mais de R\$4 mil. Ele ganha o mesmo que um soldado da polícia aqui do Distrito Federal. Não é que o soldado da polícia do Distrito Federal não mereça – ele merece o que ele ganha, corre risco, trabalha para manter a tranquilidade e a segurança –, mas, Vossa. Excelência, Luiz Inácio, cometeu o erro, a injustiça. Vossa. Excelência deixou soltos os aloprados, que nomearam 25 mil, que entraram pela porta larga, com DAS-6. Garibaldi, V. Ex^a não sabe porque no seu governo, no nosso, só tinha DAS-4. O DAS-6 ganha R\$10.448,00, quando um capitão dos portos, numa cidade assim como Recife, ganha quase um terço.

Então Vossa. Excelência tem essa dívida com aqueles que garantiram a ordem e o progresso, as

nossas Forças Armadas. Mas o que ele diz? Olha aí Geraldo Mesquita: "O banco, realeza formidável, domina os tronos e os povos". Os bancos dominaram o nosso Presidente Luiz Inácio, ele pagou as contas dos banqueiros, mas está devendo aos velhinhos aposentados, devendo à saúde brasileira, devendo à educação, devendo à segurança nossa.

Geraldo, o dinheiro é o único deus moderno ao qual se faz fé, essa é a crença do partido trabalhista.

Eles têm fé nisso, o que já denunciava nosso Balzac. "O dinheiro é o único deus moderno ao qual se faz fé." Esses aloprados têm fé no dinheiro mesmo! As malandragens são para buscar o dinheiro, e eles estão é fortes. Nós, aqui, temos de reagir.

(...) que "os únicos que negam são os parvos e os palermas, uma vez que, apesar de tantas declarações ingênuas sobre o dinheiro, sempre é preciso (...) beijar o casco fendido do bezerro de ouro".

É isso o que a nossa sociedade está fazendo, é isso o que o Governo que nos representa está fazendo.

Nosso autor, Geraldo Mesquita, diz que é esperança quando a pessoa diz: "Eu não sei, eu não vi, eu não soube". O autor, aqui, diz que é esperteza, quando se diz "eu não sei, eu não sabia, eu não vi, eu não estava presente".

Isso é o que acontece no Brasil. E diz o autor Patrick Charaudeau que isso é fuga de responsabilidade.

Quero chamar a atenção para o fato de que, no mundo moderno, os princípios de administração têm de ser aceitos, têm de ser obedecidos. Nos princípios de administração, são sagrados: unidade de comando e unidade de direção. É isso. Então, não podemos aceitar essa resposta do Luiz Inácio. É fuga de responsabilidade. E o único responsável por isso é o nosso Presidente da República.

Garibaldi, não sei se ocorreu com V. Ex^a, mas, ontem, entrei em um site da Internet e verifiquei que a carne que o Presidente da República comia, comprada pelos créditos corporativos – li e citei o fato –, custava R\$48,00 o quilo. Geraldo Mesquita, a carne que também quero comer, quando eu for ao Acre ou ao Rio Grande do Norte, é a de coelho, que custava R\$30,00 o quilo. Achei caro, mas a dele...

Ô Pedro Simon, V. Ex^a, nesta sessão, qualitativamente, é uma das figuras mais belas do Senado. Quero lhe dar um exemplo: fui Governador do Estado, como V. Ex^a o foi, como Garibaldi o foi. Nunca me esqueço. Ô Luiz Inácio, eu também era rodeado de aloprados por todos os lados, mas, no Piauí, dizem o seguinte:

"Pode ter havido roubo no Governo do Mão Santa, mas ele, não. Ele não."

Eu me lembro, Pedro Simon, de que eu já o convidei para ir ao Piauí com a Ivete. Tenho inveja daquele seu retrato, namorando com ela num rio, numa canoa. Quero levá-los aos verdes mares bravios do Piauí, para que vejam as dunas brancas, o vento nos acariciar, o sol a nos tostar, o rio a nos abraçar! E quero, Pedro Simon, levá-lo à nossa casinha. Adalgisa e eu a construímos com muito amor. Pedro Simon, o Heráclito a conhece demais. Ele tem um irmão que tem uma casa no fundo.

Heráclito, com cinco meses, deu saudade da casinha, da Adalgisinha, da praia. Aí eu disse: "Vamos embora." Está ouvindo, Garibaldi? Aí fui para minha casinha no Morro do Coqueiro. Pedro Simon – ô Luiz Inácio, aprenda! –, quando entrei, quase tive um enfarte. Heráclito, você sabe que, entre meus assessores, também havia uns aloprados. Todo mundo sabe – mas o Mão Santa não danificou o Estado. Heráclito, haviam trocado todos os móveis. Até minha caminha, onde eu dormia com Adalgisa. Vivemos tão bem por 30 anos! Tudo, tudo, tudo, tudo. Minha casa, com um coqueiro bem no meio – João Paulo dos Reis Velloso escolhia o coqueiro. Heráclito, levei um susto. Fui ao quarto, e até a caminha não estava mais! Tão boa, deu tanta saudade. Só não trocaram a Adalgisa, porque aí seria demais. Tudo, tudo, tudo. Aí, levei um susto. A casa era minha, todo mundo sabia. Luís Correia é o nome do irmão do meu avô. Minha família tinha posses, fui médico, fui cirurgião. Rapaz, quando vi aquilo, perguntei: "Quem foi?" Foi um aloprado que havia no meu governo. No meu governo havia, no do Lula há mais, e ele não toma providência. Geraldo Mesquita, Adelmir: "O que é isso?" "Foi um aloprado, que foi a uma empresa e mudou tudinho. Botou tudo novo." Até minha cama?! Tomei um susto.

Aí, olhei – ô Luiz Inácio, isso é para a história – e perguntei: "Quem fez isso?" Identifiquei o aloprado, um daqueles assessores militares; a empresa, e também não quis briga. Aí, Heráclito, eu disse: "Vá buscar um caminhão e tire tudo. Eu quero é minha caminha velha, minha colcha." Para não brigar com a empresa, eu disse: "Vou ficar com essa geladeira – a minha estava enerrujada." Puxei meu talão de cheque – sempre trabalhei, sou médico há 41 anos, e minha tinha posses – e dei um cheque meu para ficar só com a geladeira.

Luiz Inácio, eu sei que Vossa Excelência não tem culpa dessa carne de R\$48,00 o quilo. Foram seus aloprados, mas Vossa Excelência tem culpa de não entender de administração, porque está escrito: planejar, administrar, orientar, coordenar e fazer o controle, Pedro Simon. Ele tem de fazer isso. Eu fiz.

Pedro Simon, você sabe qual foi o dia mais difícil da minha vida, Heráclito? Médico, cirurgião, feliz, Santa Casa, minha vida! A Teresina, eu não ia; eu ia para Fortaleza, Rio de Janeiro e Buenos Aires comprar livros com Adalgisa – sempre a mesma mulher. Aí, de repente, o cão atenta, eu era eleito prefeito. Pedro Simon, eu não dormia. É verdade! Adalgisinha, dormindo, e eu, estudando. Eu dizia: “Tô lascado! Por que diabo fui me meter nessa fria?!” Tão bom médico cirurgião da Santa Casa, conceituado, todos os cursos.

Fortaleza é bom. Estudei lá. Rio de Janeiro. Por isso que gosto de Buenos Aires. Livro era *O Ateneu*. Só tinha livro em espanhol.

Prefeito! Digo: “Vou me lascar. Que diabo, cirurgião! Como é que fui entrar nessa fria?”

Aí, acredipto em Deus, no estudo e no trabalho. Comecei a estudar. Livro, Luiz Inácio!

A primeira apostila que li foi do Banco do Nordeste, que era do Rotary, e a entidade me deu. O autor era Francisco não sei quê. *Chefia e Liderança*. Fui lendo. Fui lendo Henri Fayol, o pai da administração; Mestre Taylor; Whitaker Penteado. Nossa amigo do Dasp Wagner Estelita.

Estudava e dizia: “Tô lascado!”

Era dia 1º, e o bicho, chegando. Dia 27. Adalgisa dormindo, e eu aprendi a estudar. “Vou me lascar! Tô lascado, sem coragem.” É a pior coisa. Aí, lá pela madrugada, no escritório, vi um livro. Capa amarela: **Taylor, o Mago da Administração**.

Geraldo Mesquita, mudei.

Ele dizia: “Administrar é fácil.”

O cirurgião só tem a equipe. Por exemplo, o cirurgião, que trabalha em equipe, tem de ter coragem, tem de tomar decisão, saber começar e terminar; tem de ter noção do tempo, corre risco. Aí, pensei: “Ah! É comigo mesmo.” Enfrentei e estou aqui. Assim foi com Juscelino. Ele dizia que o pré-operatório, Luiz Inácio, é o planejar. Aponte aonde estamos e aonde queremos chegar. O transoperatório é a operação em si, é a obra. E o pós-operatório é o controle.

Por isso. O pós-operatório é o controle da administração. Luiz Inácio, Vossa Excelência tem de controlar esse pessoal.

Senador Geraldo Mesquita, aquele negócio de estar no *site*, Garibaldi dizendo... Por isso que ouvi o Heráclito falando lá de um churrasqueiro, compadre dele, e eu ficava ali, porque eu gosto muito de churrasco. Sou muito franco. Convide-me que eu estou lá; tomo umas; todo mundo sabe. Não gosto mais do Pedro Simon porque ele é gaúcho e nunca me convidou para um churrasco. Mas, com a turma que me convida, tomo umas. Ontem mesmo, tomei umas ali com um sobrinho meu. O Garibaldi sabe disso, ele era meu vizinho, e eu

o chamava para tomar um vinho. Não gosto mais do Geraldo Mesquita porque ele toma pouco vinho. Nunca falei do Luiz Inácio, porque eu também gosto e tomo uma – nós tomamos a do nosso Piauí; eles tomam a Havana; para nós é aquela *Mangueirinha* e tal.

Ô Garibaldi, ele que assuma a Presidência. Ele não tem tanta guarda? Manda prender o *site*, porque ninguém pode desonrar ou caluniar o nosso querido Presidente da República. Mas acho que é verdade, porque ele diz o tipo da carne “argentina” – e aí está justificado aquele compadre para cuidar da carne, porque custa R\$48,00 o quilo, pago com cartão corporativo.

Então, para ele está faltando o que eu fiz na minha casinha: fazer o controle. Ele talvez não saiba. Então, são essas as nossas palavras. Queremos dizer que o Senado cumpre a sua função, mas este Governo precisa ter austeridade, Heráclito, para que as mentiras ditas no Piauí se tornem verdade – daí eu dizer aquela frase: três coisas que só se faz uma vez – nascer, morrer e votar no PT – porque o Piauí está um descalabro.

Porto – prometido, começado por Epitácio Pessoa: dez milhões de dólares. Estrada de Ferro: Heráclito Fortes, vamos nos debruçar no seguinte. Aeroporto Internacional: o Parnaíba não tem mais nem teco-teco. E V. Exª que é bom nisso, vamos nos debruçar. Nós colocamos a OCE, o Governador não pagou as passagens e ela saiu. Aquele empresário parnaibano, Abdon Teixeira, não sei o que deu. Eu ia para pegar aviãozinho, mas não tem mais, Pedro Simon. Eu era menino e tinha aviões em Parnaíba. Eu saí menino na Aerovia, na Aerofast, na Panair: passava no Brejo, Teresina, Petrolina, Natal, Sergipe e acabava chegando no Rio. E o pior, Garibaldi, é que todos os jornais, toda a mídia fala em aeroporto internacional. Não tem mais nem teco-teco. E o de São Raimundo, ô Heráclito, ô Heráclito, só tem jumento na pista. O de São Raimundo? É uma mentira.

Então, nós temos que acabar com essas despesas supérfluas. Austeridade para que Vossa Excelência nos ajude a concluir o porto; as ZPEs, que estão tirando; a ferrovia desativada; uma ponte que é uma marca que envergonha. Vossa Excelência foi lá e disse que depois de 150 ia ter a ponte. Há oito anos está lá parada a ponte. O Heráclito fez a ponte no mesmo rio em cem dias, e eu fiz uma em noventa. No mesmo rio. Então, isso é a descrença.

Ô Pedro Simon eu não sei como é que está o Rio Grande do Sul, mas o governadorzinho do PT conseguiu a mídia. Saiu – olhem o nosso Obama louro ali; chegou o Obama louro: o Arthur Virgílio –, ele conseguiu ganhar o Jornal Nacional. O Luz Santa foi uma roubalheira louca, aliás, o Luz Para Todos. Luz Santa era

no meu tempo o projeto, mas o Luz para Todos foi. Ele conseguiu, só perdeu do Silas Rondon em gravações comprometedoras com Gautama: 17 vezes gravados. E a Finatec foi primeiro – olha como eles são ligeiros; têm um preparo físico e uma intuição de onde está o roubo – que fez contato.

Então, é isso e é essa nossa colaboração.

Luiz Inácio, Vossa Excelência tem viajado muito. Faça uma viagem e eu quero que Garibaldi também vá para olhar e permitir a nossa ação e dizer que é necessária.

Lá no México, num palácio tem uma frase, de um general de quem eu já esqueci o nome – eu também não sou de gravar nome de homem, não. Mas tem um general que disse o seguinte, Garibaldi: “Eu prefiro um adversário que me traga a verdade a um aliado amigo que me traga a mentira”.

Enfim o que o Lula qualificou como aloprado.

Luiz Inácio, austeridade no Governo de V. Ex^a. Austeridade é o casamento da honestidade com a seriedade, que vai dar fruto à prosperidade para o Brasil.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, por concessão do Senador Heráclito Fortes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, na manhã desta sexta-feira, para trazer à baila uma questão regional, mas que, certamente, haverá de ter implicações expressivas em todo o território do País.

O Governo publicou sexta-feira, 15 de fevereiro, a Medida Provisória nº 418, que acrescenta um novo artigo à Lei nº 11.508, de 2007, lei esta aprovada em julho do ano passado e que estabelece o regime tributário, o regime cambial e o regime administrativo que irão vigorar nas Zonas de Processamento de Exportações, as chamadas ZPE.

Entre os diversos pontos abordados pela Medida Provisória nº 418, está aquele que fixa prazos para conclusão das obras de infra-estrutura necessárias ao efetivo funcionamento das ZPE, sob pena de anulação de seu ato de criação. A MP regulamenta a suspensão de tributos na aquisição de equipamentos e insumos para empresas cuja receita bruta decorrente de exportação seja de, no mínimo, 80% de sua receita bruta total. Além disso, restringe a importação de bens usados para conjuntos industriais que constituam o capital

social da empresa. A Medida Provisória não limita ainda a manutenção, no exterior, de recursos em moeda estrangeira relativos aos recebimentos de exportações brasileiras de mercadorias e serviços.

Quero lembrar aqui, neste momento, que a última reunião havida no gabinete do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, antes da edição da Medida Provisória, não contou com a presença do representante dos segmentos empresariais do meu Estado, Dr. Saleh que representa o Pólo Industrial de Manaus.

Por conta disso, pedi que não se fechassem os termos da medida provisória antes de se ter um a reunião com as forças parlamentares e técnicas completas. Mas, infelizmente, os fatos se precipitaram e a medida provisória foi editada com evidentes danos potenciais para a economia do Estado do Amazonas. Não estou aqui para corroborar nem colaborar com danos à economia do meu Estado.

Entendo que a Medida Provisória está imperfeita e, por isso, põe em risco o Pólo Industrial de Manaus e o próprio Amazonas, sua população, uma vez que o Pólo representa 93% da economia do Estado,

Aliás, Sr. Presidente, se não tomarmos cuidado, se prejudica por aí o parque tradicional industrial do País que está sediado, praticamente todo ele, no Centro-Sul; se prejudica a indústria brasileira de informática, em sua maior parte, sediada no Centro-Sul, com algumas ramificações importantes pelo Nordeste e um pinguiño no meu Estado. Mas eu sei que atinge, de rijo, as perspectivas do Pólo de Manaus, e isso para mim é algo intolerável. Por isso apresentei as emendas e por isso proponho que se abra um diálogo muito franco, para se montar uma medida provisória que seja boa para o País, e que não esmague esforços e trabalhos que há muito tempo já estão sendo executados com competência, com percucienteza, com clarividência, com lucidez.

Mas, Sr. Presidente, nesse contexto, gostaria de informar que, na semana passada, como já havia prometido em outros momentos desta tribuna, apresentei 11 emendas que, de alguma forma, buscam corrigir as imperfeições da medida provisória. Meus colegas de Bancada no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, certamente, apresentaram tantas outras emendas, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que visam a preservar os interesses constituídos do Pólo Industrial de Manaus.

Apresentei 11 emendas, que são emendas simples e dentre elas destaco algumas:

Primeira: Que não seja admitida venda no mercado interno de produtos industrializados em zona de processamento de exportação, cuja fabricação em

outras áreas do território nacional esteja sujeita ao cumprimento de processo produtivo básico.

Explicando, Sr. Presidente, então não se exige processo produtivo básico nas ZPEs e se exige processo produtivo básico – portanto, incorporação de valor tecnológico, incorporação de valor industrial, incorporação de valor de mão-de-obra – a onerar os custos no Pólo de Manaus? Termina havendo uma concorrência desleal, até porque se pretende permitir os tais 20% jogados no mercado interno e eu temo que, não conseguindo exportar os 80% prometidos, depois digam: “Olha, só exportamos 30%, estamos com 50% encalhados, não podemos ter esse prejuízo, vamos mexer nisso aí, passar de permissão de 20 para permissão de 50.” Ou seja, estamos prontos para tudo isso e queremos alertar o País para que não se cometa um erro, inclusive, deixando, por alienação, de perceber que 98% da Floresta Amazônica no Estado do Amazonas está de pé, precisamente por causa do Pólo de Manaus, senão, teria havido o que aconteceu no sul do Pará, teria havido o que aconteceu no Estado do Acre, bem representado pelo Senador Geraldo Mesquita, teria havido o que aconteceu em Rondônia, teria havido o que aconteceu pela Amazônia inteira. Menos de 2% da cobertura florestal do Amazonas foram devastados. Isso se deve ao Pólo Industrial de Manaus e o Brasil tem – numa hora em que se discute o aquecimento global – a obrigação de não ser alienado diante de um problema tão grave, tentando municipalizar, por olhos brasileiros meio vesgos, uma questão que, na verdade, é de interesse até planetário.

Estou convidado para um seminário muito relevante em Londres, no mês de abril, e irei para discutir aquecimento global. Aqui dentro, nós tomamos medidas que de repente levarão a desmatamentos no Estado do Amazonas.

Muito bem, Sr. Presidente. A segunda emenda que destaco das 11 que apresentei ao projeto das medidas provisórias das ZPEs é que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação leve em consideração, na análise e aprovação de projetos, a inexistência de conflito com empreendimentos ou segmentos industriais já instalados ou em instalação no País.

Em outras palavras, pretende-se, com isso, evitar a canibalização da indústria brasileira, ou seja, o que já está feito vai sofrer com a ocorrência do que ainda não está feito. Por quê? Por que não se pensar em evitar o conflito, em se fazer a convergência, unindo o Brasil e o Brasil e não dividindo o Brasil de Brasil?

Terceira: Que a solicitação de instalação de empresa em Zonas de Processamento de Exportação venha acompanhada de prévia comprovação de que não

tem participação em outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE, seja direta ou indiretamente, seja através de pessoa jurídica localizada no País ou no exterior. Quer dizer, que sejam empresas constituídas para fins de atuarem como ZPEs, iniciando uma carreira, para evitarmos que, de repente, 20% do que produz uma gigantesca multinacional... E isso seria possível de internalização no Brasil? Seria muito mais do que pudesse absorver o mercado interno de Brasil, Argentina e México somados. Cito o exemplo dos Hard Disks, dos HDs. Senador Heráclito, há um mercado para seis milhões anuais de HDs no Brasil neste momento. Ora, se as ZPEs produzirem no Brasil 30 milhões de HDs, elas simplesmente vão impedir que o Amazonas venda qualquer HD, porque os 20% passíveis de internação serão equivalentes aos seis milhões que hoje o Amazonas fornece ao mercado brasileiro.

Quarta emenda das 11 que pinciei para este breve pronunciamento.

Que o Poder Executivo possa, a qualquer tempo, adotar as medidas previstas nos casos de constatação de impacto negativo à indústria nacional relacionado à venda de produto industrializado em ZPE para o mercado interno, ou seja, eliminando a necessidade de se ouvir previamente o Conselho;

Quinta: que se aumente o compromisso exportador da empresa instalada em ZPE de 80% para 90%.

Neste caso, ficaria pactuada a internação possível de apenas 10%, o que não é pouco – 10% da empresa A, da empresa B, da empresa C e do Estado D, do Estado E, do Estado F. No final, isso resulta num grande bolo, que pode inviabilizar, sim, setores fundamentais da indústria brasileira em todo o País e, com certeza, ferir de morte o Pólo Industrial de Manaus.

Finalmente, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, repto que em nenhum momento hesitarei em defender a economia do Amazonas. Fui eleito para isso e qualquer coisa que ameace o Pólo Industrial de Manaus e o povo do Amazonas terá de enfrentar minha resistência nesta Casa. Cumprirei com esse dever estritamente até o fim.

Sr. Presidente, gostaria ainda de transmitir à Casa outro comunicado, trazendo à baila...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite o aparte? Agradeço-lhe muito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, Senador Geraldo. Com muita honra, com muita alegria!

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O discurso de V. Ex^a me chama atenção, entre outros aspectos, para um em especial. V. Ex^a falou algo aqui

que precisamos observar e refletir. V. Ex^a referiu-se à sua preocupação com a questão do desmatamento, ao convite que recebeu para ir a Londres falar sobre o aquecimento global e introduziu, na forma de uma afirmativa, algo muito interessante. De acordo com o que V. Ex^a disse, deduzi aqui uma ilação. Observando o mapa do desmatamento na nossa região Amazônica, pude notar que o Estado do Amazonas é onde há o desmatamento mais rarefeito. V. Ex^a afirmou, de certa forma, que isso talvez se deva ao fato de que, há muitos anos, introduziu-se ali um pólo industrial na Capital do seu grandioso Estado, o Amazonas, que talvez seja o grande responsável pelo fato de esse Estado, entre todos os outros Estados da Região Norte, apresentar o menor índice de desmatamento. Isso é uma coisa muito interessante. E cruzo essa informação com o que acontece no meu Estado, que não ostenta a mesma situação que a do seu. Ou seja, ali temos, em algumas regiões, uma concentração maior de desmatamento. O Estado do Amazonas, na sua Capital, criou, instituiu, um pólo industrial que, hoje, absorve milhares de trabalhadores, milhares mesmo de trabalhadores! No meu Estado, por exemplo, onde o desmatamento em algumas regiões é mais concentrado, é maior, atrevo-me a dizer que mais de 50% dos habitantes, principalmente da Capital, Rio Branco, têm origem na zona rural, Senador Arthur Virgílio. São pessoas que saíram da zona rural por não encontrarem mais ali as condições básicas, mínimas, necessárias para a sua sobrevivência e da sua família e vão principalmente para o entorno da capital de Rio Branco, que hoje é composta de bairros, Senador Arthur Virgílio, que são uma calamidade. São pessoas que vendem a janta para comprarem o almoço do dia seguinte; não têm trabalho, não têm uma forma de adquirir renda. A verdade é essa. Portanto, é uma coisa muito interessante. Uma afirmativa, um raciocínio que V. Ex^a introduziu aqui... Talvez as autoridades que tratam desse assunto em nosso País, ou seja, a questão do desmatamento, do meio ambiente, devessem se preocupar porque, normalmente, o que observamos... E, hoje, lastimavelmente, abro o jornal e vejo que a nossa querida companheira, Ministra Marina Silva, em uma palestra em São Paulo, se não me engano, ontem, começa a sinalizar para a possibilidade de se atribuir àqueles de regiões de densidade de desmatamento uma bolsa, Senador Arthur Virgílio. É um negócio impressionante. Não se cuida de reforma agrária, não se cuida de instalar na nossa região, como no seu Estado foi introduzido, um pólo industrial forte que absorva grande quantidade de mão-de-obra. Então, começa-se a pensar em distribuir bolsa para aqueles que estão sendo aliados de algumas atividades na região. E tenho dito

aqui – estou cansado de dizer – que o povo da Região Norte, do Estado de V. Ex^a e do meu Estado, gostam é de trabalhar, Senador Arthur Virgílio; está aí o Pólo Industrial de Manaus comprovando isso. As pessoas ali gostam de trabalhar, ter um emprego e renda para sustentar a si e a sua família. Então, precisamos pensar em soluções como essa para a Região Amazônica. Já começo a ficar preocupado: esse negócio de bolsa... As pessoas gostam de trabalhar, Senador Arthur Virgílio. Acho que o seu raciocínio, a sua reflexão hoje é de fundamental importância para que nos preocupemos de uma vez por todas com o que fazer com a nossa grande Região Amazônica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Geraldo. V. Ex^a toca num ponto que é fundamental: oferecer a forma de trabalho que não agrida a perspectiva do desenvolvimento sustentável na nossa Região.

O Governador do meu Estado gosta muito de apregoar por todos os cantos do País – inclusive com farta propaganda paga pelos cofres do Amazonas – que detém o desmatamento porque inventou o tal Bolsa Floresta. A palavra bolsa agrada ao Presidente Lula. Mas o fato é que os 2% de desmatamento são os mesmos, com bolsa ou sem bolsa, e, se não houver uma política de desenvolvimento do Estado do Acre – não digo que nos mesmos moldes de uma Zona Franca, porque não me parece que isso caiba no País de hoje –, não vai acabar a pressão sobre a floresta, a pressão vai continuar.

A Zona Franca financia a manutenção da floresta em pé porque ela financia, bem ou mal, o funcionamento da economia do Estado. Manaus é uma cidade que tem uma das melhores rendas *per capita* do País, padecendo de uma injustíssima distribuição de renda, e, por outro lado, ainda assim, a pressão sobre a floresta é quase nenhuma porque as pessoas têm reflexos diretos e indiretos do Pólo Industrial de Manaus que lhes permitem viver sem agredir o meio ambiente.

Então, eu também desconfio um pouco dessa história de solução via bolsa. Não é o caso da Ministra Marina – isso eu tenho certeza –, confio muito nela. Mas a cabeça desse Governo é um pouco de formar clientela; e a clientela, depois, se alinha para votar. Isso aí deturpa o próprio processo democrático. Nós temos de pensar em projetos de desenvolvimento. Cadê a Sudam? Derrubar os vetos do Presidente que impedem o funcionamento da Sudam e da Sudene. Aqueles vetos é essencial que sejam derrubados. Nós temos de enfrentar. O Presidente Garibaldi já está conseguindo que nós retomemos as sessões de veto. Nós temos de votar todos! Primeiro, os de consenso – é claro –, mas, depois, votar os de dissenso também. Se

quiserem manter os vetos injustos, que mantenham! Mas nós vamos marcar nossa posição, e o País vai compreender que não se desenvolve a região Norte do País, porque a Sudam está emperrada por vetos incoerentes e inconseqüentes opostos pelo Presidente da República. E a mesma coisa em referência ao Nordeste e em referência à Sudene.

Agradeço a V. Ex^a, mas antes gostaria, Sr. Senador, de dizer mais uma coisa. Um paradoxo... A mesma Ditadura Militar que V. Ex^a e eu combatemos estabeleceu um paradoxo: no Amazonas, o Marechal Castelo Branco, Presidente da República, e o Ministro Roberto Campos, do Planejamento à época, criaram a Zona Franca de Manaus, mostrando clarividência e pensando na segurança nacional, pensando no desenvolvimento de uma área estratégica, como a França fez na sua região do meio-dia, Midi; como a Itália fez em sua região do Mezzogiorno (meio-dia também); como os Estados Unidos fizeram, também à base de incentivos fiscais, na sua região, à época subdesenvolvida, do Tennessee Valey. Muito bem... No Acre, essa mesma Ditadura – e por isso tenho ojeriza a qualquer expressão ditatorial –, com financiamentos da Sudam, e deturpando a Sudam, para propiciar negociatas vis, permitia que os estabelecimentos de seringais fossem substituídos pelos estabelecimentos da pata do boi. Não vingou praticamente nada daquilo. O dinheiro era investido mesmo na Avenida Paulista, essa é a verdade.

Tivemos o desmatamento sem sequer a contrapartida que este trouxe à Europa. Destruíram a Floresta Negra, mas a Europa é desenvolvida. E nos cobram que não desmatemos a nossa floresta. Não quero desmatá-la sem abrir mão, de jeito algum, do desenvolvimento que atingiu a Europa, por exemplo. Mas o fato é que não deixaram nada de lucro para o Estado do Acre. Nada. Foi feito o dano ecológico, foi feita a distribuição de riquezas, e o dinheiro sequer foi aplicado por lá.

Fui Deputado à época em que se discutia isso. Tive o dever de enfrentar uma ditadura e de denunciar, entre outras distorções, essa, focando o seu Estado do Acre, hoje tão bem representado pelo caráter e pela firmeza de V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita.

Sr. Presidente, para concluir, faço uma pequena comunicação. No Diário Oficial da União de 31 de dezembro último foi publicada a Portaria nº 6, de 2007, assinada pelo Secretário-Adjunto de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, determinando a redução, em média, de 20% dos valores dos contratos de terceirização de serviços de vigilância que empresas firmam com entidades e órgãos públicos. Não reduz o volume dos serviços que são prestados, mas reduz,

sim, os valores pagos às empresas pela prestação dos serviços, cuja maior parte são por elas repassados aos trabalhadores e ao Estado, na forma de salários, encargos e impostos.

Para chegar a essa redução, o Ministério tomou por base uma tabela que se diz decorrente de cálculos do Ministério Público e de seus próprios técnicos, retirando valores percentuais que as empresas terceirizadas estão obrigadas a pagar, como salários, férias, auxílio-doença, faltas legais dos empregados, aviso prévio, 13º salário e FGTS.

O assunto referente à tabela de encargos sociais e trabalhistas em serviços terceirizados é muito sério, sendo inclusive objeto de processo tramitando no TCU (Processo nº 016.721/2007), cujo relator é o ilustre Ministro Guilherme Palmeira e para o qual o julgamento ainda não foi realizado, revelando assim uma falta de prudência e de cautela do Governo, ao já impor, por meio de Portaria, a redução de percentuais/valores.

É certo que essa Portaria, editada açodadamente, sem o devido respeito às normas legais, e sem aguardar a decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre a matéria, ensejará muitas ações judiciais e altos custos com juros, multas e correção monetária, isso além de violar direitos assegurados aos trabalhadores e aos empresários, e ocasionar altos prejuízos para o Estado e para a sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, o que peço neste momento é que o Ministro Relator do Processo no Tribunal de Contas União – e tenho certeza de que não lhe faltará o espírito público, o que me faz um admirador de S. Ex^a, o Ministro Guilherme Palmeira – examine o caso à luz das informações técnicas elencadas pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – Fenavist, e que o Governo, especificamente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, respeite a recomendação do Ministério Público para que aguarde o julgamento do TCU sobre a matéria e, portanto, revogue de imediato a Portaria nº 6, de 2007.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro último foi publicada a Portaria nº 6, de 2007, assinada pelo Secretário-Adjunto de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, determinando a redução, em

média, de 20% dos valores dos contratos de terceirização de serviços de vigilância que empresas firmam com entidades e órgãos públicos. Não reduz o volume dos serviços que são prestados, mas reduz, sim, os valores pagos às empresas pela prestação dos serviços, cuja maior parte são por elas repassados aos trabalhadores e ao Estado, na forma de salários, encargos e impostos.

Para chegar a essa redução, o Ministério tomou por base uma tabela que se diz decorrente de cálculos do Ministério Público e de seus próprios técnicos, retirando valores-percentuais que as empresas terceirizadas estão obrigadas a pagar, como salários, férias, auxílio-doença, faltas legais dos empregados, aviso prévio, 13º salário, FGTS.

O assunto referente à tabela de encargos sociais e trabalhistas em serviços terceirizados é muito sério, sendo inclusive objeto de processo tramitando no TCU – Processo nº 016.721/2007, cujo relator é o Ministro Guilherme Palmeira e para o qual o julgamento ainda não foi realizado, revelando assim uma falta de prudência e de cautela do governo, ao já impor, por meio de Portaria, a redução de percentuais/valores.

É certo que essa Portaria, editada açodadamente, sem o devido respeito às normas legais, e sem aguardar a decisão do TCU sobre a matéria, ensejará muitas ações judiciais e altos custos com juros, multas e correção monetária, isso além de violar direitos assegurados aos trabalhadores e aos empresários, e ocasionar altos prejuízos para o Estado/sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, o que peço neste momento é que o Ministro Relator do Processo no TCU, Guilherme Palmeira, examine o caso à luz das informações técnicas elencadas pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – Fenavist, e que o Governo, especificamente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, respeite a recomendação do Ministério Público para que aguarde o julgamento do TCU sobre a matéria e, portanto, revogue de imediato a Portaria nº 6, de 2007.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é muito grave, e além de grave triste, a situação por que passa o Estado do Piauí. O descaso com que o Governo Federal trata a minha terra e a minha gente é de causar decepção àqueles que tinham expectativa de que, havendo um

Governo estadual petista, receberiam a correspondente atenção por parte do Governo Federal.

Senador Geraldo Mesquita, se nós olharmos os números com que o Piauí é tratado pelo Governo Federal, veremos que tudo não passou de uma ilusão e que o Piauí vive apenas de promessas e de esperança.

Senador Simon, se virmos a peça orçamentária deste ano, o Piauí foi impiedosamente reduzido de 3,5% para 3,2%. E chama atenção, Senador Garibaldi: no ano retrasado, o Piauí recebeu 3,7% do bolo orçamentário; no ano passado, caiu para 3,5% e, neste ano, para 3,2%. E o fato mais grave – e o silêncio de alguns companheiros me assusta – é que, anteontem, retiraram os recursos, poucos, que o Piauí ia receber para a irrigação, para deslocá-los para o Centro-Oeste. Nada contra essa região de muito futuro no Brasil, mas por que o Piauí pagar por isso? Por que não a Bahia, que recebe o maior percentual da área de irrigação do Ministério? Só o Piauí perder isso? Caímos, então, em números absolutos, para 3,1%. É lamentável, Senador Mão Santa, porque vamos cair mais.

Foi colocada no Orçamento a emenda do Porto de Luís Correia. Só que o Porto foi privatizado anos atrás e o processo de retorno ao Estado não terá tempo hábil para ser concluído a ponto de ser habilitada a liberação dos recursos com esse destino, e o Piauí perderá mais R\$16 milhões, e vai cair para 2,8% ou 2,9%, o que é lamentável e uma vergonha para o nosso Estado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, enquanto tudo isso ocorre, o Governador, que deveria estar no Brasil, com a responsabilidade de defender recursos para seu Estado, está numa caravana da alegria, passeando pela Europa, enganando os piauienses, dando-lhes a ilusão de que é uma viagem de trabalho. Trabalho onde? Trabalho para quê? Se lermos nos jornais o roteiro de S. Ex^a, é de fazer pena.

Em Lisboa, procuraram o Presidente da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, no sentido de obter uma linha de Lisboa para Parnaíba. Seria muito bom, Governador, se fosse verdade. Mas, para que isso fosse feito, V. Ex^a deveria ter cumprido os compromissos assumidos com as empresas nacionais, que começaram a servir o litoral piauiense e retiraram as linhas porque não houve a contrapartida do Governo de V. Ex^a. Foi à Espanha – vai ver que foi assistir a uma toureada. E agora está na Itália. Segundo o jornalista Cláudio Humberto, não lhe faltou no roteiro a sempre bela Veneza. O que será que S. Ex^a foi buscar em Veneza para implantar no Piauí? Gôndolas? É brincadeira!

É brincadeira que nós, piauienses, assistimos a tudo isso, a um Governador ausente na discussão da peça orçamentária, mas também ausente para se

defender das denúncias de corrupção do seu Governo, manchete das duas maiores revistas do Brasil esta semana. Estou mantendo silêncio sobre este assunto porque estou esperando o seu retorno, mas está demorando demais. Terça-feira voltarei a falar sobre isso.

O Piauí está envolvido no caso da Finec. O Piauí está envolvido na Operação Navalha. O Piauí esteve envolvido com seu Delúbio, lá atrás. O Piauí tem vivido, nesses últimos dias, nesses últimos anos, num mar de acusações, de envolvimentos e de suspeitas, e o silêncio do governante é assustador.

O Piauí precisa acordar, Senador Mão Santa, para este fato. O Governador ausente no momento em que todos os Governadores do Brasil estão nos corredores do Congresso Nacional e da Esplanada dos Ministérios discutindo melhorias orçamentárias para os seus Estados. E S. Ex^a passeando em Veneza, passeando em Roma... Deve estar no Coliseu... Paciência!

Nós somos um dos Estados mais pobres da Federação e que tem, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, todas as condições de deslanchar num processo de desenvolvimento. Há três anos, aprovamos, no Orçamento da União, recursos para a construção de um gasoduto ligando o Ceará ao Piauí e ao Maranhão, numa ação conjunta da Bancada dos três Estados. O dinheiro foi colocado, foi aprovado e, pelo capricho de setores do Governo, setores que mandam, e mandam em tudo, o Governador baixou a cabeça e não se impôs como governante de um Estado que foi beneficiado com esses recursos e vem, de maneira subserviente, aceitando mais esse crime que se pratica contra o Estado do Piauí.

O gasoduto, num momento como este, é de vital importância para o nosso Estado, não só porque atrairá empresas para a capital, mas também para fomentar o crescente aumento de produção agrícola dos cerrados piauienses.

Nós temos, Senador Pedro Simon, a Transnordestina, que, nascendo em Eliseu Martins, vai cortar a região piauiense de solo mais rico, de riquezas naturais: ferro, cobre, níquel, gesso, mármore. E nós não vemos o Governador empunhar a bandeira na defesa desse projeto. Isso nos assusta, porque sabemos que, enquanto ele é vital para o Estado do Piauí, não é interessante para outros Estados, pela concorrência.

Há sabotagem regional, como nós sabemos, que, às vezes, é legítima e outras vezes, não. Mas ela existe. E o Governador se mantém omisso e silencioso com relação a isso, citando apenas a possibilidade de eventos e banquetes, sem dar nenhuma consequência, porque a consequência tem que ser travada nos gabinetes de Brasília, enfrentando a frieza dessa bu-

rocracia insensível que teima em não querer ajudar o Piauí. O Governador solta foguetes.

O Presidente da República lança o programa Território da Cidadania. Nós abrimos os jornais e a imprensa desmascara dizendo que o Piauí é o Estado menos contemplado. Aliás, esse Território da Cidadania é mais um engodo praticado por este Governo, uma vez que não se trata de nenhum projeto novo; é apenas a mudança de nome e a realocação de cidades. É um projeto demagógico. É um projeto com a finalidade de criar expectativa em um povo sofrido, que se deixa enganar pelas mais tênues esperanças.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, é lamentável que, em um momento destes, num momento de gravidade, o Governador, depois de passar os primeiros dias do ano entre a neve de Bariloche, Buenos Aires e as belezas do rio chileno, menos de um mês depois, saia nessa caravana *holiday* com destino a Portugal, com passagem por Coimbra – vai ver que até recebeu um título de Doutor *honoris causa*.

Não nos podemos calar com isso, Senador Mão Santa. Tivemos, nesta semana, um episódio clássico do que essa gente pensa sobre o povo que engana: a federalização do Banco do Estado do Piauí, que foi assumido pelo Banco do Brasil. Esse processo de negociação durava desde 1999. O Governador do Estado assumiu em 2003 e vinha fazendo essa negociação até esta semana, quando a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou.

O Governador do Piauí é um bancário da Caixa Econômica, líder sindical, defensor dos trabalhadores e da sua classe e não teve a sensibilidade de colocar sequer uma linha para salvaguardar os direitos e o futuro dos funcionários daquela instituição. Tudo era para ser deixado para depois. Sabe bem V. Ex^a como é a discussão trabalhista: os acertos e o cumprimento, a diferença que existe entre um fato e outro. Mas é de causar espécie e é de estarrecer que um governo de origem trabalhadora não tenha tido a preocupação com a sua classe. A argumentação é de que eram apenas 140, 160, 180 – nem o número de servidores era conhecido. Não sabem eles que esses números se multiplicam pelos familiares. E não sabem eles também que, além dos servidores ativos, nós temos os inativos, os que estão aposentados e que deram a vida inteira de trabalhos por essa causa.

Recebi, Senador Mão Santa, anteontem à noite – fiquei até muito contente –, um telefonema da Senadora Heloísa Helena, que me pediu uma cópia da emenda que apresentei dando garantias aos servidores. Ela se lamentava, com a experiência que teve aqui no Senado, e me disse: “Heráclito, nas federalizações antigas, não se colocou essa cláusula de segurança,

e os servidores, na sua grande maioria, entraram forçados no tal do PDV e, pela idade – todos com mais de 20 anos, 25 anos de serviços prestados –, não conseguem outra oportunidade e estão aí, penando, ociosos nos seus Estados.

Não era de se imaginar, meu caro Senador Geraldo Mesquita, que, logo no Estado do Piauí, um bancário, com sensibilidade maior do que qualquer outro para enxergar o problema de seus colegas, tenha fechado os olhos para essa classe e tenha deixado para o fim exatamente a peça mais importante numa negociação como essa, que é o cidadão, que é o ser humano. Os detalhes financeiros foram tratados, mas tudo na calada da noite.

Sabe-se do preço, sabe-se da incorporação, mas não se sabe sequer se a venda da folha de pessoal do Estado, que hoje é a galinha dos ovos de ouro de qualquer Estado e de qualquer Município, passou por um processo de avaliação ou se foi submetido a uma licitação.

Senador Mão Santa, com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, eu quero dar o testemunho da sua ação para que o orçamento do Piauí melhorasse. Ontem, eu acho que só nós dois aqui permanecíamos a discutir com o Presidente, Senador Maranhão, e com o Deputado Pimentel para melhorar o orçamento do Piauí. Mas, quanto ao Porto de Luís Correia, antes nós nos comunicamos com o Governador, e ele garantiu que já estava de posse do Porto. Foi um contrato antigo, feito no Governo Alberto Silva por uma empresa do Ceará que nada fez. Já está na mão do Estado. Mas a nossa preocupação, Senador Heráclito Fortes, é a ZPE de Parnaíba. Há um jornalista muito bom de lá, Carlos Pessoa, que disse, em seu site, que faltam só 148 dias para caducar, porque não fizeram nada, este Governo que V. Ex^a está a mostrar. Então, a nossa preocupação com o Porto é que ela é uma infra-estrutura para a ZPE. Não é? A ferrovia. Mas o Governador tem seus méritos, porque, nunca dantes, o Piauí teve tanta divulgação. V. Ex^a esqueceu. Ele saiu no Jornal Nacional, da Globo: Luz para Todos, a maior roubalheira que houve. Ele foi citado 17 vezes, conversando com o homem da Gautama – falcatrua. Por isso que parou esse negócio de cassação de Governador. Sete honestos e o do Piauí. Do mais desonesto não se falava, porque é blindado, porque é do Partido do Presidente da República. Dezessete gravações comprometedoras, e a Finatec. Foi o primeiro. Ele é ligeiro, não só para passear. Quanto a esses aeroportos internacionais, lá não existe nem mais teco-teco. Eu vou agora. A empresa não conseguiu e mandou me dizer que não existe mais. Ó Geraldo, nós vamos é de carro mesmo, porque eu já o convi-

dei, para Teresina. Eu e Heráclito conseguimos pela Ocean Air, mas o Governador não pagou as passagens e eles tiraram. Mas nós vamos de carro mesmo, porque o atrativo é grande. Mas, Heráclito, os nossos cumprimentos. V. Ex^a tem sido um gigante na defesa dos interesses. Muito me sensibilizou a preocupação de V. Ex^a com o ser humano, o funcionário do Banco do Estado. Nós estivemos, todo o tempo, sendo seu Cirineu nessa conquista.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e quero dizer que, por dever de justiça, Senador Mão Santa, V. Ex^a colocou uma emenda à disposição do Estado. E o Estado, Senador Pedro Simon, resolveu colocá-la para a recuperação do Porto, só que, de antemão, houve avisos da minha parte e de outros de que seriam impraticáveis os recursos para este ano.

Vai ver, Senador Mão Santa, que V. Ex^a foi enganado na sua boa-fé, e o Estado espera o momento propício para realocar esses recursos, dando outra destinação, sabe lá Deus para beneficiar quem.

Meus caros amigos, o que se está fazendo, neste Governo, com o Piauí, é impiedoso.

Senador Mão Santa, Senador Pedro Simon, temos a BR-020, iniciada por Juscelino Kubitschek. Sistematicamente, os recursos são colocados à extensão. O que falta para completar essa rodovia está exatamente no Estado do Piauí, e é uma embromação de ano a ano. O Governo não libera aquilo que o Orçamento aprova.

Aliás, esse Orçamento está sendo transformado numa peça de ficção, num clube de falsa felicidade, pois o remanejamento feito pelos setores do Governo, geralmente após o início do segundo semestre, deforma de maneira desleal e desonesta uma peça legal, uma lei aprovada pelo Congresso da República.

Senador Pedro Simon, com o maior prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Fico impressionado, porque V. Ex^a e o Senador Mão Santa têm uma atitude a mais progressista e a mais colaboracionista com o Governo do Piauí. Vejo o Senador Mão Santa e V. Ex^a cobrando do Governo Federal mais carinho e mais apoio ao Governo do Piauí. Eu estranho, porque, quanto ao Governo do Rio Grande do Sul, a Governadora está na frente, e a gente vai atrás. Com relação aos outros Estados, o Governador está na frente, e os Parlamentares vão atrás para ajudar. Agora, quanto ao Piauí, V. Ex^as estão presentes, e o Governador está em Veneza, e o Governador não responde, e o Governador não diz “Presidente”, e ele é do PT. Para ser muito sincero, eu não sei se foi o Governo do Lula que diminuiu o orçamento para o Piauí; custa-me acreditar nisso, porque é um absurdo, não tem lógica. Enquanto,

nas manchetes, a ONU diz que o Brasil é o País onde as injustiças sociais estão aumentando, não dá para acreditar que o Governador não tem respeitabilidade com o Piauí. Mas, a mim, parece-me que, talvez, foi o Governador que não se fez presente, que não bateu na mesa, que não disse... Ele é o Governador do Piauí, ele representa todo o povo do Piauí. Ele pode ser do PT, mas ele é do PT e Governador do Piauí. Então, ele tinha condições, tinha obrigação de vir ao Congresso, procurar V. Ex^a ou outro Senador, o Senador Mão Santa, reunir a Bancada e cobrar as coisas a que o Piauí tem direito. Vejo V. Ex^as, mais uma vez, cobrarem e, mais uma vez, dizerem que o Governador não faz. Eu não consigo entender essa posição do Governador. Juro por Deus que eu não consigo entender. Outros Governadores – até do PT – brigam e exigem aquilo a que eles acham que têm direito. Mas esse Governador, eu não sei, a não ser as notícias e coisas equivocadas que ele tem feito, eu não vejo nada de positivo pelo qual ele tenha tentado lutar, pelo menos, pelo Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, mas um exemplo vale mais do que qualquer palavra. Nós estamos na discussão do Orçamento há 10 dias.

O Governador está, durante todo esse período, viajando pela Europa. Ele foi conversar com o Presidente da TAP para pedir linha para o Piauí. Isso não é tarefa, não é papel de Governador, mas de secretário, de assessor. O fórum não é esse. Uma viagem dessas custa uma fortuna para o Estado do Piauí. O Governador não viaja em classe econômica, não se hospeda em qualquer hotel, e a sua assessoria muito menos. Uma viagem dessas não custa, diariamente, menos de US\$1 mil para um povo sofrido como o povo do Piauí. A objetividade é nenhuma. Conversas com espanhóis que são empresários no Piauí. As conversas poderiam ocorrer no Estado, o que seria mais barato e mais cômodo para ambos.

É tudo um exibicionismo fácil. Uma estrutura e um aparato publicitário mandando informações equivocadas para o povo do Piauí. Quanto não custa o deslocamento de uma equipe com câmera, com TV, para mostrar o Governador nessa viagem? Quero crer que, se verdade for a informação do jornalista Cláudio Humberto, eles têm a obrigação de mostrar o Governador singrando pelas águas turvas de Veneza numa gôndola e ouvindo aqueles cantos napolitanos para embalar o seu passeio.

É lamentável, Sr. Presidente, Sr^as e Srs Senadores, e estarrecedor o silêncio de setores da imprensa do Piauí com tudo isso.

É estarrecedor o silêncio que há, a anestesia que se processa.

Lembro-me muito dos reclamos feitos aqui constantemente pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, e sabemos como isso acontece. Estamos entrando no sexto ano do Governo, e todo ano é renovado de promessas. É o início de novas obras que não acontecem. É o governo do tapa-buraco, das decisões alopladas. É um governo que começou colocando como meta a instalação no Estado de três presídios de segurança máxima, um deles para hospedar Fernandinho Beira-Mar. Esse é o começo do governo. Qual será o fim? Demagogia, promessas eleitoreiras não-cumpridas.

O Governador do Piauí ganhou a eleição, Senador Pedro Simon, indo de Município a Município. Ele prometeu estradas de 90 quilômetros e fez somente cinco. Fez obras de qualidade duvidosa e inaceitável, apenas eleitoreiras. Mas, como diz Mão Santa, parece que o Piauí está blindado a esse tipo de coisa. Parece que o Piauí, por ser governado pelo PT, não é atingido por uma fiscalização mais rígida por parte das autoridades. Nesse governo, já aconteceu de tudo, até suspender o impedimento no Siafi por falta de prestação de conta do Estado para que ele pudesse receber recurso.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, em respeito à ausência do Governador em território nacional, não quero falar, hoje, sobre o teor das matérias trazidas pelas revistas **Veja** e **ISTOÉ** desta semana. Tomei conhecimento de que ele chegará na segunda-feira ao Brasil. Devo fazê-lo na terça, Senador Mão Santa, porque tenho medo de que ele viaje para algum outro lugar, para toda a Ásia, incluindo a China, para a Oceania, em busca de oportunidades para o Piauí. Tem sido sempre assim, esse eterno clube de falsa felicidade, onde S. Ex^a engana de maneira vergonhosa os piauienses. E em relação à oportunidade do Piauí de crescer, por meio da infra-estrutura, nada é feito de maneira concreta.

O Luz para Todos, Senador Mão Santa, que era uma esperança do Piauí, transformou-se em escândalo nacional, cujo nascedouro foi exatamente às margens do Rio Parnaíba.

Senador Mão Santa, é lamentável. É lamentável que o Governador se cale com esse tratamento que o Piauí está tendo no orçamento; que veja os recursos dos Tabuleiros Litorâneos e dos Platôs de Guadalupe serem retirados para beneficiar outros Estados e lugares.

Senador Mão Santa, quando o Príncipe espanhol pediu a um governante sul-americano que se calasse foi porque havia inconveniência nos gestos e nas palavras do governante. O silêncio do Governador agora é inconveniente, sim, e inaceitável. É a hora de se perguntar e de todo o Piauí perguntar: por que não falas, Wellington Dias? Por que não justificas a omissão e a

ausência, deixando o Piauí à mingua e a ver navios? Ou então a ver gôndolas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pronunciamento brilhante, contundente e firme de Heráclito Fortes, o maior líder municipalista do Estado do Piauí.

Ainda há dois oradores inscritos: Pedro Simon, pelo art. 17, e Geraldo Mesquita, que está junto conigo porque já usamos muito a tribuna. Então concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, que o Rio Grande do Sul e o Brasil aguardamos ansiosamente.

Não bastasse, brasileiras e brasileiros, o falecimento, que lamentamos, de Jonas Pinheiro, que botou por terra toda a intenção do Poder Executivo de nos desmoralizar. Eu vi um povo chorar. O céu chorou – choveu. Era um Senador da República.

Pedro Simon, Luiz Inácio precisa saber que somos filhos do povo, do voto e da democracia, somados aqui os votos, e este Senado – por isso que eu digo – é o melhor dos 183 anos, é o Senado do qual faz parte Pedro Simon, que temos como ícone.

V. Ex^a pode usar da palavra o tempo que achar conveniente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço muito a V. Ex^a, Sr. Presidente, a gentileza de suas referências.

Esta semana estou vindo pela primeira vez a esta tribuna. Não nego que foi uma semana angustiante para mim. A CPI dos Precatórios, o que está acontecendo na Comissão de Orçamento, olha, estou angustiado. As coisas que estão acontecendo na Comissão de Orçamento são mais graves do que aquelas que aconteceram na CPI dos Anões do Orçamento. Na CPI do Orçamento foram coisas feitas à margem, com empreiteiras, foram coisas feitas na ilicitude, mas, agora, estão oficializando. Agora, sem mais nem menos, temos um orçamento paralelo feito por alguns e aceito por outros. Sei que o Senador Tasso Jereissati está coordenando a criação de uma CPI sobre o escândalo desse orçamento, e eu quero assiná-la junto com ele e com outros Senadores, porque acho que isso não pode parar assim.

A CPI que foi criada... Eu acho que fez bem o PMDB ao abrir a Presidência. Eu acho que a Senadora Serrano, na Presidência, é algo de excepcional. Ela já teve muita categoria no relatório que apresentou

junto com o Líder do Partido Socialista na questão da Presidência do Senado. E ela reúne a serenidade, o equilíbrio, o bom senso. Acho que a escolha não poderia ter sido mais feliz do que a da ilustre Senadora. E vamos ver se começa... É muito difícil que as Bancadas do ex-Presidente Fernando Henrique e a do atual Presidente Lula estejam muito apaixonadas no sentido de defender e não de buscar a verdade. Mas eu acho que nós haveremos de ir adiante.

Mas eu venho aqui, agora, nesta tarde, tratar de um assunto que... Ontem, eu tive a honra de ser entrevistado pelo extraordinário homem de rádio e televisão que é Heródoto Barbeiro, da rádio CBN. É interessante, é impressionante, pois eu falo em muitas rádios – nós todos! – em televisões e em jornais, e a repercussão é muito positiva. Mas, cada vez que eu falo para o Sr. Heródoto Barbeiro, na CBN, o meu telefone não pára, e os e-mails que recebo são um atrás do outro, favoráveis e contrários. É impressionante a audiência do programa.

Falei ontem sobre como deve ser feita a questão dos candidatos. Dizem alguns que todos podem ser candidatos desde que não tenham condenação passada em julgado. Aliás, li um erro muito grave do Lula. Quando cobraram dele que demitisse alguns membros de seu Governo porque estavam sendo processados e já haviam sido condenados em instâncias, ele disse: "Mas a sentença não passou em julgado; logo, não podemos dizer que a pessoa é ré condenada", o que é verdade.

O Lula não faz diferença entre o penal e o político. Alguém que está sendo processado por assassinato, por roubo, por falcatura, está sendo processado. É condenado em primeira instância, recorre para o Tribunal Regional; é condenado, recorre no Tribunal Federal. Enquanto não for condenado com sentença irrecorrível, não é réu. O nome dele não é lançado como réu. Isso é verdade. Politicamente, é diferente.

O Lula não pode demitir um ministro que está sendo processado. Não pode. Mas o Lula deve demitir um membro de seu Governo se ele já está em primeira e em segunda instância condenado, porque aqui o que interessa é a idoneidade moral, é o conceito que ele tem, é a sua pessoa e a sua história.

É o caso do Presidente do Banco Central. Ele foi denunciado, foi. O Procurador-Geral da República o denunciou perante o Supremo. O Supremo aceitou a denúncia e processou o Presidente do Banco Central. Para mim, ele deveria ter sido afastado. Para mim, ele deveria ter sido afastado, mas não o foi. Agora o Governo diz que ele foi absolvido, foi, e que o Procurador-Geral pediu o arquivamento, pediu. Absolvido, mentira; peço desculpas, arquivado. Por que foi arquivado? Por-

que o Procurador-Geral da República pediu para abrir as contas, o Supremo negou a abertura de contas e o processo passou e não tinha mais o que fazer.

Hoje, sobre a entrevista que dei ontem para o Heródoto Barbeiro, a ilustre e importante Srª Lúcia Hippolito, comentarista da CBN, fez uma análise muito profunda.

Ela analisa um aspecto muito importante. O Brasil está dando mais um passo para ser o País com o processo eleitoral mais moderno do mundo inteiro.

Já demos um passo excepcional com a urna eletrônica. Só tem um erro, minha ilustre jornalista Lúcia Hippolito. Na primeira eleição feita com a urna eletrônica, caía também na urna o voto na cédula. A urna eletrônica aprovava, mas tinha o voto na cédula permitindo que, em caso de dúvida, pudesse ser apurado o resultado na cédula. Lamentavelmente, encerraram esse procedimento. Não tem mais nem urnas de experiência. E a minha interrogação é esta: o processo é perfeito, mas qual a garantia de que lá pelas tantas não apareça algo? Aconteceu aqui no painel do Senado. Então, eu acho que o processo é perfeito, mas poderia haver ou em todas ou em um número respeitável, porque, se houvesse dúvidas, poderia ser feita a fiscalização por meio das cédulas. Mas, agora, o processo está avançando. Vai votar, Senador, e no título vai ter a fotografia e a impressão digital do eleitor.

A primeira experiência será nas próximas eleições numa série de Municípios. O que vai acontecer? Vai desaparecer a notícia do eleitorado fantasma; a notícia de que em alguns Municípios tem mais eleitor do que população; a notícia de que alguém está votando no lugar daquele que morreu – pega o título e vai votar. O título tem a fotografia dele. Ele vai assinar e botar o dedão dele ali, colocando a sua impressão digital. Nota 10.

Mas aí diz a ilustre e extraordinária comentarista Lúcia Hippolito hoje, na CBN: com relação ao voto, tudo bem, mas e com relação ao candidato? Qual é a segurança? Qual é a perspectiva? Como o eleitor vai votar? O que ele sabe da figura do candidato? Aí ela analisou um projeto que está sendo discutido e será votado, na quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto é muito singelo. Ter os espaços de rádio e televisão gratuitos durante a campanha. E a Justiça Eleitoral tem um espaço destinado a ela para esclarecer. O que se pode fazer? Esclarecer. São candidatos a prefeito fulano, fulano e fulano. Mas se alguém está respondendo a processo, as coisas mudam. Por exemplo, se o Pedro Simon é candidato a Prefeito, mas está respondendo aos processos A, B, C e D, devem ser observados alguns procedimentos. Os processos não transitaram em julgado, mas ele já foi

condenado em primeira instância. Nesse caso, há um procedimento a seguir para que possa ser candidato. Acho que já seria um passo importante para orientar o eleitorado.

Ilustre Srª Lúcia Hipólito, ilustre companheiro Heródoto Barbeiro – companheiro não, seria uma honra para mim –, brilhante homem de rádio e televisão, a tese que defendo e que muita gente defende é a seguinte. Está claro, a Srª Lúcia deixou claro: uma coisa é punição penal – só pode ser considerado culpado o réu condenado em última instância, quando não houver mais recurso; não há dúvida nenhuma quanto a isso, é preceito que está na Constituição –, outra é ter conceito ilibado, é ter idoneidade, é ter respeitabilidade. Para ser funcionário público tem de ter reputação ilibada; para assumir qualquer cargo, tem de ter biografia respeitável. No entanto, para ser Senador ou para ser Deputado, não precisa, basta não ter contra si condenação transitada em julgado. Não pode ser assim.

Eu defendo uma tese, Sr. Presidente, e ela é mostrada em projetos que estão tramitando. Um deles é aquele que a ilustre Srª Lúcia mencionou hoje. Outro propõe que se coloque na Constituição que, além de não ter condenação transitada em julgado, para ser candidato, é preciso ter biografia inimputável, tem de ter idoneidade moral.

E mais, eu inverteia o processo. O que está acontecendo hoje? Nós temos alguns nomes conhecidos, eu não vou nem citá-los, que estão sendo processados há quarenta anos – um crime, dois crimes, três crimes, quatro crimes, cinco crimes, dez crimes, cinqüenta crimes pesam contra eles. Mas eles têm bons advogados, estão recorrendo, recorrendo, recorrendo, recorrendo – um deles responde a processos instaurados quando era Prefeito de São Paulo, quando foi novamente Prefeito, depois Governador, quando foi novamente Prefeito. Uns prescreveram, outros não, mas não há nenhuma condenação.

A Justiça é lenta? É. A Justiça é falha? É. No Brasil só vai para a cadeia ladrão de galinha? É. O Brasil é o país da impunidade. Se estou sendo processado, sei o que fazer: vou empurrando com a barriga, recorro pra cá, pra lá, passa o prazo e não acontece nada.

Agora, se eu botar na lei que, se eu for condenado, ainda que seja por sentença de que se pode recorrer, eu não posso ser candidato, as coisas mudarão. Se eu botar na lei que o tribunal tem obrigação de julgar o meu processo antes da convenção que vai escolher os candidatos, muda tudo: eu vou querer ser julgado logo. Em vez de acontecer como acontece agora – todos os réus correm para não deixar seu processo ser julgado, para ganhar tempo –, vou brigar para ser julgado.

A minha lei propõe que, se o meu processo está na fila para ser julgado, na gaveta do Procurador, do Promotor ou do Tribunal, e sou candidato, o meu passará a ser o primeiro processo a ser julgado. Torna-se obrigatório que ele seja julgado até a convenção. Se eu for absolvido, sou candidato; se eu for condenado, não posso ser candidato.

Eu acho que, se nós invertermos o processo, tudo muda. Não pode é continuar acontecendo o que está acontecendo hoje. O cidadão pode ser Senador ou Deputado, mas não pode ser síndico de edifício – na assembléia destinada à eleição do síndico, os condôminos dizem: “Não, com essa biografia não dá; esse cara tem isso aqui contra ele, não me serve”.

Para ser nomeado juiz ou promotor, ou até funcionário público é preciso ter folha corrida. Para ser político, não há essa exigência. Isso tem de terminar.

É por isso, Sr. Presidente, que a credibilidade do Senado e da Câmara na penúltima pesquisa era de 1,1% dos entrevistados e, na última pesquisa, baixou para 0,5%. São essas coisas que nos levam a essa posição.

Creio, com toda sinceridade, que há má vontade em relação à classe política. Generalizar não é justo. Conheço muitos homens públicos – falo principalmente do meu Rio Grande do Sul –, de todos os partidos, até os da época da ditadura militar, que, com relação ao trato da coisa pública, em sua imensa maioria, merecem respeito – tenho restrições radicais contra os que eram a favor da ditadura, tenho restrições contra os Governadores nomeados e condeno as violências que aconteceram. Nosso povo não quer ver isso, o povo nivela por baixo e, nivelando por baixo, temos um dos piores índices de credibilidade já registrados.

É verdade que somos um pouco incompetentes. Este mês que perdemos para discutir a questão da CPI dos Cartões Corporativos foi doloroso – talvez até o povo já tenha esquecido os fatos que dizem respeito à criação dessa CPI. Veio o escândalo do Orçamento; a manchete de que o Brasil pagou a sua dívida externa e agora é credor; veio o Presidente entregar a reforma tributária na Câmara dos Deputados, e nós ainda nem pensamos na instalação da CPI. É por isso, Sr. Presidente, que ninguém leva a sério manchetes como as que saíram nos jornais de ontem. Noticiou-se o que disse o Presidente Lula: “Se eu pudesse, eu fazia a reforma tributária por medida provisória”. É a coisa mais fantástica: “Se eu pudesse, eu fazia a reforma tributária por medida provisória”. Nem a ditadura fez isso, nem o General Geisel, nem o Médici, nem o Costa e Silva, nem o diabo fez uma afirmativa infeliz como essa do Lula, que arrematou: “Mas, como eu não posso, eu vou ter que mandar para o Congresso”. Esse é o apreço

que o Presidente tem por esta Casa. Esse é o apreço que o Presidente da República tem pela democracia. Essa é a realidade que nós estamos vivendo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei.

Enquanto isso, estão discutindo uma reforma relativa às medidas provisórias.

Presidente Garibaldi, essa emenda que estabelece que a medida provisória tranca a pauta, que eu achei absurda, foi uma tentativa de evitar o exagero de medidas provisórias. Então, não; vai trancar a pauta e, trancando a pauta, o Governo vai entender que não pode exagerar. O Governo não deu bola para nós. Não deu bola para ninguém: aumentou o número de medidas provisórias e que se dane se não votar. O Governo, a rigor, não precisa mais do Congresso. Vota tudo por medida provisória!

O que querem fazer agora? Não se tranca mais a pauta. Mas é um escândalo! Não se tranca mais a pauta. O Congresso tem a coragem de dizer: “Não tranca mais a pauta, mas não pode reeditar”. Aí muda tudo. Não pode reeditar 10, 20, 30, 40 vezes como estava acontecendo. Agora, se não tranca mais a pauta, e o Governo pode reeditar, é humilhação, é a gota d’água no Congresso Nacional. Fez-se um levantamento de quantas medidas foram votadas; quantos foram os projetos de iniciativa do Congresso e quantos forem por medida provisória. Esqueceu-se de fazer o levantamento de quantos projetos votados pelo Congresso foram vetados pelo Presidente! Foram 600 ou 700, que estão aí na gaveta. Além de termos um limite insignificante de votar e de aprovar projetos, o Presidente os veta; e, vetando-os, está vetado, não acontece mais nada.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Simon, o Brasil já se acostumou a ouvi-lo nessas sextas-feiras, a qual chamamos de “sem-lei”, porque o tempo é mais elástico, e as pessoas podem desenvolver com mais liberdade o raciocínio. Semana passada, V. Ex^a fez um discurso que começa a ser colocado em prática. Refiro-me a Cuba. Vimos aí a primeira declaração do novo presidente de Cuba; aliás, não se trata de uma declaração, já é o primeiro ato.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Excepcional!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Excepcional! Ele firmou acordo com a ONU em relação aos direitos humanos, o que o irmão dele se negava a fazer há mais de 30 anos. É o primeiro passo. Lamentavelmente, o nosso Colega Cristovam não está aqui, porque esse assunto foi tema de um debate na sexta-feira passada,

para mostrar a S. Ex^a que a tese que V. Ex^a defendeu, com a qual eu concordei, está completamente certa. Temos de dar o nosso apoio a essa expectativa e a essa perspectiva de mudança em Cuba, que o próprio Raúl Castro demonstra querer. O segundo ponto é a citação feita por V. Ex^a de o Presidente Lula querer usar o decreto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A medida provisória.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, não, usar o decreto. Os jornais, aqui – o Senador Geraldo Mesquita e eu estávamos vendo –, dizem que é até mais grave. Bom, o Presidente pode não diferenciar...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele quer baixar medida provisória por meio de decreto?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Se pudesse, ele o faria por decreto; a baixaria por decreto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A reforma tributária?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É. Por decreto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, voltaríamos ao tempo da ditadura, porque na ditadura que era por decreto-lei.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É mais grave! Pois, é. É mais grave!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ah...!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É mais grave. Aqui, é por decreto. Mas, como a gente...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Espera aí: é muito sério! Eu não havia me dado conta disso!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – A gente saber que ele não diferencia bem decreto de medida provisória, vá lá, mas agora quero lhe dizer uma coisa: se formos raciocinar friamente, o Brasil deve muito aos aloprados, aos envolvidos na CPI do Banestado, aos sanguessugas, porque se não fosse esse mar de corrupção que esse partido se meteu, se o partido tivesse executado a pureza que pregou, já teríamos o decreto, já teríamos o sistema unicameral, já teríamos o terceiro mandato, porque esse pessoal, Senador, tem a vocação de ditador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E há quem diga que não havia decreto cassando gente!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Olha,... olha...!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é. Cassando ou, quem sabe, sumindo gente! A vocação desse pessoal...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é a vocação. Quem tem o poder absoluto é imprevisível no que pode fazer.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente. Mas não deixa de ser vocação. A gente vê a maneira...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu não diria que o Lula tem vocação.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Lula, não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ninguém senta ali, com poderes absolutos, sem que termine fazendo bobagens.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Na verdade, o Lula é apenas uma peça nesse processo. A mais importante, porque é a blindada, é a que tem popularidade, é a que tem voto. Mas, o que está...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas é a melhor ainda.

O SR. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sim... O problema são os que o cercam.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – São os que cercam o Presidente Lula; são os que fazem com que ele defenda o indefensável, de justificar o injustificável. Senador Pedro Simon, eu quero ver, segunda-feira, o que vai acontecer com essa extraordinária figura de homem público, chamado Sepúlveda Pertence, Presidente do Conselho de Ética! Quero ver: se o Lula vai desmoralizá-lo – e ele não vai aceitar isso –, ou se vai tomar uma providência, atendendo à Comissão de Ética, criada por ele, nomeada por ele, para exercer suas funções de maneira isenta. Eu quero ver. A próxima semana será de uma simbologia fantástica neste caso!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu garanto a V. Ex^a que ele vai cumprir o que o Sepúlveda disse. Ele não é louco de não cumprir o que o Sepúlveda disse! Pelo Sepúlveda, pela biografia dele, pela dignidade dele, pela correção dele, pela seriedade dele, ou ele aceita ou, nessa altura, o Brasil fica contra o Lula e do lado do Sepúlveda!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concordo plenamente com V. Ex^a. Bom, fica feito esse registro. Acho que o Presidente Lula está abusando da sua blindagem. Mas, tem tido sorte até aqui; as coisas têm dado certo. Vamos para frente. Parabéns, Senador!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fazer a reforma tributária por decreto!? Eu pensei que fosse por medida provisória, e já achei um absurdo! Por decreto é voltar à ditadura! Quer dizer, por medida provisória é até pior do que por decreto, não quero discutir, mas pelo menos é um ato da Constituinte de 88. Ato burro, porque não deveria ter saído de lá. Quando caiu o parlamentarismo, a Comissão de Redação Final tinha

de ter tirado, porque não existia mais. Agora, por decreto?! Eu não sei não...

Concedo o aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita (PMDB – AC) – Caro Senador Simon, a quem o Senador Mão Santa, generosamente, trata de “Dom Pedro Simon”, V. Ex^a se referiu há pouco à expressão “poder absoluto”. Antes, V. Ex^a havia feito reflexões acerca do fato de o Governo não precisar do Congresso sequer para apreciar medida provisória. Aliás, o Governo não precisa sequer que o Congresso aprecie e vote o próprio Orçamento, Lei mais importante que nos traz a este Congresso Nacional. Pergunto a V. Ex^a o seguinte: quando não precisamos mais de alguma coisa, o que fazemos com essa coisa, Senador Simon? Ela vai para o lixo. Tenho me preocupado muito, e digo sempre que isso não é teoria da conspiração não, mas essa situação preocupa-me muito. Às vezes, sinto no ar que se trama, de fato, contra o Congresso. Essa campanha solerte, essa campanha massiva, essa campanha permanente de desmoralização do Congresso materializa-se, Senador Simon. Às vezes falamos e tal, mas ela se materializa no fato de o Governo não precisar mais do Congresso para aprovar medida provisória; se ela não for apreciada, melhor ainda. O Governo não precisa do Congresso para aprovar Orçamento da União; se ele não for votado, melhor ainda para o Governo, que fica gastando dinheiro do Tesouro por meio de medidas provisórias, inclusive com créditos extraordinários. Então, preocupa-me muito esse aspecto. O Senador Mão Santa, por exemplo, é um defensor ardoroso do Senado Federal. Acho que S. Ex^a está certo. Talvez este aqui não seja o melhor dos mundos. Temos nossos defeitos. Esta Casa tem defeitos, tem crises e tal. Mas será melhor, em nosso País, vivermos sem o Senado Federal, sem a Câmara dos Deputados e sem o Congresso Nacional? Será melhor? É isso que o povo brasileiro quer e deseja? Preocupa-me muito o desequilíbrio que se afigura em nosso País entre os Poderes desta República. Há uma forte tendência ao poder absoluto mesmo, Senador Pedro Simon. E V. Ex^a diz, com muita propriedade, que quem senta naquela cadeira com poderes absolutos numa hora ou noutra faz besteira. É inexorável. Então, creio que devemos evidentemente expiar nossas culpas e nossos defeitos, mas não devemos abrir mão da defesa dessa instituição – não da defesa do Senador Pedro Simon ou do Senador Heráclito Fortes em particular, mas da instituição Poder Legislativo – para que possamos contribuir decisivamente para o reequilíbrio dos Poderes nesta nossa grande Nação. Sem isso, iremos para a balata, Senador Pedro Simon. Sem isso, estaremos reféns de

uma situação que pode se tornar incontrolável neste País. Quando V. Ex^a fere esse assunto, com a autoridade que tem, devemos prestar muita atenção. Precisamos não só nos solidarizar com V. Ex^a, mas também estar a seu lado na defesa de uma causa, na defesa dessa tese. Devemos todos nós nos constituir em soldados do sistema de equilíbrio de poder em nosso País, sob pena de naufragarmos numa situação... Já vimos muita coisa feia neste País: regimes autoritários... Temo que consigamos, mesmo assim, naufragar numa situação em que vamos nos surpreender por ser muito pior do que já vimos acontecer neste País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quer ver uma coisa, Senador, dentro do que V. Ex^a disse? Se V. Ex^a me perguntar onde está a origem de tudo o que acontece no Brasil, dos desequilíbrios, dos crimes, dos absurdos, dos escândalos, das irregularidades, vou responder a V. Ex^a: está na impunidade. Não pense ninguém que está me assistindo que no Brasil os deputados são mais ladrões do que os dos Estados Unidos, os da Alemanha, os da Itália. Não pense que se rouba mais no Brasil do que nos Estados Unidos. Não pense que os escândalos e a corrupção que há no Brasil, não existam na Europa, na França, na Itália, no Japão. Existem! Qual é a diferença? É que lá eles vão para a cadeia. Mais de três primeiros-ministros japoneses se suicidaram de vergonha de irem para a cadeia. Na Itália, com a operação Mão Limpa, foram presos mais de 100 parlamentares. O Presidente da Fiat foi para a cadeia! No Brasil, ninguém vai. A Justiça brasileira não mandou um homem importante para a cadeia. Está aí uma maravilha, um espetáculo. Viva a justiça, porque o Procurador-Geral da República aceitou a denúncia contra 40! Aceitou a denúncia contra 40! Mas se algum deles vai ser condenado, eu não sei. Vai levar tanto tempo o processo, vai levar tanto tempo que não sei o que vai acontecer. Qual é o único órgão no Brasil que apura fatos de corrupção? É o Congresso Nacional, que cassou o Collor, que cassou dez parlamentares da CPI dos Anões do Orçamento, denunciou, na CPI do Sistema Financeiro, três Governadores, mais de dez parlamentares, dois diretores e o presidente do Banco Central. Denunciou, quer dizer, condenou.

As manchetes dizem que as CPIs terminaram em pizza. O que o povo não entende, meus amigos, é que o Congresso não tem condições de colocar ninguém na cadeia. O Congresso conclui e manda para o Procurador-Geral. Durante o Governo Fernando Henrique, por oitos anos, o Brindeiro colocou todas as denúncias na gaveta. Agora – a justiça seja feita – os procuradores estão denunciando, mas até agora não aconteceu nada.

Três presidentes do Senado tiveram que sair para não serem cassados. Nós fizemos a nossa parte. Um saiu, renunciou; hoje é Governador. Outro saiu, renunciou para não ser cassado; voltou. Outro saiu, renunciou; hoje é deputado. Não aconteceu nada. Então, se diz que terminou em pizza, mas o Congresso não pode denunciar. Só quem pode denunciar é o procurador e só quem pode botar na cadeia é o Judiciário. Nós fizemos a nossa parte. O que tem de ruim agora é que parece que estão querendo desmoralizar a CPI. Olha, a CPI que afastou um Presidente da República, a CPI que afastou dez parlamentares. Naquela época, eu fazia parte da CPI, porque, naquela época, a gente julgava buscando a verdade; hoje, metade é de um partido e metade é de outro partido e se julga querendo acobertar tudo. Aqui, sim, Senador, nós estamos correndo o risco de desmoralizar a CPI. Agora, o indicado para relator da CPI dos Cartões, que é do PT, diz que não aceita porque é muito ruim trabalhar com presidente da Oposição na comissão. Mas o que é isso? Onde é que nós estamos? Ele queria relator do Governo e presidente do Governo, maioria do Governo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Isso, em outras épocas, Senador Simon, chamava-se truculência e intolerância. Gozado, estamos revivendo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o relator do PT, o velho e histórico PT de ontem, diz o seguinte: “Não posso ser relator porque o presidente é da Oposição”. Ele queria que o presidente também fosse do PT ou do PMDB, do Governo; ele é do Governo e a maioria do Governo. Mas que CPI é essa?! A CPI, meu caro relator do PT, é arma da Oposição, da Minoria. É arma da Minoria.

Eu acho que a escolha da Senadora Marisa Serранo foi muito boa. E, Sr. Presidente, se o Relator do PT quiser cair fora, que caia!

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Só falta, Senador Simon, baixar um decreto extinguindo a Oposição.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se pudesse...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Se pudesse...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...aconteceria isso.

Eu acho que o levantamento feito pelo nobre Presidente da Comissão do Mercosul foi muito importante. Nós estamos caminhando para nos humilharmos no Congresso Nacional. Aquele mês de debate em torno da CPI foi muito triste. O que está acontecendo na Comissão de Orçamento é pior do que o que aconteceu na CPI dos Anões do Orçamento. Por que é pior?

Porque lá era o escândalo da bandalheira feita fora; e agora quer se oficializar. Está-se oficializando um orçamento extra feito por alguns.

Eu assino o requerimento dessa CPI na segunda feira, se o Senador Tasso coordenar.

Eu creio, Sr. Presidente, que vivemos horas interessantes. Lula vive a euforia de ser credor internacional. Ele agora não deve mais. Ele é credor. É interessante um artigo publicado na *Zero Hora* pela ilustre Deputada, Líder do PSOL, Luciana Genro, em que ela diz que nós deixamos de dever em dólar e agora devemos em real, pagando os juros mais altos do mundo. Não sei... Vou estudar com mais calma.

Mas creio, Sr. Presidente, que vamos aguardar.

Sei que não vou fazer parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, pois já fui excluído. O argumento foi a idade avançada. Já tenho mais de 75 anos. Então, tenho o direito de descansar.

Mas, pelo amor de Deus! Se bem que não tenho preocupação. Foi dito aqui muito bem: duas CPIs consideradas chapas brancas, e os presidentes e relatores das mesmas foram excepcionais. Acredito nisso sinceramente. Mas não exagerem ao indicar os nomes. Indiquem homens que são do Governo, que são da Oposição, mas que tenham um mínimo de independência, para agirem de acordo com sua consciência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Este é o Senado da República, que se torna um dos melhores ao longo dos 183 anos de história, graças à presença de homens virtuosos como Pedro Simon, a quem convido a presidir esta sessão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo-lhe a palavra pela ordem, mas, Heráclito Fortes, eu queria ajudá-lo. V. Ex^a representa tão bem o Piauí!

Recebi agora um e-mail, informando que, mais uma vez, o Piauí foi destaque de forma negativa na TV Globo. A notícia saiu hoje, no Bom Dia Brasil, na manhã desta sexta-feira, em matéria da jornalista Neyara Pinheiro: saúde, um colapso, vivendo os piores momentos – e o Piauí tinha tradição de boa saúde. A matéria da jornalista mostra o descalabro em que vive o Piauí, o que estamos a denunciar.

Eu pediria ao Presidente da República que fosse agraciado ao povo que endereçou voto a ele.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

Dr^a Cláudia Lyra, veja como a TV Senado é bem ouvida: falei aqui sobre a viagem de trabalho do Go-

vernador pela Europa e recebi alguns telefonemas. Pessoas me diziam que minha informação estava incompleta e que eu não sabia das coisas. Quero corrigir, para não cometer injustiça com o Governador e sua comitiva.

Além de Veneza, eles estiveram em Florença. Naturalmente, o Governador foi contemplar a estátua de Davi, passear pela Ponte Vecchia e, quem sabe se, estando em Veneza, foi ver a maravilhosa torre inclinada de Pisa. Como, no caminho, fica Pistoia, ele deve ter colocado flores na sepultura dos brasileiros, homenageando-os, pela participação dos mesmos em batalha da Segunda Guerra Mundial naquele país.

O Governador, realmente, cumpriu roteiro de trabalho fantástico, e quero crer que trará resultados positivos para o Piauí.

Quero, por isso mesmo, pedir desculpas a S. Ex^a pelo fato de eu não ter citado mais essas duas cidades do roteiro. E peço aos ouvintes que, se houver mais alguma cidade que tenha freqüentado, podem me passar a informação, que, com o maior prazer, anunciarrei. Não quero ser injusto com o Governador, não tenho o direito de ser injusto com S. Ex^a.

Senador Pedro Simon, o que me traz aqui é um fato lamentável. Aliás, o Presidente Lula, depois das três da tarde, fica ofensivo. Não sei se é o cansaço, mas fica agressivo com as pessoas.

Ontem, em Fortaleza, ele disse – é uma coisa difícil de compreender, mas o jornal traz a notícia na íntegra: “Minha resposta a determinadas críticas é um ato como esse [existe uma assinatura de uma ordem de serviço]. Responde por mim. Responde [Senador Pedro Simon] a 200 baratas”.

O Presidente não identificou as baratas, mas, depois, afirmou ter como adversários o DEM e o outro, “que já se sabe quem é”, referindo-se aos tucanos.

Para que o Presidente Lula agride dessa maneira a Oposição? Aliás, antigamente, ele dizia que o Congresso era composto de 300 picaretas, quando ele participava inclusive. Agora, mudou. Não são mais picaretas; são baratas.

É uma maneira descabida, despropositada de Sua Excelência ofender o Congresso, sem nenhum sentido. Parte de um Chefe de Estado, de um Presidente da República.

Lamento, Sr. Presidente, que Sua Excelência se emocione no cair da tarde e dê declarações dessa natureza, principalmente em Fortaleza, que é uma cidade hospitaleira, que é uma cidade acolhedora. Naturalmente, existem os puxa-sacos, os picaretas, os que gostam, mas existem os que têm horror a ofensa dessa natureza.

Senador Simon, V. Ex^a falou há pouco em Procuradores da República que estão sumidos. Não era o Luiz Francisco, aquele famoso?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS. Fora do microfone.) – José Francisco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Acho que está de férias ou aposentou-se.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS. Fora do microfone.) – José Francisco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É José Francisco ou Luiz Francisco? (Pausa.) Acho que é Luiz Francisco, aquele famoso.

Mas, Sr. Presidente, vi uma coisa estranha na CPI das ONGs. Quiseram chamar um Procurador, que foi, anos a fio, usado, citado como bandeira pelo PT, o Sr. Celso Três. E foi um deus-nos-acuda. O PT não permitiu que o Sr. Celso viesse aqui. Quero saber por quê. Lembro-me muito bem de que o PT, para tudo, citava o Procurador Celso Três. Quero saber agora por que o PT corre do Celso Três como o diabo corre da cruz?

Era uma indagação, Sr. Presidente, e, neste registro, lamento o Presidente Lula comparar a Oposição brasileira com baratas. Para quem convive com os ratos que o acompanham, até que barata é um bom negócio.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – O final não foi feliz. (Risos.)

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, caros colegas, vim aqui falar sobre dois assuntos, mas, antes, permitam-me. Recebi, nesta manhã, um presente do Senador Mão Santa: um livretozinho com frases e expressões que S. Ex^a proferiu ao longo da sua vida pública. E me chamou muito a atenção, Senador Mão Santa, aquela que V. Ex^a dedicou aos jovens. Eu pediria permissão desta Casa, inclusive, para ler, porque achei muito rica de conteúdo.

V. Ex^a, numa solenidade, com jovens do seu Estado, quando governava o Piauí, disse que “os jovens, especialmente os adolescentes, quando despertam suas atenções para a magia do embate político, trazem na alma a pureza de condenar as arbitrariedades, defender as justas causas, colocar-se frontalmente contra as ações discriminatórias, projetando em seus discursos fantasias e realidades de aspirações e desejos”.

Conclui V. Ex^a dizendo: "a prática política contrária a esses postulados decepciona a juventude, afastando as lideranças consolidadas daqueles que haverão de nos suceder".

Eu digo que me comovi com a sua fala naquela oportunidade, Senador Mão Santa, porque essa é uma causa legítima, brava, importantíssima no nosso país, atrair a juventude para a prática política. A juventude, que por vezes nela é incutida a idéia de que a política é ambiente para quem não presta, para quem não serve, é um ambiente sujo. E não é, V. Ex^a sabe disso. E ele se enriquece assustadoramente quando a juventude participa, a juventude do nosso país. Como diz V. Ex^a, quando ela bota o pé na política, ela traz na alma a pureza de condenar as arbitrariedades, defender as justas causas e colocar-se frontalmente contra as ações discriminatórias. Ela enriquece a política.

A política passa a ser outra coisa quando a juventude de forma maciça bota seu pé, assume posições dentro do mundo político. Parabéns a V. Ex^a!

Eu quero cumprir aqui uma promessa que fiz aos integrantes das carreiras da Advocacia Pública da União. Ontem, fiz questão de registrar nesta Casa o convite que recebi do eminentíssimo colega João Carlos Souto, presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. No dia 27, na última quarta-feira, ele me convidou para participar de um ato realizado no auditório da sede da OAB Federal, em Brasília, com a presença, inclusive, do Dr. Cézar Britto, presidente da OAB Federal. Ali presentes estavam integrantes das carreiras da Advocacia Pública da União, inclusive defensores públicos, procuradores da Fazenda, procuradores da União etc. E foi algo muito comovente, porque a OAB, através da sua organização federal, em todas as seccionais do País, houve por bem manifestar-se publicamente em favor da luta encetada pelos Advogados Públicos da União com vistas a fazer com que o Governo cumpra um acordo firmado em novembro do ano passado, Senador Mão Santa, acordo esse que tem por finalidade resolver questões pendentes anos e anos neste País, questões salariais, questões de estrutura de trabalho, de condições de trabalho dessas categorias, pelo País afora.

Como eu disse, vim aqui cumprir com o que prometi naquele fórum. Pedi permissão ao fórum e a seus integrantes para ler, da tribuna do Senado, um manifesto dado a conhecimento exatamente pelo fórum; lido naquela oportunidade, com muita emoção, por um decano da Ordem. E aqui estou cumprindo o que prometi, ao contrário do Governo, que não cumpre um acordo firmado com essas categorias.

Quero me apressar em ler, porque é um pouco extenso: *Manifesto do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal*.

Dia Nacional de Mobilização com a OAB.

Imagine: a OAB decisivamente se solidariza e se incorpora nessa luta dos Advogados Públicos da União, o que deveriam fazer juízes, Ministério Público, do mesmo jeito, porque a própria Constituição, Sr. Presidente, no seu Título IV, Capítulo IV, trata a advocacia pública, a advocacia em geral – privada e pública – Senador Mão Santa, como atividade essencial da Justiça.

O que significa isso? Função essencial à justiça? Significa dizer que, sem a atuação dos advogados privados e públicos, não se instaura o devido processo legal, Senador Mão Santa.

É por isso que a atividade do advogado é essencial ao funcionamento da Justiça. E veja a que eles estão relegados. As condições de trabalho dos magistrados do nosso País, dos Tribunais Superiores, dos magistrados em geral, são satisfatórias. As condições de trabalho e de remuneração dos membros do Ministério Público também são satisfatórias. Elas são essenciais ao funcionamento da Justiça. Os advogados privados e públicos também são essenciais. Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe disso. O tratamento de condições de trabalho, sobretudo quando adentramos a questão remuneratória, é uma indecência no nosso País. É uma disparidade brutal.

Ora, se as três atividades são essenciais, elas devem, no mínimo, ser equiparadas, em termos de condições de trabalho, em termos remuneratórios.

Portanto, passo a ler, como prometi – ao contrário do Governo, que se compromete e não cumpre – o Manifesto, exarado pelo Fórum dos Advogados Públicos da União:

As entidades de classe da área jurídica federal, integrantes do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, vivem hoje na data de hoje um momento ímpar na mobilização de seus associados – advogados da União, procuradores federais, procuradores do Banco Central, procuradores da Fazenda Nacional e defensores públicos da União – empenhados no resgate de sua dignidade remuneratória, comprometida pelo não cumprimento de um Acordo firmado com o Governo Federal no dia 1º de novembro de 2007, momento esse especial, em face da convocação do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Cezar Brito, para a realização simultânea de atos de apoio dessa nobre instituição ao movimento dos advogados e defensores públicos federais, tanto na sede

nacional em Brasília como nas 27 Seccionais da OAB nos Estados, envolvendo as respectivas Comissões de Advocacia Pública.

Desde abril do ano passado, quando o Palácio do Planalto aprovou uma proposta do Advogado-Geral da União para a concessão de honorários advocatícios havidos pelos advogados públicos nas ações vitoriosas nos Juízos e Tribunais do País, a exemplo dos advogados liberais, o Conselho Federal da OAB posicionou-se publicamente pela legitimidade do pleito.

Na oportunidade, substituir a remuneração dos advogados públicos por honorários seria desonrar a folha de pagamento desses servidores, em valores suficientes para cobrirem o reaparelhamento da Advocacia-Geral da União e outras despesas de custeio e investimento.

Em julho de 2007 seria publicada uma Medida Provisória nesse sentido, em caráter não singular, eis que algumas Procuradorias dos Estados e a Procuradoria do Município de São Paulo, a maior cidade do País, já haviam adotado a iniciativa. Mas como já ocorrerá com primeira proposta de subsídio constitucional dos advogados públicos, em 2004, ao teor do art. 135 da Constituição Federal, a área técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão se opôs à iniciativa da AGU, gerando profundo mal-estar na classe jurídica.

Abrimos um parêntese para realçar que são somente seis mil os advogados e defensores públicos federais em atividade, em todo o território nacional, somando-se igual número de aposentados e pensionistas. A média individual de ações judiciais e administrativas sob sua responsabilidade é superior a 600 processos, sendo notória em algumas unidades jurídicas especializadas a distribuição individual de mais de 1500 processos, envolvendo os mais diversos ramos do direito público, a missão constitucional na defesa das rendas e do patrimônio da União, das políticas públicas governamentais e ainda dos mais necessitados.

Integrantes das Funções Essenciais à Justiça (MP, AGU, DPU), incluídas na Constituição em capítulo à parte dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, perdem esses servidores, a cada realização de concurso público, cerca de 30% de seus quadros qualificados para carreiras mais atrativas do próprio Ministério Público e da Magistratura, em nível nacional e estadual.

Esse quadro veio a se agravar ainda mais com as negociações que se seguiram à proposta de honorários advocatícios. A partir de maio do ano passado, os integrantes do Fórum sentaram-se novamente à mesa de negociações com a AGU e o MPOG, obtendo ao final de outubro, em meio à intensa mobilização das bases associativas, uma nova tabela de subsídio, em valores que se assemelhavam aos oferecidos aos Delegados e Peritos da Polícia Federal, sem demérito dessas categorias.

Foi então firmado, em 01 de novembro de 2007, um Termo de Compromisso com a Representação Governamental (AGU e MPOG), seguido da promessa, várias vezes reiterada de público, de edição de uma Medida Provisória. Em pleno processo de votação da CPMF no Congresso Nacional, o Governo editou a MP de reajuste dos Policiais Federais, passando a alegar, mais à frente, que a suspensão da Contribuição Provisória, pelo Senado Federal, colocava “em cima do telhado” (expressão de uma alta autoridade) o Acordo firmado com as carreiras jurídicas.

Não restou outro caminho às bases associativas da classe jurídica, percebendo menos de 30% do piso e do topo salarial dos policiais, que a deflagração de uma greve geral, a partir do dia 17 de janeiro, para o cumprimento do acordo firmado com o Governo Federal.

Esse o estágio em que se encontram os membros das carreiras jurídicas da União, alvo de desprestígio e de desvalorização no seio do serviço público que os remunera. Com toda a cautela, seguindo as diretrizes da Lei nº 7.783, de 89, aplicada à greve de servidores públicos por recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, organizaram-se plantões de 30% nas unidades jurídicas, para o atendimento às causas e intervenções emergenciais, envolvendo a sociedade e os interesses da União.

A greve jamais entraria na pauta dos advogados e defensores públicos da União a não ser feridos os princípios basilares e a natureza de suas atividades, isentos a políticas de defesa do patrimônio e interesses públicos, consagrados como a Advocacia do Estado, tal como na Itália, berço do nosso direito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero louvá-lo por esse oportuno pronunciamento, em solidariedade a categorias que lutam por uma reivindicação que é justa. O Governo usa o argumento de que o fim da CPMF atrapalhou qualquer negociação. Sabem todos que é um blefe e que, como bem disse V. Ex^a, uma

decisão favorável não vai onerar os cofres públicos; muito pelo contrário, vai estimular uma produtividade muito maior por parte dos que trabalham nessas áreas, principalmente os Procuradores. De forma que felicito-me com V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento, empresto-lhe a minha solidariedade e espero que o Governo acorde e tenha a sensibilidade para resolver esse impasse.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado, Senador, pela solidariedade, inclusive.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Mão Santa

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, entendo que a justiça tem que ser como o sol: igual para todos. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça! Montaigne: a justiça é o pão de que mais a humanidade necessita. Daí, digo que nesta Casa somos os pais da Pátria. Quando prefeito, criei uma pequena defensoria municipal. Não há o procurador que defende o prefeito? E os pobres? Um advogado é para defensoria familiar, para problemas de família, você sabe como é, e outro é para estar na cadeia. É complicado, é muito pobre, não tem defesa. Isso é tão grave! E Deus me permitiu governar o Piauí logo depois. Fui prefeito de Parnaíba. Você sabe por que existe esse problema carcerário? Eu, Heráclito, eu me dediquei mesmo. Fui um governador e acho que só se o Heráclito for governador vai me superar porque os outros, não. E eu tive essa sensibilidade, ouviu, Senador? Eu peguei o chefe lá dos defensores públicos, que é Reginaldo Furtado, e mandei-o estudar todos os presos. Olha, o que tem de preso que está preso porque nunca foi defendido, que já passou o mandato!... Dá trabalho, é complicado. Mas o que tem de preso aí porque nunca teve um advogado para defendê-lo!... Você entendeu? Então, nós diminuímos o número de presos pela lei. E construí no Piauí o Palácio da Defensoria Pública. Porque eu me lembrava, ô Pedro Simon, V. Ex^a está aí de Cristo, daquele julgamento: Anás e Caifás, tudo contra ele, Herodes e tal, o povo e os ricos. Nenhum advogado de defesa. Não teve advogado de defesa. Então, eu imaginava que aquilo era uma lembrança para nós. E eu fiz o Palácio da Defensoria Pública. Eles eram 30. Uma vez, falou-se em Sepúlveda Pertence, que é uma figura, é um Rei Salomão dos melhores homens. No espírito da lei, não há esses DAS? Lá é o DAS-4 do governo. Porque 200 – eu criei muita cidade, 78 novas – não podia ter... A lei só tinha 30 defensores públicos com um salário razoável. Então, eu dava DAS-4 para advogados nas outras cidades, para ter como um bico. Uma vez eu fui, vamos dizer,

um defensor novo que estava querendo criar duas categorias: uma de defensor verdadeiro e outro. Eu digo: “Não, porque eu também ganhei bolsa para ser cirurgião e nunca me considerei médico”. Eu dou como uma bolsa de estudos para que as cidades pequenas também tenham aqueles advogados coordenados por um defensor público. Então, V. Ex^a chama a atenção justamente para isso. Esses homens têm que ser igualados. No Piauí, eles são chamados de advogados do pobre. Quem ajuda o pobre serve a Deus.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Eu quero concluir a leitura do manifesto, como havia me comprometido, e digo, estou cumprindo um acordo que fiz com a categoria, ao contrário do Governo, que não cumpre: “A greve jamais entraria na pauta dos advogados e defensores públicos da União, a não ser feridos os princípios basilares e a natureza de suas atividades isentas, apolíticas, de defesa do patrimônio e interesse públicos, consagrados como Advocacia do Estado, tal como na Itália, berço de nosso Direito.

Ao se dirigir, na data de ontem, à Ex^{ma} Sr^a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, em defesa dos advogados públicos federais, nos autos do pedido de suspensão de tutela antecipada, ajuizado pela Procuradoria-Geral da União, o advogado e ex-Ministro Francisco Rezek produziu as seguintes e oportunas, além de verdadeiras, considerações:

Há um extremo desconforto, para muitos de nós, em ver nos rótulos que capeiam a presente série de litígios em nome da União como sendo a parte que se contrapõe aos grevistas, ou seja, aqueles que justamente são seus defensores (...). É do Governo que os integrantes de todos os setores de defesa do Estado recolheram garantias de tratamento retributivo minimamente idôneo, para vê-las agora inteiramente desonradas mediante argumentos que a própria linguagem da Advocacia-Geral da União e da decisão singular de Brasília denunciam como inconsistentes.

O nosso mais profundo respeito e gratidão à Ordem dos Advogados do Brasil – agora é o Fórum que se pronuncia – pelo carinho e atenção em defesa dos advogados públicos, que são seus membros ao lado dos colegas advogados privados, aos quais também renovamos a nossa estima.

Assina a Diretoria do Fórum por diversas categorias e um conjunto enorme de profissionais.

Alguém poderia perguntar por que o Senador Geraldo Mesquita está lendo na íntegra o documento, o manifesto. Respondo, Senador Mão Santa: simplesmente para constranger, para mostrar a esta Casa e ao País que, neste particular, o Governo reluta em cumprir um acordo firmado, Senador Mão Santa, sob o fragilíssimo argumento de que, com a rejeição da medida provisória que tentava manter a CPMF, como diz uma alta autoridade, "coloca em cima do telhado o acordo".

Isso é um deboche, Senador Pedro Simon. Sou Procurador da Fazenda Nacional há mais de 15 anos, Senador Mão Santa, e acompanho, até por questão de justiça, de se dizer a verdade, desde aquela época, o tratamento que essas categorias sofrem em termos de menosprezo e de negligência do Governo Federal. Passa o Governo, e o tratamento é o mesmo. Acordos são feitos e não são cumpridos, tratativas são entabuladas e não são cumpridas nem levadas a efeito.

V. Ex^a falou, em seu discurso, no ex-Ministro Pedro Malan. Ele comprometeu-se e também não cumpriu, Senador Mão Santa. Sou testemunha. Eu estava sentado à mesa no momento em que ele se comprometia a tomar medidas concretas para resolver a questão salarial dos Procuradores da Fazenda, da estrutura de trabalho da Procuradoria da Fazenda, um órgão de fundamental importância neste País. Ele foi um dos que prometeu e não cumpriu – em nome do governo que ele exercia.

Passa governo, entra governo, sai governo e as categorias da Advocacia Pública Federal são tratadas dessa forma. Abro os jornais da minha terra e vejo aqui, para meu estarrecimento, que, da mesma forma, são tratados assim os defensores públicos lá do meu Estado, uma categoria briosa, uma categoria que defende os interesses dos menos favorecidos, Senador Mão Santa, daqueles que ficavam, e testemunhei isto várias vezes, ao relento, três, quatro horas da madrugada, para pegar, de manhã cedo, uma fichinha para ser atendido por um defensor público, órgão que também, entra governo, sai governo, não tem sua estrutura devidamente aparelhada, não tem a remuneração de seus defensores devidamente equacionada.

Então é uma questão que diz respeito ao povo brasileiro, que precisa saber disso! O povo brasileiro precisa saber disso! Uma importante categoria, como a Defensoria Pública Federal, Senador Mão Santa, tem pouco mais do que 100 defensores federais atuando em todo o país. Imagine uma coisa dessa! Deveria

haver de centenas a milhares de defensores públicos federais, atuando neste país, na defesa dos interesses dos menos favorecidos.

E é esse o tratamento que o Governo Federal concede, é esse o tratamento que os defensores públicos lá do meu Estado também recebem, para não dizer os do restante do país. Essa é uma situação generalizada! O Congresso Nacional precisa tomar medidas concretas, ou, ao menos, tomar conhecimento. Por isso que li, na íntegra, aqui, o manifesto do Fórum dos Advogados Públicos da União.

Para encerrar, Senador Simon, quero aqui me penitenciar por um fato. Há dias, venho falando em relação à nossa pujante Região Amazônica. E dizia, até por provocação, que o Governo Federal, que tem 40 ministérios, deveria criar talvez o mais importante deles, ao longo de todos os tempos, o Ministério da Amazônia, porque ali, Senador Simon, poderíamos centralizar as ações, os órgãos e as instituições que atuam ali na Amazônia de forma planejada, de forma coordenada para elaborarmos um grande projeto ou vários projetos para aquela região, para não estarmos aí correndo atrás dos prejuízos, apagando incêndios, criando bolsas.

O Governo está aí. Li estarrecido também que o Governo pretende agora instituir mais uma bolsa para conceder àqueles trabalhadores que atuam em atividades ilegais, em madeireiras no Pará, seja lá onde for. Senador Simon, os trabalhadores na Amazônia gostam é de trabalhar. Eles querem é que o Governo firme com eles uma grande parceria no sentido de criar condições para que eles continuem produzindo seja em que setor for.

Tenho certeza absoluta de que, ao invés de uma bolsa, eles prefeririam... Lá no meu Estado, por exemplo, ... os pequenos agricultores precisam que o Estado, que a União seja o grande parceiro, o fator que detone o processo de desenvolvimento de fato, fazendo com que eles possam substituir tecnologias seculares, hoje absolutamente superadas e que entram em conflito direto com os interesses de todos os brasileiros na preservação da Amazônia.

Mas eles não têm alternativas e ficam sendo apontados como criminosos, como aqueles que, levanamente, estão destruindo a floresta. Não falo dos verdadeiros assassinos que estão na Amazônia, destruindo de forma irresponsável e criminosa a floresta; estou-me referindo a um conjunto enorme, Senador Simon, de trabalhadores, pequenos trabalhadores,

pequenos agricultores – e, olha, estou falando dos pequenos mesmo; são milhares, Senador Mão Santa, milhões ali, na Amazônia –, que estão sendo emparedados, estão sendo impedidos de produzir, estão sendo colocados na parede, porque não têm, de parte do Estado, da União, a devida parceria necessária para que eles possam até mudar de atividade, para que eles possam retomar uma atividade produtiva, seja ela qual for, porque – repito –, se colocarem na frente deles uma bolsa e as condições adequadas e oportunas de trabalho, eles vão preferir continuar trabalhando, Senador Mão Santa, tenho certeza absoluta, conheço o povo da Região Amazônica.

E aqui, por dever de justiça, como eu dizia, falei já por várias vezes, a título de provocação, na criação do Ministério da Amazônia e, para minha surpresa – e devo confessar: inclusive para minha alegria –, naquele dia da nossa reunião da Bancada do PMDB, conversando antes da reunião com o Senador Raupp e falando desse assunto, ele disse: “Geraldo, mas eu já apresentei o projeto autorizativo de criação do Ministério da Amazônia em 2005”. Disse: “Raupp, você me perdoe”. Para os que me ouviram – e sabiam desse fato –, poderia parecer até que eu, deliberadamente, omiti esse fato.

O Senador Raupp protocolou na nossa Casa, no Senado Federal, em 2005, um projeto autorizativo que cria o Ministério da Amazônia. Está nas gavetas do Senado, como outros grandes projetos, entende? Eu estou aqui dizendo, eu estou aqui me penitencando pelo fato de não ter feito referência a isso, porque, honestamente, eu desconhecia esse fato. Entende? Eu estou aqui, hoje, humildemente, me penitencando, porque aqueles que me ouviram, repetidas vezes, poderiam pensar – e sabendo da iniciativa do Senador Raupp – e dizer: “O Senador Geraldo é colega do Senador Raupp e omite um fato importante como esse”. Não o fiz deliberadamente. Quem me conhece sabe disso. Quero aqui, inclusive, louvar a iniciativa do Senador Raupp. Ele me falou, inclusive (no mesmo dia), que tinha estado com o Presidente da República e tinha entregado na mão do Presidente da República o material relativo ao seu projeto, na tentativa de sensibilizar o Governo Federal – o próprio Presidente da República – para uma iniciativa tão importante como essa. Portanto, eu me coloco como mais um soldado aqui, na luta iniciada pelo próprio Senador Raupp, nosso colega do PMDB.

Parabenizo o Senador Raupp, louvo a sua iniciativa e acho que aqueles Parlamentares da Amazônia, e outros do Piauí e Rio Grande do Sul deveriam encarar uma proposta como essa com muita seriedade, Senador Simon, porque creio que essa iniciativa... Como disse: “O Governo tem 40 Ministérios”. Talvez a instituição do Ministério da Amazônia fosse a iniciativa mais importante de um Governo como este. E, talvez, viesse a ser o Ministério mais importante, criado ao longo da História da República deste País. Muito obrigado pela atenção e me desculpe a extensão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Eu quero dizer a V. Exª que, se já existe um processo pedindo a criação de um Ministério da Amazônia, vamos pedir o desarquivamento e a tramitação. Falo com toda a sinceridade: acho que não há ministério mais importante a ser criado do que o da Amazônia. Para um Governo que já tem 38 ou 39 ministérios, talvez seja fechar com chave de ouro criar o quadragésimo: o da Amazônia.

Concordo com V. Exª que assinemos, na segunda-feira, um requerimento pedindo o desarquivamento do projeto e a urgência em sua votação. Acho que o momento é agora e que, se o Governo criou tantos ministérios por conta própria, que crie um por recomendação do Congresso Nacional. Leve a idéia adiante, e, segunda-feira, pediremos o desarquivamento e a urgência na votação desse projeto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o quadro é muito bonito: Rui Barbosa e V. Exª. E pensar que Rui Barbosa não foi Presidente desta Casa, mas V. Exª, neste instante, o é, mostrando a grandeza dos dias que vive o Senado da República hoje. V. Exª faz parte dessa grandeza. Aquelas pesquisas representam mais a intenção do Poder Executivo de nos humilhar, porque uma Casa que tem homens como V. Exª merece o respeito do povo do Brasil, não só do Rio Grande do Sul.

Eu queria dizer ao Senador Geraldo Mesquita que o veto que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, fez à Sudene e à Sudam, órgãos fundamentais, desde que o indicado seja uma indicação partindo de homens como V. Exª, para, vamos dizer, minimizar o sofrimento dos amazônidas, o veto não virá, pois não foi um dos escolhidos. Então, vamos nos

unir também para buscar os vetos, analisar os vetos que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, fez à melhoria do orçamento, que desse vitalidade à Sudene e à Sudam.

Para encerrar – quis Deus que estivesse presente o Senador Heráclito Fortes –, quero ler um e-mail que recebi. Se eu não o lesse, não poderia chegar ao Piauí.

Heráclito, quero representar Nelito Marques, porque hoje é seu aniversário. Ele é novo, porque só faz aniversário de quatro em quatro anos, pois nasceu em 29 de fevereiro. Ele é o Ibrahim Sued do Piauí. É um grande jornalista do Piauí. Os piauienses pediram para eu dar ênfase ao que vou ler, sobre a crise que vivemos, que foi noticiado hoje no programa Bom Dia Brasil, matéria da jornalista Neyara Pinheiro.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Quer dizer que hoje ele está fazendo 17 anos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É, felizardo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– De quatro em quatro anos...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a, por exemplo, disse que setenta e...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Setenta e oito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu só tenho 39, vou fazer 40 anos. Só considero os anos casados com Adalgisinha. Antes eu não tinha vida, era uma pedra... É como Shakespeare diz: não tem bem nem mal; o que vale é a interpretação. A vida começou quando eu casei.

Mas o que diz a jornalista, Heráclito Fortes, é uma lástima – não era o Deoclécio Dantas que dizia isso? O Boris Casoy dizia “é uma vergonha”; o nosso jornalista Deoclécio Dantas, do Piauí, foi político e, na Rádio Pioneira, dizia “é uma lástima”!

Então, ela diz:

Pacientes têm que correr dentro de hospitais públicos para serem atendidos. As filas são enormes, faltam médicos e os poucos que atendem admitem falhas. Em Teresina, pacientes têm que correr dentro de hospitais públicos para serem atendidos. As filas são enormes e um médico faz uma confissão preocupante. Uma senhora trouxe uma rede para enfrentar a noite em um hospital. Desde novembro do ano passado, ela tenta uma consulta para a filha de 7 anos. ‘Amanheci o dia, passei o dia todo e vou passar a noite, até amanhã’, disse.

Esse é o Governo do PT no Piauí.

A falta de médicos nos hospitais municipais de Teresina já dura quase um ano.

O Prefeito de Teresina também é culpado por isso.

Os portões dos hospitais se abrem e começa o desespero para conseguir atendimento. Faltam pediatras e não há vagas para internação. Às vezes, é preciso improvisar. ‘É uma humilhação mesmo. As autoridades têm que tomar alguma providência sobre isso, porque nem todo mundo tem dinheiro para pagar plano de saúde para dar uma vida melhor aos seus filhos’, afirma a estudante Ana Paula Vieira. A situação piora ainda mais neste período chuvoso. O número de atendimentos dobra nos hospitais da rede municipal. Um só médico chega a atender 130 pacientes em um plantão de 12 horas. A menina Suziane é a 47^a paciente do pediatra Renato Leal, e o plantão está apenas começando.’Na realidade, quando se passa de 50 pacientes em um plantão, você está despachando os pacientes. Você não tem condições de dar um bom atendimento’, admite o pediatra Renato Leal.

Enquanto isso, o Governador do Estado do Piauí está em Veneza.

Esse é o Governo do Piauí.

Ó Deus, salve-nos, dê-nos uma esperança de melhores dias.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– O Senador Paulo Duque enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exa. Será atendido.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para que conste dos **Anais** desta Casa, encaminho à publicação o artigo “Crédito para Educar”, de Jorge Gama, Secretário Municipal de Governo, publicado no jornal **Hoje**, do Rio de Janeiro, para que fiquem publicadas e preservadas suas idéias.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO DUQUE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Crédito para Educar

Jorge Gama

Prefiro neste caso não utilizar a expressão crédito educativo porque na verdade, não se trata do mesmo assunto, trata-se isto sim, de uma nova proposta: linha de crédito para atender aos alunos do 2º grau ou de ensino Superior dos estabelecimentos privados.

A variedade das operações de crédito existentes no mercado, nos oferece a dimensão exata da agilidade do sistema capitalista quando elas estão devidamente sustentadas pelas garantias.

O amplo e variado universo das linhas de crédito existentes hoje no mercado financeiro nos dão a visão exata de que é possível fazer quase tudo em tempo real. As operações de crédito e seus respectivos formatos só se tornam burocratizados quando tratamos do pequeno empresário, da casa própria, agora melhor elaborada ou mesmo do crédito educativo, este apenas restrito à Caixa Econômica.

O setor privado quando há garantias é rápido e eficiente, porém, adora ficar o tanto quanto possível, fora das políticas de crédito de fomento, isso não lhes interessa muito. Crédito com carência, juros diferenciados ou mesmo parcerias de risco, características dos programas de crédito de fomento são sempre destinados aos bancos oficiais, hoje quase inexistentes, exceto Banco do Brasil, BNDES.

É comum se dizer que banco não é casa de caridade e não deve ser haja vista para seus balanços semestrais. O que nos interessa neste momento é promover a abordagem de um tema que vem afligindo a classe média, que tem seus filhos matriculados e não está podendo enfrentar os encargos de matrículas e mensalidades da escola particular.

A abordagem sociológica de que a classe média abandonou a escola pública e optou pelos planos de saúde merece uma análise bem mais profunda, porém, no momento, o que queremos encontrar um caminho para o impasse que aí está.

As escolas privadas tem, sua clientela na classe média, hoje empobreceda pelo desemprego, pela falta de uma tabela corrigida do imposto de renda, pelo achatamento salarial, fruto de um longo período de estagnação econômica do País.

O momento é de se buscar alternativas para o enfrentamento dessa realidade e apontamos a flexibilização do Fundo de Garantia, como forma de sustentar o crédito, ele irá servir

apenas de caução à operação financeira para atender os alunos do 2º grau e da Universidade.

O saldo do Fundo de Garantia poderá ser oferecido ao setor bancário público ou privado e o financiamento realizado com base na garantia oferecida. Trata-se de operação simples e já há precedentes na compra de ações da Petrobras com recursos do FGTS.

Em última análise o saldo do fundo pertence ao trabalhador e não é justo que permaneça blindado quando o filho do trabalhador dele necessita para fazer face aos seus estudos. A garantia poderá ser oferecida pelo saldo de qualquer pessoa, será amplo o conceito de caução.

Por outro lado, os juros dessa operação cercada de garantias quase "online", deverão ser diferenciados e os estabelecimentos de ensino hoje atravessando as dificuldades que conhecemos, certamente, também saberão oferecer sua parcela de contribuição ao programa.

Devemos reconhecer que ficará longe do ideal o número de alunos que irão se beneficiar do projeto enquanto o sistema financeiro não se convence de que o crédito para a educação, pode perfeitamente, figurar no cardápio de suas instituições a exemplo de outras linhas existentes, esta fórmula, cercada de garantias, poderá significar o início de uma nova linha a ser analisada, amadurecida e ampliada pelo setor.

É tempo de pensar em alternativas para sair da crise e tempo de ceder e criar condições para avançar e voltar ao desenvolvimento econômico e social com criatividade e sem preconceito.

Jorge Gama é Secretário Municipal de Governo

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 34 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 201, DE 2007, E ADITADO PELOS REQUERIMENTOS N°s 217 E 1.324, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTES, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ 8 DE NOVEMBRO DE 2007.

Ata da 10ª Reunião de 2007, realizada em 27 de novembro de 2007

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião de 2007, realizada em 27 de novembro de 2007, às quatorze horas e cinqüenta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Alexandre Costa.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Raimundo Colombo (DEM – SC) – Presidente
Inácio Arruda (PCdoB – CE) – Relator

Heráclito Fortes (DEM – PI)

Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Sibá Machado (PT – AC)

Fátima Cleide (PT-RO)

Álvaro Dias (PSBB-PR)

Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG)

Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Cumprimentando a todos e havendo número regimental, eu declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº. 201/2007 e aditada pelos Requerimentos nº. 207, também de 2007, e o Requerimento nº. 1324 de 2007, lido em 08/11, composta de 11 Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais, as ONGs, e para organizações

da sociedade civil de interesse público, as OCIP'S, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por recebidos do exterior, a partir do ano de 99 até a data de 08 de novembro de 2007.

A Ata da Reunião passada encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa de sua leitura. Os que a aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Esta Presidência esclarece que qualquer Requerimento apresentado à Comissão só poderá ser retirado mediante solicitação por escrito do autor; para evitar qualquer complicação, eu acho que essa regra é fundamental para dar transparéncia porque senão fica muito difícil de a secretaria administrar essa questão.

A presente Reunião, ela destina-se à apreciação de Requerimentos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)

– Sr. Presidente-

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Pois não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Por uma questão de ordem, eu gostaria de propor à nossa Comissão que nós aprovássemos os Requerimentos na mesma modalidade que patrocinamos na Reunião anterior, de aprovação de Requerimentos, onde nós tivemos uma aprovação em bloco, ressalvados os Requerimentos de... Que os Senadores possam destacar. Por quê? Porque ainda a maioria dos Requerimentos que nós estamos examinando são Requerimentos de informações para Comissão Parlamentar de Inquérito, dos órgãos de fiscalização, tanto do Governo, Ministério Público, do Tribunal de Contas, COAF, Receita Federal... Quer dizer, esses Requerimentos, digamos assim, na minha compreensão, teriam mais facilidades em função do nosso tempo curto, porque temos praticamente uma hora e pouco de Reunião, então, a minha proposição é que a gente faça uma votação em bloco, destaque aquilo que os Senadores desejam, provavelmente nós vamos ter muitos Requerimentos de destaque, e aí, votamos em separado esses Requerimentos destacados.

E eu proporia também a V.Exa. que nós pudemos examinar a sustentação dos Requerimentos, no caso, principalmente daqueles de convocação e quebra de sigilo, se eles estão de fato bem fundamentados, se não estão, praticamente esses serão, em minha opinião, os Requerimentos destacados; os demais, de informações, acho que talvez fosse o caso de nós fazermos um acordo de aprovação, em bloco, de todos eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu consulto os Srs. Senadores se estão de acordo com a proposta do Sr. Relator Inácio Arruda.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Pois não, Senador Sibá, o senhor está com a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, os Requerimentos, que mesmo que estejam citados como pedido de informação, mas que dizem respeito ao CAOF e Receita Federal, nós continuamos entendendo que se trata também de quebra de sigilo. Portanto, esses Requerimentos, no nosso entendimento, não podem ser aprovados dessa forma porque achamos que a instituição pode muito bem requerer judicialmente o direito de não prestar suas informações ou reclamar que o órgão de competência COAF e Receita Federal o façam em desacordo com a obediência à legislação. Então, eu gostaria ainda de insistir nessa tese de que não aprovemos esses Requerimentos num bloco dessa natureza.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Quais são eles? O senhor tem a lista aí, Senador?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu pediria aqui que os Requerimentos citados que tratam desse pedido de informação, mas que a natureza do Requerimento, no nosso entendimento, está equivocada, é o de nº. 108, 109... 109.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Cata-Ventos – Juventude e Cidadania, é isso?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – 111, 116, 128, 114, 89...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Tinha outro no começo ali, 89?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É porque, na verdade, o 89, 90 e 93, eu não tinha citado antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Mas esses foram substituídos. 89 e o 90 também.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Foi substituído. O 89, o 90 e 93 já foram substituídos pelo 108, 109 e 111. É isto?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Exatamente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, acrescentar, nessa relação aí, o 114, que não está.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Ok. O 110, a assessoria está informando que é também o mesmo procedimento, vamos ver qual que é.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O 110 também?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Porque o que for quebra de sigilo tem que ser votado individual. Agora, o 110 também é?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O 110, estou sendo informado que o teor do Requerimento está correto, que ele solicita a quebra de sigilo, é só para conferir.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – É. Só que ele tem que ser votado individual... Quando é quebra de sigilo--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Perfeito, então, já obrigatória. Mas, neste caso, a minha observação são aqueles que pedem informação, mas pedem informação de uma natureza que nós entendemos também como quebra de sigilo. É por isso que nós pedindo destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – E aí teria que modificar o texto?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Exatamente. Estamos pedindo destaque nesses daí.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Então, no caso do 110, o texto está correto, mas ele tem que ser votado individualmente; ele não pode ser votado em bloco porque ele é quebra de sigilo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – 110?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – 110.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Então, vai destacar?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Vai destacar o 110.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Aí, Sr. Presidente, agora tem outros Requerimentos ainda... Seria muito importante... Agora, aí, é uma questão de debate sobre o--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – O mérito da convocação--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O que reza no nosso entendimento o rumo da CPI e o pedido do Requerimento, que aí tem outra natureza. É o Requerimento de nº. 86, 118, 119 e 120. Eu já citei o 116, senhor residente?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim, já.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – 116... Não. 118, 119 e 120... 116, na primeira lista.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, faltam o 115 e o 117. Eu acho que aí conclui. 129 já foi citado?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)
– Mas, 115 não tem quebra de sigilo não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – É no mérito, ele quer destaque para discutir o mérito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)
– Bom, Sr. Presidente, então--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)
– Qual foi o outro, Sibá?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – 115 e 117.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)
– Então, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Pois não, senhor Relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)
– Restam os Requerimentos--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu pedi ainda, Sr. Presidente, para retirar o Requerimento 125; não sei se está na relação de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – O 125 foi substituído já. O senhor retirou. Ele foi retirado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Já foi retirado? Ok, então, está de acordo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)
– Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Nós temos três blocos, então, Senador Inácio, de Requerimentos. Um, que, em princípio, não há obstáculo; o segundo é uma questão de mérito; o terceiro é uma questão de texto, de adequação do texto porque implica em quebra de sigilo--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)
– É que, para votar, obrigatoriamente teria que ser nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Terá que ser individualizado e nominal. O restante, se os Srs. Senadores autorizarem, eu posso fazer a leitura e aprovar em bloco.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, Sr. Presidente, eu preferia, primeiro... Antes, uma justificativa mais detalhada do por que retirar esse...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não, eles vão ser votados; não foi pedida a retirada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)
– Não, os pedidos aqui do Senador Sibá, o porquê dessas retiradas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Perfeito. Senador, o senhor queria justificar, Senador Sibá?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu pediria, antes de justificar isso, sugerir a V.Exa. que, devido aos destaques pedidos nos Requerimentos, e eu sei da pressa e da vontade de andar rápido, mas seria muito bom se V.Exa. pudesse nominar, um por um dos Requerimentos porque, um a um, ainda pode pedir esclarecimento, como este que acaba de ser pedido também para fazer esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Aqueles que V.Exa. pediu para retirar, então, para não votar em bloco. Não é pedir para retirar, eu posso, hein, Senador Sibá? Consulto V.Exa. Os que o senhor está pedindo para ler são os que você pediu para ter um tratamento à parte?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)
– Para todos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, seria muito bom que todos os Requerimentos, pelo menos... Olha, a natureza do Requerimento é de tal forma, porque, pelo menos, penso eu que nós poderíamos, em alguns casos, ainda debater sobre aquela preocupação do início da nossa Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Então, eu posso fazer a leitura, um por um, e ir votando, só que aí--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Rapidamente, exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Pode ser isso, Senador?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)
– Dos que estão destacados por ele, no caso?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não. Aqui está falando para todos os Requerimentos. Para todos seria feita a leitura... Requerimento nº. 87 o teor é tal. Fora os destacados, que iriam para votação nominal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)
– Eu acho que nós temos que... Eu acho que, no caso aí, nós deveríamos fazer um acordo. Na verdade, o Senador Sibá, muito bem orientado, ele veio com um rolo compressor aqui de proteção ao Governo e a seus assimelados, que inviabiliza essa CPI; nós não podemos nos submeter a esse papel; eu até concordo em alguns ajustes, mas eu tive a curiosidade agora de examinar a lente do Senador está... Inviliza essa CPI se for assim, e eu não presto a um papel dessa natureza, Sr. Presidente. Se for para fazer uma farsa aqui, não vai contar comigo. Eu acho que têm algumas coisas aqui que, se não forem esclarecidas, é melhor que essa CPI não exista e cada um assuma a responsabilidade do

que está fazendo. Agora, com a minha colaboração, não se vai colocar nada aqui embaixo do tapete. De forma que, nesse caso, eu sugiro que não se vote nada hoje porque eu levantar, inclusive, questão de número. Não vou me prestar a esse papel.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Perfeito, Senador Sibá, o senhor pediu um tratamento diferenciado para os Requerimentos; é preciso que o senhor os fundamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– O senhor veja que o assunto é tão importante para o Governo, que um homem ocupadíssimo como é nosso líder do PMDB, está aqui. Uma coisa importantíssima, convocado...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Como membro, não é?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Não como membro, mas está aqui um homem ocupadíssimo; eu não conto com a presença dele na Comissão de Relações Exteriores, que eu sempre gostaria de ter, e ele é um diplomata por origem, e está aqui, com cara de faminto, coitado, nessa hora... O Senador Wellington Salgado aqui, com... Circunspeto--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu só vim quando eu vi V.Exa. Aqui.

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Está vendo, ele reconhece que existe um patrulhamento que ele está fazendo--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu queria fazer um reparo: Eu já não sou mais da Comissão de Relações Exteriores há algum tempo; eu cedi a minha vaga devido ao acúmulo de trabalho, agora--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– No entanto, encontrou tempo, e essa CPI fica feliz com sua presença.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Nesse horário, como eu almoço rápido, nesse horário das 14 horas, 14H30, a ordem do dia só vai começar às 16 horas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Sr. Presidente, eu acho que, nesses termos, não se deve votar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)

– Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Pois não, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) --

-Eu considero o seguinte: O mais ajustado para todos nós, isso em minha opinião, fazermos uma votação

de Requerimentos; o acordo já em cima... Bom, se alguém destacou algum Requerimento, para esse, digamos assim, não tem acordo, então, esse nós vamos discutir o mérito e vamos votar. Nos que não tem destaque, que são informações importantes para CPI, independente daqueles que estão destacados, ou seriam, digamos assim, os mais problemáticos, vamos votar, e aí, Sibá, eu proponho que nós votemos, independente de... Porque todos temos os Requerimentos nas mãos; nós sabemos quais são os Requerimentos, então, nós votamos em bloco esse conjunto de Requerimentos, em seguida, entramos nos Requerimentos que estão destacados, um a um, que aí cada um vai justificando a sua posição e nós vamos votando aquele Requerimento que foi destacado.

Acho que seria o mais ajustado porque nós teríamos um conjunto já, uma boa parte dos Requerimentos que não foram destacados, são Requerimentos importantíssimos para CPI; se nós conseguirmos as informações que nós queremos, nós vamos chegar ao objetivo da nossa CPI. E depois entramos naqueles que estão destacados, acho que aí vai e discute e se decide, se for preciso, no voto; na discussão, podemos chegar a acordo também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Sr. Presidente, concordo com o Sr. Relator. Ocorre que nós vamos ter aqui apenas uma maquiagem de Requerimento; os Requerimentos essenciais, os Requerimentos onde nós poderíamos avançar, esses vão estar empacados porque nós temos aqui, inclusive, alguns dos autores não se encontram presentes. Isso é uma responsabilidade muito grande de ser assumida. Ou se faz um acordo para votar tudo ou, então, vamos encontrar outra maneira.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu queria colocar que há dois--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Eu quero apenas que o Sibá assuma a responsabilidade de adiamento dessa CPI; não tem nenhum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Há dois tipos de problemas que foram levantados pelo Senador Sibá, um é a questão regimental, de ordem de texto; sobre esse, é uma forma de abordagem; a segunda é a questão de mérito.

Realmente, em relação ao mérito, há a necessidade de argumentar porque senão, não tem como, aí, você tem que colocar a votação pela ordem, pela numeração, pela ordem de entrada. Então, eu gostaria de ter, na questão do mérito, a razão da suspensa--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, se achar mais produtivo, vamos discutir Requerimento a Requerimento-

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu acho que é a única forma.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, vamos por um. Porque tenho sim o direito de discordar de alguns dos Requerimentos que estão aqui, posso ser voto vencido, mas não posso também, em nome da celeridade, e de dizer que nós estamos aqui para embromação, deixar passar um Requerimento que, sob o meu ponto de vista está equivocado. Vou dizer para V.Exa. cada um dos Requerimentos a justificativa de cada um. Então, neste caso, retiro os destaques, então, vamos votar, caso a caso, um por um dos Requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Perfeito. Acho que acaba atendendo a todos os interesses, votar um por um. Consulto o Plenário, mas vamos tentar fazer o mais rápido possível--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concordo desde que os autores estejam presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Perfeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Desde que os autores estejam presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – É claro, com a presença dos autores. Eu acho que todos aqui têm a presença dos autores. Vamos começar--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Presidente, eu considero que é mais razoável nós votarmos no acordo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu também acordo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu também acho.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Se tem destaque, façamos destaques, e aqueles que não estão destacados, votam-se em bloco. Por quê? Porque nós vamos consumir pelo menos uma hora, em dois Requerimentos, para votação, talvez uma hora em um, se todos formos debater.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu queria que me fosse dada a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Vamos passar a palavra ao Senador, então.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu queria, se me fosse dada a palavra, em respeito

aos que estão aqui nessa Comissão, dando cobertura aos que estão trabalhando, inclusive a serviço de que essa Comissão não funcione, mas que estão aqui cumprindo o seu papel, à imprensa e ao Brasil que está nos assistindo, a dificuldade vai se encontrar aqui, levantada pelo Senador Sibá Machado, numa ONG chamada Cata-Vento Juventude e Cidadania, não sei onde fica, Agora – Associação de Projeto e Combate à Fome-

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – o mérito é o 86-

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – UNITRABALHO é o daquele senhor, Jorge Lorenzetti, o Sibá não quer que se mexa no rapaz; aqui tem uma convocação que também não é para mexer-

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu ainda acho-

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Outra aqui, uma convocação de autoria do Senador Álvaro Dias, do Promotor Celso Três, não sei, do procurador, não sei do que se trata, mas o Senador... Aqui está com a assinatura do Senador Álvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não, não. É meu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Do Presidente da Casa. O Presidente deve ter, inclusive, motivos de sobra para fazer essa convocação. Informações sobre a Operação Metástase. Senador Mozarildo Cavalcanti.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Então, Senador--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vamos ver aqui, eu quero deixar bem claro o que Senador Sibá não quer que seja votado hoje para...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Esses aí foram os Requerimentos destacados?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – São esses... Depois--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é, nós já sabemos aqui que Ágora e Lorenzetti e UNITRABALHO, que é mesma coisa. O que mais, Sibá, que a gente não pode mexer?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – É o 86, 118, 119, 120, o 115 e o 117.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Neste formato, vai ter mais, porque tem requerimentos aqui que, no meu entendimento, o enunciado diz uma coisa e a justificativa de diz outra, e eu gostaria de entender também a razão porque, se passarem os Requerimentos da forma que estão, sem um debate para poder esclarecer os novos Requerimentos, assim como tem a preocupação por parte do Senador Heráclito Fortes

de que esta CPI está de brincadeira, aí eu vou achar que o outro lado também está querendo brincar mais ainda, quer botar um festival de nomes aqui para não contribuir em nada. Então, eu gostaria de entender melhor, Sr. Presidente, por isso, eu acho que seria muito importante então, vamos, então, Requerimento a Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Vamos ter que ir um a um, não tem saída, não há acordo.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Pois não, Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas para preservar a respeitabilidade do Senado, em matéria de Comissão Parlamentar de Inquérito, eu tenho receio de que possamos desmoralizar esse instituto essencial no processo de fiscalização que cabe ao Poder Legislativo. Creio que Requerimentos que dizem respeito a denúncias publicadas pela imprensa não podem ser recusados, porque nós temos o dever do esclarecimento. O fato de apresentarmos um Requerimento pedindo informações ou convocando quem quer que seja não significa um pré-julgamento; nós não estamos condenando ninguém, nós estamos pretendendo oferecer, inclusive, a pessoas acusadas através da mídia que se defendam aqui, que ofereçam a justificativa para os atos que praticaram. Não significa que nós haveremos, no relatório final do Senador Inácio Arruda, de indiciar essas pessoas. Eu voto favoravelmente a todos os Requerimentos do Senador Sibá Machado, inclusive, este que diz respeito à ADESBRAR, em que pese o fato de ter sido a ADESBRAR motivo de inclusão, indiciamento, remessa ao Ministério Público em CPI anterior. A ADESBRAR(F) já se submeteu a inquérito da CPI das ONGS, anterior, e foi alvo de instauração de procedimentos no Ministério Público. Ou seja, apesar disso, apesar disso, Sr. Presidente, eu não votarei contra a esse Requerimento. Eu não imagino que seja, repito, bom para o Senado Federal esse procedimento de rejeitar Requerimentos de convocação, que, inclusive, é uma oportunidade que as pessoas têm de prestar esclarecimentos sobre suspeitas que pesam sobre elas. Não há nenhum Requerimento aqui que diga a respeito a alguma organização não governamental sobre a qual não repouse algum tipo de suspensão, não há. Se há Requerimento, é porque há motivação para o Requerimento.

Por isso, Sr. Presidente, o apelo que eu faço aqui ninguém está tomando partido ao lado do Governo ou contra o Governo, não há razão, não há razão. Eu

próprio já apresentei Requerimentos depois soube pela imprensa que dizia respeito à organização não governamental, ligada a liderança do PSDB. E nem por isso eu retirei o Requerimento, não há razão para retirar o Requerimento, eu não vejo razão para rejeitar Requerimento. Parece-me ser um gesto de má vontade política esse de retirar Requerimentos.

Portanto, Sr. Presidente, V.Exa. define o modelo de votação, cabe a V.Exa., como Presidente da CPI, definir o modelo que deseja para votação desses Requerimentos, mas o apelo que eu faço aos nossos pares é para que não rejeitemos Requerimento algum, até em respeito àqueles que são proponentes desses Requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – A CPI, nós temos, através do nosso plano de trabalho, nós encaminhamos aos órgãos afins o pedido de informações. Eles estão começando a chegar, e nós só podemos fazer as inquirições, o convite às pessoas para o depoimento após recebemos essas informações para que o Senador tenha tenham um material de trabalho. Mas é um fato, a CPI foi criada, ela está criada e nós estamos aqui. E nós precisamos depois convocar as pessoas envolvidas ou em denúncias ou em suspeitas ou que venham para esclarecer ou para contribuir. Então, o nosso entendimento era que fosse possível, aprovar os Requerimentos todos em blocos e depois fazermos a seleção e a oportunidade da convocação de cada um. Se não oportunidade de fazer em bloco, o único processo possível é fazer a leitura e a votação individual, um por um. Então, como já ficou claro que não há a possibilidade de fazer em bloco, então, eu peço para que a gente, para dar agilidade, vamos começar a ler um por um. Eu vou ler o nº. 86, que é o primeiro que eu tenho escrito aqui. Pois não, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Apenas para demonstrar que a minha tese, Senador Álvaro Dias, está correta, eu poderia pedir ao Senador Sibá Machado que explicasse o motivo do Requerimento 121 da sua autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu acho que quando chegar lá--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu vou pedir ao Sr. Presidente, porque se for para gente ficar nesse debate, eu também topo, eu aceito-

[falas sobrepostas].

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas eu pediria então que a gente pudesse analisar Requerimento a Requerimento, Sr. Presidente, que é muito importante a gente conversar sobre este assunto, na

hora em que o Requerimento chegar a sua oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Vamos ler o Requerimento de nº. 86, que é o primeiro que eu tenho aqui, pela ordem: “Requeiro, com fundamento do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, c/c o disposto na lei 1579/52, que seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão o Diretor, o representante legal da ONG voltada à Assistência de Saúde da Tribo Yanomami”. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo Requerimento 201/2007, destinada a apurar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para organizações não governamentais, as ONGS, e para as organizações da sociedade civil de interesse público – OCIP'S – bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por estas recebidos do exterior, a partir do ano de 99 até 2006. A organização não governamental URI(F) foi inaugurada com o único propósito de receber verbas do Governo. Três meses depois de fundada, em 99, obteve da FUNASA 8,7 milhões. Até 2002, já havia recebido total de 33,8 milhões da mesma FUNASA, relativos à transferência de três convênios. Não existem comprovações da aplicação efetiva dos recursos públicos transferidos.

Portanto, justifica-se a análise desse assunto por esta CPI com a convocação para depoimento do representante legal da supracitada organização não governamental.” Autor, Senador Álvaro Dias.

Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação. Aqueles que... Eu não sei se tem que ser nominal ou não precisa. Aqueles que concordam com a convocação, permaneçam como estão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pela transparência, Sr. Presidente, pela aprovação.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Para encaminhar o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Para encaminhar, Senador Álvaro Dias.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu encaminho contra, Sr. Presidente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu creio que um Requerimento que diz respeito a uma ONG que recebeu recursos significativos do Governo, cuja aplicação se desconhece; até 2002, havia recebido 33,8 milhões da FUNASA, referente à transferência de três convênios e não existem comprovações da aplicação efetiva desses recursos transferidos, eu imagino que o mínimo que nós podemos fazer é buscar informações a respeito, justificativas a respeito, antes de tomarmos qualquer outro tipo de providências.

Nós estamos oferecendo, portanto, oportunidade aos responsáveis para que esclareçam o ocorrido; não estamos ainda tomando nenhuma providência. As providências só serão tomadas em razão do depoimento do convocado.

Portanto, Sr. Presidente, se nós não aprovarmos um Requerimento dessa natureza, não há razão para que essa CPI continue existindo, porque é o mínimo que nós podemos fazer. A denúncia é grave: transferência de recursos da ordem de 33 milhões e 800 mil reais, cuja aplicação se desconhece. Onde é que se aplicou esse recurso? Foi legal a aplicação? Foi correta? É isso que nós queremos saber?

Agora, por que impedir que se saiba disso? Há alguma explicação. Os Senadores que votam contra o Requerimento têm explicações a oferecer que nos convencem? Se não possuem explicações a apresentar a Comissão, é evidente que nós não podemos concordar com esse tipo de comportamento.

Sr. Presidente, eu reafirmo o apelo que fiz anteriormente para que esse Requerimento possa ser aprovado. Nós temos o direito e dever de saber como aplicam os recursos públicos. A sociedade brasileira tem o direito de exigir da autoridade constituída prestação de contas sobre aplicação de recursos públicos. O que nós estamos assistindo é lamentavelmente a incorreção na aplicação de recursos. Esta CPI se instala para fazer este diagnóstico e apresentar alternativas de legislação que possam impedir essa continuada prática de desvio de finalidade na aplicação de recursos públicos.

Esse é o único objetivo-

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Nós não estamos aqui pretendendo acusar este ou aquele Governo, sequer estamos preocupados com o período em que ocorreu o desvio dos recursos; há Requerimentos que dizem respeito a período do atual Governo e há Requerimentos que dizem respeito a período do Governo anterior.

Portanto, não há aqui nenhum partidário, estamos aqui exercendo a função de oposicionista, estamos aqui querendo explicar ao povo brasileiro como aplicam o seu dinheiro. E esse é o nosso dever, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – O Senador Sibá pediu a palavra para encaminhar, pela ordem. O Senador Flexa Ribeiro também pediu a palavra para encaminhar a seguir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Encaminhando contra o Requerimento, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – O senhor vai encaminhar con-

tra ou já encerrou? Senador Flexa, o senhor, para encaminhar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador Sibá, além de ser sintético, ele é bastante claro no objetivo que ele tem aqui na CPI das ONGS. Eu acho que não há necessidade de se fazer... De colocar os Requerimentos em votação; nós já sabemos o resultado: Ou nós fazemos um acordo para que esta CPI, como bem disse o Senador Álvaro Dias, cumprirá o seu papel, ou, então, nós não vamos aprovar nenhum dos Requerimentos porque todos os Requerimentos que forem apresentados vão ser suscetíveis de encaminhamentos contrário por parte da bancada do Governo. Qual é dúvida ou qual é preocupação do Governo, que se verifique o uso correto dos recursos da ONG que atendeu assistência da Tribo Yanomami? Eu não vejo. É, como o disse o Senador Álvaro Dias, nós não estamos condenando, em princípio, ninguém; nós estamos aqui para ouvirmos os esclarecimentos, para dar subsídio ao nosso Relator, para que ele possa fazer realmente, ao final da CPI, o relatório que possa compilar tudo aquilo que nós escutarmos aqui, que possa levar aos resultados que nós buscamos, que não se cometam, mais para frente, os erros que foram cometidos trás. Ou seja, que se crie alguma regulação para transferência de recursos para entidades não governamentais.

Se nós fomos colocar, Sr. Presidente, cada um desses Requerimentos na forma como foi colocado o primeiro, não há necessidade; nós já sabemos o resultado antecipadamente. Então, eu proponho, é a proposta inclusive do Senador Inácio Arruda, o Relator, que isso seja feito por acordo, não seja feito Requerimento por Requerimento porque, se assim o for, nós não vamos ter CPI; nós vamos ter aqui um teatro para que, junto à sociedade brasileira, nós possamos estar prestando um serviço para alguém do Governo e eu não me presto para isso. Eu, nesse caso, inclusive, me retiro da Sessão porque eu não vou aqui fazer com que os Requerimentos todos só sejam aprovados aqueles que a base do Governo tenha o interesse em aprovar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, a posição nossa, a nossa posição-

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Pela ordem, Presidente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É de retirada de Plenário, em obstrução. Nós queremos marcar um protesto para que o país saiba o que está acontecendo. Quando nós fomos chamados a atenção, ao início, o Sr. Relator é testemunha, o próprio Senador Sibá Machado fez uma proposta de que se não se politizasse a Comissão. Temos procurado cumprir a minha parte. No entanto, no 121, o item

121, onde ele pede ao Ministro da Agricultura cópia de convênio do SIAF, a fim... É, mais uma vez, aquela paranoíia, aquela psicose petista de investigar a vida da D. Ruth Cardoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Isso é do ano de 99. E nós vamos votar favorável. Senador Sibá.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Só um minuto, o Senador Heráclito está com a palavra. Em seguida, vou passar para a Fátima Cleide.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – De forma, Sr. Presidente, que, nesses termos, já se viu aqui a primeira votação, até estranhei porque o Senador Sibá Machado, que é um homem que teve a dignidade de renunciar a uma Relatoria, uma Relatoria nesta Casa, e se entrega desta maneira para votar debaixo do tapete o que o país todo quer saber. O que é? Os escândalos das ONGS. O que nós queremos saber? Nós não queremos perseguir, nós não queremos punir, nós queremos esclarecimento e é isso que o país está precisando, é isso que o país está querendo.

A partir desse posicionamento, tem aqui a tropa de choque toda montada para votar. É sinal de que se não quer apurar e eu não contribuo com farsa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu pediria que V. Exa. me inscrevesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu, em seguida... A Senadora Fátima Cleide, para encaminhar e, em seguida, o Senador Sibá, outra vez, então...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, eu acho que aqui todos nós temos interesses em contribuir para buscar melhorar a relação do recurso público com ONGS. Uma relação que tem problemas, todos aqui têm um consenso de que não é de hoje; eu não estou aqui para fazer teatro.

E queria dizer que também não tenho a menor intenção de inviabilizar CPI nenhuma. Se não quisesse estar aqui, não estaria; tenho coisas também, como todos nós aqui, muito importantes para fazer, inclusive, para o Plenário. Agora eu queria dizer que não dá é para a gente ficar nesse joguinho de que quando tem maioria, vamos votar. Um dia desses, eu estava aqui, estávamos eu e Senador Sibá apenas, da base, e foi votado tudo, perdemos tudo. Porque hoje o Senador Flexa Ribeiro está em minoria, ameaça de levantar e sair? Acho que... Nós propusemos, no início, que tínhamos destaques; não foi aceito. Se é para votar um a um, vamos votar. Agora, ficar a cada momento, levantando aqui discurso sobre cada um dos Reque-

rimentos ou cada uma das posições aqui dentro, acho que não dá. Aí sim, nós estaremos contribuindo para fazer teatro, e eu nem fiz curso para atriz.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu estou na sexta CPI nesta Casa. Já ouvi muitas coisas sobre meu comportamento, o que eu devo ser ou deixar de ser; eu ago exatamente conforme a minha consciência. E fizemos um estudo e um trabalho, no início dessa CPI, sobre o formato de alguns Requerimentos; da forma que o Requerimento é apresentado, no discurso, está eivado aqui do mais alto princípio, mas nós estamos dizendo que isso aqui é como se fosse... Jogando aqui uma grande rede no rio e o que pescar está valendo, tipo, você faz uma convocação de uma entidade porque entramos no SIAF e no SIAF tem lá: “Foi feita uma transferência de convênio no valor fulano de tal: “Ah, isso aqui me interessa”. Nesse tipo de pescaria, eu queria deixar muito claro a esta Comissão, a V.Exa., Relator, dos quais a todos tenho o maior respeito, que nós somos veementemente contrários a esse tipo de Requerimento porque nós podíamos pegar um fato onde tem um fato minimamente mais concreto, e poder, a partir deles, poder trabalhar.

Portanto, os Requerimentos que eu não citei como destaque, mas a maioria deles com esse tipo, a exemplo aqui do nº. 88, que eu estou acabando de ler, que tem exatamente esse tipo de coisa, joga lá, e eu vi aqui, da vez passada, que veio o representante dos fundos e, no início da Reunião, foi feita uma relação ao comportamento do Presidente, e ele naquele momento, não teve oportunidade de responder; ficou a imprensa inteira, e quem estava sentindo naquele momento, imaginando que aquele rapaz teria tido um comportamento errôneo. E, ao final da Reunião, ele fez toda a explicação e quem estava, e muito poucos estavam para ouvir a explicação dele, e pode compreender que o rapaz está inteiramente correto, que não tem absolutamente nada contra seu comportamento. E aí a minha preocupação também é esta porque, no afã de dizer que aqui é para se explicar, muitas vezes, não é isso, Sr. Presidente, e esta é minha preocupação e, portanto, eu tenho a obrigação e o zelo também do comportamento e da índole das pessoas.

E, portanto, Requerimentos dessa natureza nós temos frontal desacordo quanto eles. Então, eu gostaria de fazer uma sugestão a V.Exa., reitero os Requerimentos, como destaque, e a gente aprova os demais em bloco, embora com este protesto, a exemplo do

Requerimento de nº. 88 e como o 86 já foi votado, votaríamos, então, a partir dos demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – 86 não foi votado. Eu vou fazer--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele pediu a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Mas eu vou fazer a votação nominal porque não ficou claro e, só para colocar, sem querer tomar partido, mas por uma questão de justiça, esse Requerimento também aqui, esses dados, eles estão no relatório do Tribunal de Contas, que está à disposição de todos os Srs. Senadores, aqui este levantamento é de autoria do Tribunal de Contas, numa autoria feita em relação a essa ONG aqui, Tribo Yanomami. Então, esses dados estão no relatório do Tribunal de Contas.

Acho que o Senador Wellington tinha pedido para encaminhar. Como é uma Reunião muito importante, e nós estamos dando os primeiros passos, eu gostaria que nós aprofundássemos, para que nós pudéssemos realmente sair como uma condição consequente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sem problema, Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, para encaminhar. Eu só acho extremamente desagradável toda hora que tem, esses membros da CPI foram escolhidos pelos partidos e colocados aqui, toda vez que tem uma votação, é chamado de tropa de choque, nem tropa de elite é, que está na moda, é tropa de choque; então, eu acho que tinha que acabar com isso, eu acho que nós temos que ver o seguinte: Eu já pedi votações, todo mundo aqui sabe, é assim que funciona essa Casa. Vence a maioria, perde quem tiver minoria.

Agora todo o momento que se vê que vai perder um Requerimento, parte para o ataque querendo... “Ah, não, tropa de choque...” Eu tenho um metro e 95; toda hora eu vou ser tropa de choque; o Jefferson Peres não vai ser. No entanto, ele é bem firme nas posições dele. Ele é bem firme nas posições dele, entendeu? Só isso que eu queria pedir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, eu quero que as taquigrafias retirem essa ofensa grave que eu fiz ao meu amigo Wellington Salgado, jamais quis ofender e dizer que V.Exa. participa de tropa de choque, coisa que, aliás, nunca fez nessa Casa, e não seria eu a ofendê-lo. Desculpe-me. Eu quero aqui, publicamente, fazer esse pedido de desculpa, não houve nenhuma intenção. É que tropa de choque é um termo tão usado... Eu, quando fui Governo, eu fui tão usado e acusado porque era oposição na época

ca. V.Exa. chegou aqui novo, talvez V.Exa. não tenha percorrido os caminhos que eu percorri.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Há dois anos e meio nesse caminho... Eu tenho que estar aqui há quanto? Há 10?

SENADOR HERÁCLITO FORTES: Mas eu estou há 25, companheiro. V.Exa. viu muito menos coisa do que imagina ter visto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas hoje a gente consegue, por meio de computadores--

SENADOR HERÁCLITO FORTES – V.Exa. é o maior fenômeno da política mineira; o mais jovem e mais competente Senador que Minas Gerais já mandou para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Que bonito o elogio-

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu queria só, para encaminhamento, eu concedo a palavra ao autor, e depois nós vamos ter que fazer a votação, então, o autor do Requerimento, o Senador Álvaro dias está com a palavra.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Presidente. Agradeço, Presidente. Eu quero dizer que a nossa atitude é absolutamente insuspeita, veja, Senador Heráclito Fortes, que esse Requerimento diz respeito a uma ONG que foi criada em 1999, portanto, antes do atual Governo, antes do Governo PT, antes do Governo Lula. E, três meses depois de fundada, em 99, ela obteve da FUNASA, 8,7 milhões. Até 2002, portanto, antes do Governo Lula, ela havia recebido um total de 33 milhões e 800 mil reais da mesma FUNASA e, posteriormente, ela transferiu esses convênios porque foi uma ONG que desapareceu.

Ora, ela se chamava URIHI, e foi inaugurado com o único propósito de receber verbas do Governo e fechou três meses depois de fundada. Se isso não é razão para um Requerimento que convoca para ouvir esclarecimentos, eu não sei o que nós estamos fazendo aqui, sinceramente, Sr. Presidente. Não se trata de fazer nenhum espetáculo não, até vejo que o Senador Sibá Machado não tem estilo de ator, não tem, não tem essas qualidades de ator.

Portanto, não se trata de fazer nenhum espetáculo não, eu só não entendo por que. Eu, sinceramente, por que. Eu não sei o que nós estamos fazendo aqui, então. Se não há razão, não é no atual Governo, é no Governo anterior, eu sou do PSDB; não sou do PT; o Sibá Machado é do PT, representa o atual Governo e está contra esse Requerimento é porque o autor é da oposição? Ou existe outra razão, que eu desconheço,

porque razão nenhuma foi aqui apresentada para rejeitar o Requerimento; eu não ouvi nenhum argumento que significasse justificativa para a rejeição desse Requerimento. Eu não estou entendendo o que está acontecendo aqui. Eu gostaria de entender porque eu também não permanecerei nessa CPI se este for o modelo de CPI que se deseja-

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Questão de ordem.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – --Dessa desmoralização eu não participarei, dessa desmoralização eu não participarei. Se esta CPI se recusar a aprovar Requerimentos dessa natureza, eu não tenho o que fazer aqui.

Se dissesse respeito ao atual Governo, eu admiraria ter um gesto de boa vontade em relação ao Governo; eu não diria ser um gesto áulico, mas um gesto, para não ofender, para não agredir, nós não estamos aqui para agredir ninguém, para ofender ninguém, o aulicismo é uma ofensa, eu não desejo partir para a ofensa. Eu quero produzir aqui, quero contribuir para que essa investigação possa resultar em um diagnóstico correto, que permita ao Senado Federal a apresentar uma legislação competente, para regulamentar as organizações governamentais, para que elas possam continuar recebendo recursos públicos porque, com o modelo atual, não há como admitir o repasse de recursos públicos, com essa licenciosidade, com essa irresponsabilidade, que não é deste Governo, que vem de antes, não há como admitir o repasse de recursos públicos; o dinheiro público, oriundo aí do sacrifício da população brasileira, não pode ser aplicado dessa forma, desperdiçado dessa maneira, é por isso que esta CPI se constituiu por inspiração do Senador Heráclito Fortes, e ela só tem sentido se for para apurar isso, Sr. Presidente; se não for para apurar isso, que ela se encerre, e que nós assinemos aí um atestado incompetência absoluta, nosso atestado de incapacidade de investigar; o objetivo dessa investigação não é partidário, não se trata aqui de colocar oposição ao Governo e situação, base aliada, num confronto; nós temos que estar do mesmo lado; nós temos que estar ao lado da sociedade brasileira, preservando seus recursos e contribuindo para que a aplicação seja absolutamente correta. Nós temos instrumento aqui, não só para o diagnóstico; para o diagnóstico, para as providências pensa-se, para responsabilização civil e criminal, se houver necessidade, e para propositura de medidas corretivas de uma legislação modernizada e competente. Se nós não usarmos essa CPI com esse objetivo, que a encerremos o mais rapidamente possível e assinemos esse atestado de incompetência absoluta.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – O Senador Flexa Ribeiro tinha pedido, depois o Senador Valdir Raupp.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Só faltou, Sr. Presidente, me desculpe, o Senador Sibá tem três Requerimentos: o 201, sob o qual eu já me referi; o 127 e o 121, que dizem respeito à Comunidade Solidária, aquela história da extraordinária ex-primeira dama desse país, uma mulher competente, que nos orgulhou, uma mulher proba, que nos honra sempre, que diz respeito à Comunidade Solidária. O Senador Sibá pede informações sobre a aplicação de recursos daquele período do Governo Fernando Henrique Cardoso e nós temos tanta tranqüilidade em relação à honestidade e à correção de procedimentos, que estamos aqui para pedir a aprovação dos Requerimentos do Senador Sibá Machado, e eu gostaria que ele agisse da mesma forma. Principalmente porque esse Requerimento trata de fatos anteriores ao atual Governo; eu não sei qual a razão desta obstrução relativamente a este Requerimento e, certamente, aos demais, porque todos os Requerimentos de minha autoria foram... Houve solicitação de destaque para todos os Requerimentos de minha autoria.

Então, é evidente, Sr. Presidente, que eu fico sob suspeita, em relação ao Senador Sibá Machado, também não me preocupo com isso, é um direito dele suspeitar dos meus propósitos aqui; não fico aborrecido por isso. Não vou agredi-lo por esta razão, não vou questioná-lo por isso, pouco me importa se ele suspeita ou não suspeita, o que me importa é cumprir o meu dever aqui.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, eu vou reiterar, se esses Requerimentos não forem aprovados, nós não temos instrumento para investigar coisa alguma. E se nós não temos instrumento para investigar coisa alguma, aqui eu não ficarei. Eu vou pedir à liderança que me substitua, que me retire daqui, eu renunciarei à minha participação nesta CPI se for esta a disposição desta Comissão, se for esta a disposição desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu agradeço a V.Exa., eu tenho três inscritos, o Senador Flexa Ribeiro, pela ordem, Senador Valdir, Senador Heráclito Fortes. Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta, que nós suspendêssemos, por cinco ou 10 minutos essa Sessão, para que nós pudéssemos tentar um acordo com a base do Governo no sentido de ter algum encaminha-

mento na aprovação dos Requerimentos porque, da forma como está sendo colocado aqui, não vai haver CPI porque todos os Requerimentos que forem colocados, que eles acharem que é contra o interesse do Governo, serão rechaçados. Como eles têm maioria, não haverá CPI; ou nós fazemos um acordo de aprovarmos todos, todo e qualquer Requerimento que chegue à Mesa sejam aprovados, tanto da parte dele quanto dos nossos, para que, de forma clara e transparente, a sociedade brasileira possa saber que não há intenção dos membros desta CPI em tentar esclarecer todos os assuntos que estão trazidos à baila. Então, proporia que fosse feita essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Após ouvir o Senador Valdir Raupp e Senador Heráclito Fortes, a gente faz as [ininteligível]. E eu também tenho aqui, que me foi encaminhado pelo Senador Sibá, uma lista de Requerimentos que são consenso, mas eu passo a palavra, então, ao Senador líder, Valdir Raupp.

SENADOR VADIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu queria propor

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Vamos ouvir o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VADIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu queria propor o seguinte que votemos agora os Requerimentos de número 87, 88, 91, 92, 94, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 112, 113, 122, 123, 124, 127 e 128. Podemos votar os que... Os que não têm acordo para votar seriam 86, 118, 119, 120, 109, 114.

SENADOR FLEXA RIBEIRO: Só um minuto. 118, 120.

SENADOR VADIR RAUPP (PMDB – RO) – 109, 114, 115, 116, 129 e 117.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – São 12 que...

SENADOR VADIR RAUPP (PMDB – RO) – É o 86, 118, 119, 120, 109, 115, 116, 129 e 117. Eu queria, Sr. Presidente, propondo esse bloco aqui que podemos votar agora que tem acordo, e deixar os outros para ver se pode sair um entendimento. Eu acho que a oposição, que a gente respeita muito, que já foram do Governo por muito tempo, não têm muito que reclamar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Com V.Exa. junto, hein?

SENADOR VADIR RAUPP (PMDB – RO) – Claro, quantas CPIs já foram aprovadas neste Governo, com o apoio, inclusive, da base do Governo, CPI dos Bingos, CPI do Mensalão, CPI da Sanguessuga, CPI das terras...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Aí, foi com o apoio do Supremo Tribunal Federal.

SENADOR VADIR RAUPP (PMDB – RO) – E, no Governo passado, que o Heráclito está se referindo, e que eu também fazia parte, não saía CPI; todas as CPIs eram empasteladas porque tinham maioria. Então, agora a oposição não tem o que reclamar porque nunca teve tanta CPI como está tendo agora. No Governo passado, não tinha CPI, então, eu acho que, se não tendo apoio para votar alguns Requerimentos, acho que a oposição tem que respeitar também a base do Governo-

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Só um aparte, Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu agradeço a sua proposta, eu vou ouvir o Senador Heráclito Fortes para depois nós discutirmos sua proposta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, é evidente que nós não estamos aqui disputando uma partida de futebol, num estádio superlotado, à espera de uma arquibancada desabar a qualquer momento. Sr. Presidente, o encaminhamento que está se dando aqui não é bom para esta Casa, não é bom para esta Comissão, não sei se o Senador Raupp, até pela experiência que teve de participar de Governos moderados, Governos equilibrados, onde apreendeu muito e está hoje colocando a sua experiência ao lado do Senador Romero e de muitos outros, embora discorde do que acaba de declarar aqui o Wellington Salgado, de que o PMDB é Governo em qualquer ocasião, não é isso?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Governabilidade sempre.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sempre. Eu discordo, mas eu gostaria de fazer uma proposta, que nós suspendêssemos essa Sessão para discutir uma otimização para votação desses Requerimentos, até porque, Sr. Presidente, nós temos aí mais quatro minutos para votar e vamos ter início da ordem do dia. E até para que essa CPI não perca seus trilhos, não perca o seu rumo, eu faço um apelo ao sempre ponderado Sibá Machado, que inclusive, em nome do equilíbrio, já foi inclusive, Relator, já participou de um relatório na CPI no ano passado, eu gostaria de propor que suspendesse para que, de maneira tranquila, se fizesse uma otimização desta pauta de Requerimento porque acho que, qualquer que seja o resultado aqui, como está, não será bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Nós temos duas propostas que foram apresentadas pelo Senador Flexa e Senador Heráclito, que é em conjunto, e a outra do Senador Raupp; a do Senador Flexa e Heráclito é que se suspenda a Sessão e se construa o diálogo para votação

em consenso. A proposição do Senador Valdir Raupp é que aqueles em que haja entendimento, e foram listados, sejam votados. Eu pergunto se há consenso. Vamos ouvir o nosso Relator, por favor.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)

– Sr. Presidente, eu... É fato que não há consenso entre nós, mas acho que seria interessante, porque os Requerimentos que estão sendo propostos pelo Senador Valdir Raupp, Senador Heráclito, majoritariamente, se fôssemos trabalhar na idéia de oposição e base do Governo, majoritariamente são Requerimentos também propostos pela oposição. Acho que, nesse sentido, é que se busca o acordo, de nós votarmos esses Requerimentos, porque eles ajudam, eles são Requerimentos de investigação, inclusive de convocação de dirigentes de entidades. Então, acho que seria oportuno que a CPI aprovasse esses Requerimentos, e em outros Requerimentos que forem destacados, em torno deles, há determinada polêmica no mérito, na formulação, então, minha proposta é que nós aprovemos os Requerimentos, porque eles não majoritariamente também da oposição-

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Faça uma proposta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)

– A proposta é que nós votemos os Requerimentos, retirados os destaques, votemos em bloco os demais Requerimentos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Eu faço outra proposta.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Perfeito, Sr. Presidente, até mais, porque parte desses Requerimentos aí que a gente apresentou-

[falas sobrepostas].

[soa a campainha].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O

Requerimento 88, é um Requerimento do Senador Álvaro Dias. São mais de 20.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – O Senador Inácio Arruda está com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)

– Pelo menos seis ou oito são de autoria de V.Exa.-

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Exatamente. Posso até conferir agora-

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)

– Então, acho que aqui nós teríamos que chegar num acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – O acordo que tem, a proposta que está sendo feita é de aprovar em bloco os Requerimentos nº. 87, 88, 91, 92, 94, 98, 101, 102, 103, 104,

105, 106, 110, 112, 113, 122, 123, 124, 127 e 128. Não há um encaminhamento para votar, nesta mesma condição, os Requerimentos 86, 118, 119, 120, 115, 117, pelo mérito e, por uma questão de texto, o 108, 109, 111, 116, 128 e 114, então, eu pergunto aos Senadores que estão encaminhando contra se aceitam o acordo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Não aceitamos não, Sr. Presidente. Nós preferimos que haja uma Reunião com os representantes dos diversos partidos, aonde se chegue a denominador comum, porque, do jeito que a coisa está sendo... O que é consenso para-

[falas sobrepostas].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Não é consenso para nós-

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Então, é preciso que haja uma... Nós preferimos ter o prejuízo de a CPI parar momentaneamente do que--

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Já chega a CPI do Apagão Aéreo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu só queria deixar bem claro o seguinte, olha, tem uma série de Requerimentos desses que nós estamos propondo um acordo de votar bloco, que são Requerimentos da oposição, então, isso tem que ficar bem claro, que isso não é “situação bloqueia Requerimentos”, não existe isso, o que existe é uma série de blocos de Requerimentos da oposição que nós estamos sugerindo votar em bloco e existem outros que não tem consenso e que há uma sugestão de se dar um prazo para que venha a ter um consenso, é essa a idéia, o que não pode passar aqui é que o Governo e a “tropa de choque” estão paralisando todos os Requerimentos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– É tropa de choque?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Vocês já me transformaram nisso há muito tempo. Quero dizer o seguinte, tem que ficar bem clara essa diferença.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Sr. Presidente, para resolver questão, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer ao Senador Wellington, Senador Wellington, eu gostaria de dizer que V.Exa. passou um atestado fantástico para a oposição, mostrou o quanto ela é isenta, até Requerimentos da autoria do bloco da oposição nós queremos discutir com tranquilidade; seria tão bom que o Governo agisse assim, que a base do Governo, não vou mais chamar de tropa de choque, agisse assim... O que nós estamos querendo

é equilíbrio, até porque nós estamos, inclusive, com dificuldade de votar os nossos Requerimentos.

Agora, em segundo lugar, V.Exa. quis pautar a imprensa, quando V.Exa. diz: “Vão dizer manhã aqui”. Eu não puto imprensa, é uma questão de cada profissional, eu estou querendo cumprir o meu papel aqui da Comissão e agradeço a V.Exa. Eu... A gente está procurando agir com tanta isenção, que nós não estamos querendo sequer votar Requerimento de autoria da oposição. Seria oportuno que a base fizesse isso, até para meditar um pouco o papel que nós estamos desempenhando numa Comissão em que o país espera tanto dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não há acordo para votar apenas esses Requerimentos que foram destacados-

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Pois não, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu quero encaminhar a manutenção da votação, conforme a proposta estabelecida por mim e pelo Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Mas eu só posso votar em bloco se houver entendimento, se houver acordo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas, Sr. Presidente, a Comissão não perde o *quorum* e não há o acordo. Vai à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Mas aí tem que votar um por um.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu não posso votar em bloco.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Aí nós vamos...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Pedir destaque, Sr. Presidente, eu quero evitar isso Senador Sibá Machado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Nós estamos a nove minutos da ordem do dia. Eu não sei se não é de melhor bom senso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Eu quero evitar que V.Exa. justifique que não quer o Lorenzetti aqui, eu queria evitar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu queria fazer uma proposição, como Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Não fica bem para o perfil de V.Exa., não fica bem, por exemplo, se saber que uma fruta... Não pode investigada. Não fica bem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr.

Presidente, tem alguns Requerimentos em que não vai haver consenso, acho que nem agora e nem depois, e aquilo que já deu para avançar sobre consenso, eu não vejo nenhum prejuízo do encaminhamento da votação, agora ou em qualquer dia que a V.Exa. colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu gostaria só de consultar, Senador Sibá, nós estamos há oito minutos da ordem do dia, que começa às quatro e isso já foi anunciado. Nós não estamos conseguindo construir o consenso, e é do processo dinâmico do processo, da contradição das idéias, do posicionamento político, absolutamente legal, moral, não há dúvida de cada um pode se colocar na posição que desejar, eu só queria--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)

– Um apelo, um apelo aqui aos Senadores, que eu não vou considerar como Senadores simplesmente da oposição, mas são Senadores de uma CPI; o conjunto de Requerimentos para todos Requerimentos, quem quiser, pode pedir destaque; nós temos 30 Requerimentos, então, pode ter destaque para os 30, então, vai ser conduzido um a um, do mesmo jeito. O que nós propusemos no início da nossa Reunião de hoje é que nós votássemos em bloco um conjunto de Requerimentos. Eu propus que votássemos em bloco todos os Requerimentos-

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Perfeito. Foi exatamente isso...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – E quem destacasse, então, discutiríamos o destaque, foi feito um conjunto, dentre uns 30, mais ou menos uns 15, 16 destaques.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – 12.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – 12 destaques. Desses destaques, do conjunto que ficou fora dos destaques, tem Requerimentos importantíssimos, que são de investigação, que são de convocação e de pedido de informação, inclusive, do COAF, também dentre estes. Eu quero fazer um apelo de que nós votemos esses Requerimentos, Senador Heráclito, e deixemos os demais-

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Poderia fazer uma proposta, Senador? Que nós deixássemos... Uma proposta de que nós deixássemos para o Relator e o Presidente selecionarem esses Requerimentos essenciais e que nós voltássemos a nos reunir após a ordem do dia, com uma triagem feita a critério de V.Exa., é um crédito de confiança que eu proponho que seja dado--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Dentro daquilo que já foi apresentado como sendo consenso de todos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Ái, não. Ái, não, não, não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senador Heráclito, não podemos sair dizendo que a Mesa vai resolver um problema que é do Plenário-

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Retiro a minha proposta.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E é muito simples entender, eu apresentei 10 destaques, 12 destaques, esses destaques, o acordo tem que ser comigo. Agora, daquilo que a gente consegue entender, que é plenamente entendido por todos. Então, o Relator e o Presidente podem, sobre esses outros Requerimentos, fazer o que achar que é o mais importante. Eu não estou submetendo o conjunto dos Requerimentos a um acordo do Presidente e do Relator. Isso não existe, senão, já tinha feito um acordo aqui com V.Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É um gesto de confiança. Não, esse acordo não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, mas sim... Se estamos aqui debatendo até agora, é porque o acordo tem que ser entre nós.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Eu não posso contar aqui porque é meio imoral, mas o acordo que V.Exa. está propondo é um acordo que propuseram lá em Oeiras, interior de Oeiras, se souber quem leva vantagem em quê, então, esse acordo de V.Exa. eu não posso concordar. Agora, eu quero apenas dizer o seguinte, que é estranho que V.Exa. não tenha confiança no Relator escolhido pela base de V.Exa. Nós estamos dando ao Relator, que é da oposição, que foi escolhido por V.Exa., que saiu outro dia, inclusive, eu achei muito engraçado, Senador Inácio Arruda, dizendo que V.Exa. foi para lá ser escolhido pessoalmente pelo Presidente Lula. Com tudo isso, continua tendo a confiança da oposição, continua tendo a nossa confiança e assino em branco, concordo com o que ele faça; se V.Exa. não concorda ou quer vetar, é problema... V.Exa. assuma.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, deixa eu pedir a paciência do senhor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não me falta paciência.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu apresentei 12 Requerimentos dos quais eu disse pedir destaques desde o início da Reunião. Sobre os demais, aí teve aquele bate-bola entre nós, então, chegou ao acordo de que teria que ler um a um. Ao final, voltamos a entender que tem um conjunto da grande maioria dos Requerimentos, que não há problema, vamos aprovar, embora com os meus protestos, mas estou retirando os protestos. Portanto, sobre isso que tem acordo, aí, foi V.Exa., Senador Flexa Ribeiro, que disseram: “Então, não tem mais acordo é para nenhum”.

Então, a sugestão do Presidente e do Relator escolherem os Requerimentos que são importantíssimos para a continuidade dos trabalhos, é sobre aqueles Requerimentos que tem acordo sobre todos nós, porque V.Exa. tirou o acordo sobre os demais. Então, o acordo é sobre isso; sobre aqueles 12, não há conversa, a conversa é outra, então, a gente tratará de outra maneira.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Senador Sibá Machado só não está explicando que ele tirou de Pauta, propôs tirar de Pauta qualquer Requerimento que investigasse, na realidade, assuntos do objeto desta CPI e inseriu, no grupo de consenso, os Requerimentos como o de nº. 121, que é investigar contas de 1999 pelo simples fato de envolver a mulher do Ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Aliás, é a terceira investida que V.Exa. faz nisso, quebrando um trato proposto por V.Exa. de que não envolvesse a filha do Presidente da República com a sua CPI, com a sua ONG, e nós, até agora, estamos mantendo silêncio e estamos aceitando esse tipo de coisa, até porque respeito família, acho que família é coisa que tem que ser sagrada e tem respeitada.

Agora, o item 121, camuflado como está aqui, quando você vai examinar, o que é que é? É esse tipo de coisa aqui, nós não fizemos nenhum Requerimento aqui, para investigar a rede 13, em respeito ao Presidente da República, em respeito aos problemas que ele vive. De forma que tem de haver um tratamento de igual para igual. Nós não estamos concordando é por isso, porque a coisa aqui não foi feita como era para ser feita; se nós não tivéssemos o cuidado de ler, sabemos que o PT tem assessoria competentíssima, tem gente contratada a peso de ouro, prestando serviço aqui dentro, é fácil identificar, é fácil identificar, Sibá-

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, depois, eu gostaria, pela ordem--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agora, nós não aceitamos por isso, Sr. Presidente, porque, de farsa, eu não participo-

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Um minuto, eu vou passar ao Senador Álvaro Dias e, em seguida, ao senhor, Senador Sibá Machado.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que eu não participei desse acordo anunciado há pouco pelo Senador Heráclito Fortes; não participei desse acordo, acho que, se há necessidade de investigar, eu posso assegurar que a D. Ruth Cardoso não tem nenhum receio de investigação porque ela não tem nada a esconder. Então, não há problema algum que se investigue, tanto é que nós estamos adiantando aqui que votaremos favoravelmente aos Requerimentos apresentados pelo Senador Sibá Machado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Nós queremos que o...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Portanto, Senador Flexa Ribeiro, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Quero deixar claro que eu não participei desse tipo de acordo e não participo. Acho que, se há uma ONG, e se houver denúncia em relação a ela, pode ser número 13 ou o número que for, tem que ser investigada; pode ser da filha do Presidente da República ou do filho ou do Presidente da República, não importa de quem seja, tem que ser investigado; se houver denúncia, se houver fato relevante à investigação, a investigação tem que se dar. Com base nesse tipo de entendimento, nós não chegamos também aos objetivos essenciais de uma CPI.

Esse entendimento que nós estamos propondo, não diz respeito à votação apenas de alguns Requerimentos; diz respeito ao futuro dessa CPI. Eu acho que tem que haver uma suspensão dos trabalhos e um entendimento que envolva inclusive, as lideranças partidárias. Eu quero que o líder do meu partido participe, imagino que o líder dos Democratas deva participar, juntamente com liderança do PT, com a liderança do PMDB, porque se trata de organizar um trabalho que pode ser desmoralizante para o Senado Federal ou não.

Nós já tivemos uma CPI que desmoralizou: a CPI do Apagão Aéreo foi a desmoralização absoluta. E nós não queremos caminhar para isso; eu não encaminharei

junto, Sr. Presidente, infelizmente não serei companheiro para essa tragédia; nesse barco, eu não navego. Se esse for o propósito desta CPI, foi o comportamento que eu vejo aqui hoje, de rejeitar Requerimentos insuspeitos, sem apresentação de um argumento sequer que possa convencer a favor da rejeição, não há como continuar nesta CPI. Eu não continuarei. Nós somos aqui em três, evidentemente, somos minoria, podemos ser esmagados numericamente, mas acho que nós não podemos, de forma alguma, abrir mãos de certos princípios, não em nosso nome pessoal, mas em nome da instituição que nós integramos, já tão enxovalhada, tão vilipendiada nos últimos tempos, tão massacrada na opinião pública e nós não podemos contribuir para que esse massacre prospere. É uma instituição essencial no processo democrático, que não pode ser desmoralizada a cada atitude nossa aqui nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, eu faço mais esse apelo: Agora não há mais como deliberar; é hora da ordem do dia; na ordem do dia, não delibera. Nós já ultrapassamos as 16 horas; temos que ir para o Plenário, é Sessão deliberativa, não haverá provavelmente obstrução na tarde de hoje. Sr. Presidente, o apelo que nós fazemos é que V.Exa. lidere, juntamente com o Relator Senador Inácio Arruda, uma Reunião que envolva as lideranças para tentar salvar esta CPI.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Sr. Presidente eu queria apenas prestar um esclarecimento-

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr.

Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Para que não fique nenhuma dúvida, eu posso ter me expressado mal, o Senador Álvaro Dias não ter me entendido, com relação ao acordo; não que tenha havido acordo, o que houve foram ponderações. A CPI das ONGS, todos sabem, ela foi atrasada meses a fio, e sempre o que se dizia é que ela tinha endereço certo. Agora, os endereços certos que se temiam até agora não apareceram aqui. No entanto, o mesmo foco que temia ser alvo está passando a atirar nos outros; eu quero apenas chamar a atenção disso. A questão da 13, eu fui chamado e me fizeram um apelo, como autor da CPI, vários Senadores, se for o caso, dou o nome de um por um, não é do meu feitio colocar nada embaixo do tapete. Fizeram um apelo, e eu, pessoalmente, quero até dizer, Senador Sibá, que acho que aquela moça foi vítima de uma quadrilha, de uma gangue, daí porque não quero tratar esse assunto aqui... Não está na minha Pauta, mas vai continuar sim; é um assunto que pode vir à Pauta. Não é o melhor caminho--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Agradeço a V.Exa. e vou ouvir

o Senador Sibá para, em seguida, a gente tomar deliberação final sobre isso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu já tive oportunidade de participar de tantas CPI nessa Casa e, a cada momento que a gente chega a esse nível de tratamento, de forma de encaminhamento, só porque vale aqui a questão da maioria ou da minoria, em determinado momento, eu não tenho a maioria para votar, vou dizer para V.Exa. também que fiquei bastante preocupado com o rumo que outras CPI tomaram também, porque tinha o fator número. Então, não tinha café pequeno, não tinha conversa, não tinha acordo de suspensão de Reunião, tinha um voto a mais e fazia e acontecia. Eu estou dizendo para V.Exa., com toda a tranquilidade do mundo, que tenho discordância sobre muitos dos Requerimentos que foram apresentados, porque veio, desde o início da CPI, reiterando a minha preocupação. Não é primeira vez que estou me reportando sobre isso, portanto, não posso aceitar a forma que está sendo imputada aqui, como se estivesse participando de qualquer complô ou coisa parecida. Eu estou longe desse tipo de coisa. Agora tem um rumo, porque a CPI pode ser técnica como for, mas 60% dela é eminentemente política e se trata de uma forma, de um viés político e quantas vezes o Requerimento veio na linha de dizer: “Olha, isto aqui, se der alguma coisa, bem; se não der, paciência”.

Volto a dizer o que aconteceu naquele dia aqui, naquela Audiência Pública me assustou, porque, no momento que tinha que ouvir o outro lado, não estava para ouvir e passou versão de que a pessoa era irresponsável. Entendo, eu não posso participar desse tipo de coisa, infelizmente, mas, como o horário já passou, estamos no debate até aqui, infelizmente não dá para votar absolutamente coisa nenhuma.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr.

Presidente, embora a ordem do dia seja marca para 16 horas, ainda não se iniciou e, não tendo se iniciado, eu quero reiterar porque os 20 Requerimentos que não estão destacados, claro que, se cada um quiser destacar todos os 20, poderão fazê-lo, poderá fazê-lo. Agora, se não há destaque, se ninguém pediu destaque para esses 20 Requerimentos, são Requerimentos que são feitos por Senadores que são da oposição, que são da situação, são Requerimentos para o processo de investigação da CPI, nós podemos votar esses 20 Requerimentos. Em seguida, passamos examinar os demais ou até suspender os trabalhos para discutir o demais. Quer dizer, é esse apelo que eu estou fazendo porque nós já ficamos com os 20 Requerimentos, convoca gente... Esses Requerimentos tratam de entrar no processo de investigação; nós cumprimos e há uma etapa, ainda temos três ou quarto convidados aqui que

são Promotores de Justiça, que examinam o caso das ONGs, que ainda são convidados, nós ainda vamos trazê-los, mas nós estamos entrando em outra etapa da CPI, que é a etapa que você começa a investigar os repasses de recursos da União e recursos do exterior. Tivemos um contato com o Ministro das Relações Exteriores, que está à disposição em uma cerimônia, ele disse: "Estou à disposição para receber você, juntamente com Presidente da Comissão, para dialogarmos sobre essa questão e, no que diz respeito ao Ministério das Relações Exteriores. Então, eu pondero a todos nós que nós votemos os 20 Requerimentos, votemos em bloco esses 20 Requerimentos e, em seguida, a gente suspende a Sessão para discutirmos os 12 Requerimentos destacados. Se é possível ainda algum deles, de acordo ou não; se não tiver acordo, a decisão é no voto. É assim que sempre foi. E dialogarmos também com os líderes partidários porque é comum na Casa. Sempre que tem impasse no Plenário, o que fazemos? Suspendemos, discutimos, buscamos acordo, se não tiver acordo, vai-se para o voto e se tira o impasse no voto.

Então, eu pondero, Sr. Presidente, que nós votemos os 20 Requerimentos, em seguida, suspende a Sessão, vamos discutir entre nós e com os líderes partidários, porque é assim que sempre temos feito no Plenário e também nas Comissões de Inquérito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)

– Sr. Presidente, eu queria apenas prestar um esclarecimento aqui. O Senador Sibá Machado, já por três vezes, dá a entender que nós fizemos aqui uma espécie de massacre e de tortura com o depoente da Fundação Banco do Brasil de 10 dias atrás ou 15 dias atrás. Senador Sibá Machado, vamos e venhamos, ele veio para cá despreparado, não sabia dos números da sua Fundação, errou valores, não justificou propriedades suas que, inclusive, retirou do site, no período do depoimento; se alguém se saiu mal ou se alguém saiu enrolado daqui foi ele próprio, pela incompetência, pela falta de conhecimento do organismo que dirige. Só respondia quando recebia uma ajuda dos universitários que ele trouxe, que eram vários, e depois, até fotografias mostradas aqui, Senador Sibá, seria justo com o Senado, não agrida o Senado para defender uma causa que não justa. Reconheça, o rapaz da Fundação Banco do Brasil veio para cá despreparado, não sabia o quanto que gastou de passagem, não sabia absolutamente de nada, tanto é que concordou, está aqui o Presidente, está aqui o Relator, não vamos jogar culpa na atuação da CPI, muito pelo contrário, ao final, quando ele recebeu informações por escrito, é que ele corrigiu--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr.

Presidente, só para lembrar o Senador Heráclito For-

tes, o que estou me reportando é sobre a notícia que depois apareceram até umas fotografias, é só sobre aquilo, que uma vez que sai uma notícia... A versão sai. É que o rapaz depois explicou tudo direitinho e todo mundo aqui concordou que ele é uma pessoa totalmente isenta da preocupação que surgiu, foi dada. A minha preocupação é que no momento em que foi levantada a hipótese, a atenção foi uma. Quando ele explicou a hipótese, foi outra. Mas eu queria só lembrar V.Exa. que, dos Requerimentos que foram apresentados, tem Requerimentos meus também, apresentando sobre diversas entidades aqui, que é preocupação desta CPI, sim, dos Requerimentos apontados por diversos Senadores, inclusive do bloco de oposição, querem entender aqui, desta Comissão como um todo, também estão dentro deste acordo.

Então, não vejo nenhuma preocupação de aprovar esses 20 Requerimentos, até mesmo para ganhar o trabalho, e os demais, que requerem votação nominal, que nós não podemos abrir mão disso porque é uma convicção técnica que nós temos, a gente deixa para depois.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu quero pedir destaque para os 20 Requerimentos. Eu peço destaque para os 20 requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Aí, nós não vamos a um consenso.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Dois pesos e duas medidas, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Então, eu queria só consultar os senhores Senadores, como não há entendimento para votação, nós temos dois caminhos: o caminho natural, a ordem do dia está chegando, nós suspendermos e convocar uma nova Sessão e, nesse período, nós exercemos o diálogo próprio desse Parlamento, tentarmos construir o entendimento em cima de todos os Requerimentos para que a CPI possa ter o seu andamento e o nosso Relator possa ter o seu trabalho facilitado.

Então, eu proponho isso a todos os Senadores, e assim que nós terminarmos os nossos entendimentos, nós marcaremos uma nova data. Não fica marcado hoje porque é absolutamente impraticável sem os entendimentos.

Não havendo mais nada a ser tratado, eu encerro a presente Sessão, e posteriormente será informada a data da nova Reunião. Agradeço a todos. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h10. – Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.

SENADO FEDERAL

CONVÊNIO Nº 0004 / 2008
(Processo nº 014.116/05-7)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede no PAB/SEEP, Senado Federal, Brasília – DF, Tel. (061) 3311-3822 e (061) 3224-8146, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, doravante designada CONVENIADA, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos nº 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar à CONVENIADA, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto nº 4.961, de 2004 .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência da CONVENIADA.

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pela CONVENIADA, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos

Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito à **CONVENIADA**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência da **CONVENIADA**, especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DA CONVENIADA

Da **CONVENIADA** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 2,00 (dois reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro – A **CONVENIADA** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - A **CONVENIADA** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá à **CONVENIADA** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo Único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher à **CONVENIADA**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, à **CONVENIADA**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pela **CONVENIADA** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará a **CONVENIADA** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou

por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 29 de fevereiro de 2008.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO

ELÍCIO LIMA
CPF Nº 044.777.258.92
RG Nº 15.729.520 SSP/SP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Diretor da SADCON

Diretor da SSPLAC

SENADO FEDERAL

CONVÊNIO Nº 0005 / 2008
(Processo n.º 018.730/05-1)

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E O BANCO ITAÚ S/A
PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E
SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM
FOLHA DE PAGAMENTO.**

O **SENADO FEDERAL**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, o **BANCO ITAÚ S.A**, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itausa, Parque Jabaquara, São Paulo-SP, CEP 04.344-902, Contato em Brasília: Sr. Antônio Afonso de S. Rocha – Gerente Poder Público, Telefone: (61) 3316-4838 ou (61) 3316-4888, Fax: (61) 3316-4859, E-mail: antonio-afonso.rocha@itau.com.br, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos nº 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto nº 4.961, de 2004 .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 2,00 (dois reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro – O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados

detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo **SENADO FEDERAL**.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O **SENADO FEDERAL** obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o **SENADO FEDERAL** se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará o **CONVENIADO** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único - Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

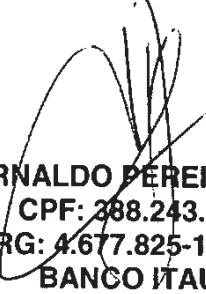
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

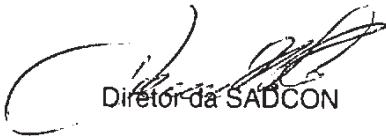
E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

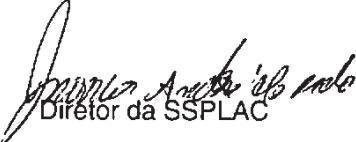
Brasília-DF, 29 de marciano de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL


ARNALDO PEREIRA PINTO
CPF: 388.243.968-87
RG: 4.677.825-1 SSP/SP
BANCO ITAÚ S/A


CÍCERO MARCUS DE ARAÚJO
CPF: 385.190.466-49
RG: M-1 073.452 SSP/MG
BANCO ITAÚ S/A


Diretor da SADCON


Diretor da SSPLAC

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Shessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiassi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Álvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na Sessão Deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	

PTB ⁽⁶⁾	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
 Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB) 2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. VAGO ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁴⁾	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO ⁽³⁾
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
VAGO ⁽⁶⁾	3. VAGO ⁽⁵⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maoria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1. Adelmir Santana (DEM)	
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maoria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. VAGO ⁽⁹⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
VAGO ⁽¹⁰⁾	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽¹¹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
 11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maoria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
 Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maoria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO ⁽⁵⁾
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maoria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maoria (PMDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eliseu Resende (DEM)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. João Ribeiro (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maoria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 4^a Eleição Geral: 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 5^a Eleição Geral: 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 6^a Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007

3. Eleito em 30.5.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP

4. Eleita na Sessão de 27.6.2007

5. Eleito em 27.06.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP

6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.

7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007

8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

VAGO

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENmann (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSE PAULO TOFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo econômico)

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 130 PÁGINAS